



**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**DIEGO AUGUSTO CANCI**

***DE MANIFESTANTES A TERRORISTAS - AS DENOMINAÇÕES E O DISCURSO  
SOBRE OS ATENTADOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 PELA CNN BRASIL***

**CASCATEL – PR  
2025**

DIEGO AUGUSTO CANCI

**DE *MANIFESTANTES A TERRORISTAS* - AS DENOMINAÇÕES E O DISCURSO SOBRE  
OS ATENTADOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 PELA *CNN BRASIL***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - para obtenção de título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras - nível de Mestrado - área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares.

CASCABEL – PR  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Canci, Diego Augusto

De manifestantes a terroristas – as denominações e o discurso sobre os atentados de 8 de janeiro de 2023 pela CNN Brasil / Diego Augusto Canci; orientador Alexandre Sebastião Ferrari Soares. -- Cascavel, 2025.

98 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Análise do Discurso. 2. Denominação. 3. Discurso Jornalístico. 4. Jornalismo. I. Ferrari Soares, Alexandre Sebastião, orient. II. Título.

DIEGO AUGUSTO CANCI

**De manifestantes a terroristas – as *denominações* e o *discurso sobre* os atentados de 8 de janeiro de 2023 pela *CNN Brasil*. 2025.**

Esta dissertação/tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Orientador

Profa. Dra. Arianne Pereira  
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)  
Membro efetivo (convidado)

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Membro Efetivo (instituição)

Cascavel, 26 de agosto de 2025

CANCI, Diego Augusto. **De manifestantes a terroristas – as denominações e o discurso sobre os atentados de 8 de janeiro de 2023 pela CNN Brasil**. 2025. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Defesa: 26 de agosto de 2025

## RESUMO

Esta dissertação analisa como o discurso jornalístico da *CNN Brasil* produziu sentidos por meio das denominações (MARIANI, 1998) utilizadas para nomear os sujeitos envolvidos nos ataques aos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. A pesquisa insere-se no campo da Análise do Discurso materialista, com filiação teórico-metodológica no materialismo histórico, principalmente a partir de Michel Pêcheux (PÊCHEUX, 2015[1988]), com contribuições de outros autores como, Eni Orlandi (ORLANDI, 2015[1999]), Eduardo Guimarães (GUIMARÃES, 2002) e Bethania Mariani (MARIANI, 1998), cujas obras compõem nosso arcabouço teórico para falar das relações entre linguagem, ideologia, memória e sentido. A questão que orienta a análise é: como a *CNN Brasil* denominou os participantes dos ataques de 8 de janeiro e que efeitos de sentido emergem dessas denominações? O objetivo geral desta dissertação é analisar como a cobertura ao vivo da *CNN Brasil* sobre os ataques aos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 nomeou os sujeitos envolvidos – por meio de denominações como *manifestantes*, *invasores* e *terroristas* – como essas denominações produzem efeitos de sentido e evocam posições ideológicas. Como objetivos específicos, destacam-se: identificar as principais denominações usadas para nomear os sujeitos; analisar os deslizamentos de sentido nas denominações ao longo da transmissão; compreender como o discurso jornalístico se posiciona, mesmo sob a alegação de neutralidade (que não existe); e verificar como esse posicionamento contribuiu para a prática jornalística. A escolha do objeto de pesquisa justifica-se pela relevância do papel da mídia na construção de sentidos e na produção da memória dos acontecimentos (históricos e discursivos). A cobertura ao vivo da *CNN Brasil* mostrou tensões discursivas importantes, e posicionou o 8 de janeiro como um acontecimento discursivo, segundo a perspectiva pecheutiana (PÊCHEUX, 2015[1988], p. 16), ao atualizar os sentidos da denominação *manifestação*, inicialmente com uma memória democrática, e posteriormente, com uma memória de ataque criminoso. O corpus é composto por 21 Sequências Discursivas (SD's) retiradas da transmissão jornalística do dia 8 de janeiro de 2023. A metodologia está ancorada nos gestos de interpretação da Análise do Discurso, com atenção às condições de produção, às formações discursivas e à memória discursiva. O trabalho analisa as SD's em ordem cronológica, evidenciando os momentos de estabilização, deslize e interdição das denominações. A pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre discurso jornalístico, denominação e memória, dentro da Análise do Discurso materialista, apontando o papel ideológico da linguagem na constituição dos sentidos e na produção da história. Também oferece subsídios críticos para refletir sobre os impactos sociais e simbólicos da atividade jornalística na esfera pública, principalmente em um contexto ideológico político e de um acontecimento importante para a história da democracia brasileira e das condições de produção que levaram a investigação do ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de um golpe de estado.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Denominação; Discurso Jornalístico; Jornalismo.

CANCI, Diego Augusto. **From *Demonstrators* to *Terrorists*: The *Denominations* and the *Discourse* on the January 8th, 2023 Attacks by CNN Brazil**. 2025. 98 f. Dissertation (Master's in Languages) – Graduate Program in Languages, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

Advisor: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares  
Dissertation Defense: August 26th, 2025

## ABSTRACT

This dissertation analyzes how *CNN Brazil's* discourse produced meanings through the denominations (MARIANI, 1998) used to name who was involved in the attacks on Brazil's Three Branches of Government on January 8th, 2023. The research is situated within the field of Materialist Discourse Analysis, theoretically and methodologically grounded in Historical Materialism, mainly based on Michel Pêcheux (PÊCHEUX, 2015 [1988]), with contributions from other authors such as Eni Orlandi (ORLANDI, 2015 [1999]), Eduardo Guimarães (GUIMARÃES, 2002), and Bethania Mariani (MARIANI, 1998). Their works provided the theoretical framework for discussing the relations among language, ideology, memory, and meaning. The guiding question of the analysis is: how did CNN Brazil name the participants of the January 8th attacks, and what meaning effects emerged from these denominations?

The general objective of this dissertation is to analyze how *CNN Brazil's* live broadcast of the attacks on the Three Branches of Government on January 8, 2023 named the subjects involved—through denominations such as *demonstrators*, *invaders*, and *terrorists*—and how these denominations produce meaning effects and evoke ideological positions. The specific objectives are: to identify the main denominations used to name the subjects; to analyze the meaning shifts within the denominations throughout the broadcast; to understand how journalistic discourse positions itself even under the claim of neutrality (which does not exist); and how this positioning contributes to journalistic practice.

The choice of research object is justified by the relevance of the media's role in constructing meanings and producing the memory of events (both historical and discursive). *CNN Brazil's* live broadcast revealed important discursive tensions and positioned January 8th as a discursive event, in the Pecheutian sense (PÊCHEUX, 2015 [1988], p. 16), by updating the meanings of the denomination *demonstration*—initially associated with a democratic memory and later with a memory of criminal attack. The corpus consists of 21 Discursive Sequences (DSs) extracted from *CNN Brazil's* live broadcast on January 8th, 2023.

The methodology is anchored in the interpretative gestures of Discourse Analysis, focusing on the conditions of production, discursive formations, and discursive memory. The study analyzes the DSs in chronological order, highlighting the moments of stabilization, slippage, and interdiction of denominations. This research contributes to advancing studies on journalistic discourse, denomination, and memory within Materialist Discourse Analysis, by emphasizing the ideological role of language in the constitution of meanings and the production of history. It also provides critical insights for reflecting on the social and symbolic impacts of journalistic activity in the public sphere, especially in a politically and ideologically charged context and in an event of great importance to the history of Brazilian democracy and to the conditions of production that led to the investigation of former president Jair Bolsonaro for an attempted coup d'état.

**Keywords:** Discourse Analysis; Denomination; Journalistic Discourse; Journalism.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                         | <b>7</b>  |
| <b>1.1. Sobre o discurso jornalístico.....</b>                                                                                                  | <b>34</b> |
| <b>2.1 Sobre a cobertura jornalística do 8 de janeiro de 2023.....</b>                                                                          | <b>43</b> |
| <b>3. DAQUILO QUE ANTECEDEU AO 8 DE JANEIRO: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....</b>                                                                 | <b>47</b> |
| <b>3.1. Os efeitos do discurso de Bolsonaro .....</b>                                                                                           | <b>59</b> |
| <b>3.2. Das mobilizações nos quartéis-generais.....</b>                                                                                         | <b>61</b> |
| <b>4. SOBRE O 8 DE JANEIRO DE 2023 PELA CNN BRASIL - COMO DENOMINAR O QUE SE VÊ? .....</b>                                                      | <b>70</b> |
| <b>4.1. A (não)resposta de Bolsonaro e o deslocamento da responsabilização.....</b>                                                             | <b>83</b> |
| <b>4.2. A invasão do Palácio do Planalto: ruptura com a denominação manifestantes: criminalização discursiva e sentido de ilegalidade .....</b> | <b>84</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                             | <b>91</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                                                         | <b>96</b> |

## INTRODUÇÃO

O processo de produção de sentidos das palavras pode ser abordado sob diversas perspectivas. Uma delas é buscá-las no dicionário, onde são apresentados os sentidos estabilizados e organizados como se estivessem naturalmente colados às palavras. A própria estrutura dos dicionários, ao apresentar categoria gramatical, pronúncia, ortografia e sentidos organizados a partir de um significado dito "principal" ou "literal", reforça um efeito de transparência da língua, apagando suas condições de produção. Sobre isso, Orlandi (2000) explica que

Na "fórmula" do dicionário já vem sua ideologia; em outras palavras, ele se organiza ideologicamente de uma determinada maneira. Há uma estrutura geral: indicação da categoria, da pronúncia, da escrita e dos sentidos, em geral organizados com base em um principal, que seria o literal e suas variações. Se essa é a estrutura geral, o conhecimento lingüístico particular a cada valor vem embutido nessa forma geral, particularizando-a. (ORLANDI, 2000, p. 101, aspas da autora).

Portanto, o dicionário, ao apresentar sentidos estabilizados como naturais, participa da construção ideológica da língua, apagando suas condições de produção e sua historicidade. Ao se construir como um espaço de fixação dos significados, o dicionário trabalha segundo uma lógica de transparência da língua, como se os sentidos fossem intrínsecos às palavras, como se estivessem “colados” a elas e denotassem uma aparência de neutralidade. Mas a linguagem é atravessada pela ideologia e pela história, o que significa que os sentidos não são estáveis nem universais.

Segundo Orlandi (2000), a estrutura do dicionário já carrega uma ideologia: ele organiza os sentidos de forma hierárquica, privilegiando um significado "principal", geralmente o literal, e derivando outros a partir dele. Essa hierarquia não é natural, mas construída sob determinadas condições de produção. O dicionário, nesse sentido, participa de um processo de normatização da linguagem, funcionando como instrumento de controle simbólico, ao silenciar ou secundarizar sentidos que não se enquadram no que é tomado como legítimo ou dominante.

Segundo Ferrari e Medeiros (2012 p. 89), para um analista do discurso, o funcionamento dos dicionários pode nos apontar para alguns sentidos, mas não todos os sentidos porque dizer tudo é da ordem do impossível. Cabe ao analista do discurso identificar não o percurso histórico responsável pela mudança de sentidos, mas as diversas possibilidades de efeitos de sentidos produzidos.

As palavras são inerentemente porosas; não representam o real, ao contrário, trabalham tensamente uma relação com o real. Nesse sentido, não se trata de observar a história de um verbete em seu percurso cronológico – com suas possíveis mudanças –, trata-se de compreender o histórico como condições de produção e de compreender as palavras como memória que supõe esquecimentos. (FERRARI e MEDEIROS, 2012, p. 89).

Nossa análise não toma os sentidos dicionarizados como fixos, mas considera como os discursos produzem efeitos de sentido conforme suas condições de produção e inserção em formações discursivas<sup>1</sup>. É essa relação entre linguagem, história e ideologia que gera sentidos variados em diferentes contextos.

Se, por um lado, a perspectiva discursiva enfatiza os sentidos como efeitos ideológicos e históricos, outras abordagens também rejeitam a ideia de sentido fixo, ainda que sob outra lógica. É o caso da semântica argumentativa de Ducrot (1987), que foca na relação entre a linguagem e os argumentos presentes em um enunciado (DUCROT, 1987, p. 168). Ducrot fala que o significado das palavras não é fixo, mas se altera de acordo com o contexto e a intenção comunicativa. Ele fundamenta sobre a linguagem ser utilizada como um meio para construir e sustentar argumentos. Embora a semântica argumentativa de Oswald Ducrot (1987) não esteja no campo da Análise do Discurso materialista, seu trabalho contribui para pensar a relação entre linguagem, sentido e contexto. Sua teoria mostra que o significado das palavras não é fixo, mas orientado argumentativamente, o que aproxima sua abordagem de certos princípios que também mobilizamos nesta pesquisa.

Ao produzir um discurso, os sujeitos não estão apenas transmitindo informações, mas também tecendo uma relação de significação e persuasão por meio da argumentação nos enunciados. Essa abordagem considera o sujeito não como mero espectador no processo de enunciação, mas coloca os sentidos como resultado de diversos fatores: a interação entre as partes desse processo de comunicação, as crenças, valores e o próprio contexto social. As palavras e sentidos são parte de um processo de significação considerado infinito, pois o processo discursivo se altera a todo momento, ou seja, cria infinitas possibilidades de sentidos, mas também é algo único, uma vez que um mesmo enunciado não se repete da mesma forma.

A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado a existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá

---

<sup>1</sup> Conceito da análise do discurso materialista, central em nossa análise, que explicaremos ainda na introdução (capítulo 1), mas que retomaremos ao longo de toda a pesquisa.

mais depois. É isso que chamo de ‘enunciação’. (DUCROT, 1987, p. 168, aspas do autor).

A semântica argumentativa destaca a função do discurso em influenciar opiniões e decisões, enfatizando a dinâmica existente entre o sentido das palavras e sua utilização em contextos argumentativos. Essa perspectiva tem implicações significativas para a análise da linguagem, especialmente em áreas como a retórica, a pragmática e a filosofia da linguagem.

Esse é um viés bem próximo da análise do discurso, e considera sempre como a língua, o sujeito, as formações discursivas, as condições de produção estão mobilizando os efeitos de sentido. É justamente nessa posição materialista que nos colocamos para essa análise, tomando a língua não como transparente, mas - parafraseando Guimarães (2002, p. 5) -, considerando sua relação histórica com o real.

Guimarães (2002) enfatiza a força do nomear ao conferir existência histórica a um fato e é imprescindível destacar que toda essa compreensão do discurso enquanto produção de sentidos históricos tem suas bases teóricas fundamentais na obra de Michel Pêcheux (2009[obra original de 1988]), que nos explica que o discurso não é o simples efeito do que se diz, mas o resultado das relações de forças e das lutas que pairam no campo social, onde as formações discursivas disputam a autoria da produção de sentidos. Sendo assim, o sentido não é fixo, mas é marcado pela ideologia e pelas condições históricas em que um discurso é produzido. É dali que ele evoca sentido.

As palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras. (PÊCHEUX, 2009[1988], p. 147).

Essa perspectiva nos mostra que os sentidos são atravessados por condições sociais, ideológicas e históricas, constituindo-se em campo de disputa simbólica. Dessa forma, o nomear de um acontecimento histórico e seus autores (sujeitos) — como o *8 de janeiro de 2023* — não apenas o torna presente, mas insere sua significação em uma trama discursiva que reflete e produz posicionamentos sociais a partir dele.

Nossa pesquisa investiga as condições de produção do dia *8 de janeiro*, tanto no jornalismo quanto no contexto histórico. Compreender essas condições é essencial para analisar os sentidos produzidos e os efeitos de sentido que emergem dali.

Esses sentidos são sempre dados a partir de uma *formação discursiva* que é a representação da *ideologia* na língua. Que Pêcheux (2009, p. 147) explica da seguinte forma:

Chamaremos então *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*. (PECHÊUX, 2009, p. 147, itálicos do autor).

Pêcheux define a formação discursiva como um conjunto de práticas que regula o que pode ser dito em um determinado contexto ideológico. Essa formação discursiva é marcada pela luta de classes e pela conjuntura social, e mostra que o discurso carrega sentidos. Assim, o que pode ser dito em dado momento tem relação com as ideologias dominantes, o que pode limitar ou potencializar as possibilidades de expressão. Compreender esse processo é fundamental para analisar os sentidos dos discursos e permite também analisar o funcionamento da ideologia que determina esses sentidos.

No dia *8 de janeiro de 2023*, centenas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro se reuniram, invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes (Legislativo, Judiciário, Executivo) do país em Brasília. Devemos entender esse dia como um acontecimento histórico para o Brasil. Por isso, vamos sempre referenciar esse fato como *8 de janeiro de 2023*. Guimarães (2002, p. 54) faz um movimento como esse, explicando porque é possível posicionar fatos assim como acontecimentos históricos, citando o dia *11 de setembro de 2001*, quando ocorrem os ataques ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Guimarães diz que dar nome à algo é:

Dar-lhe existência histórica. Não é trivial a velocidade com que uma data, 11 de setembro de 2001, passou rapidamente para a categoria de dar nome a um acontecimento. (Guimarães, 2002, p. 54).

Tal como ocorreu em *11 de setembro de 2001*, resguardadas as devidas proporções, o *8 de janeiro de 2023* configura-se como um acontecimento histórico. Segundo Guimarães (2002), há um processo pelo qual certos eventos, pela sua relevância e impacto, passam a integrar a memória discursiva e tornam-se parte de uma narrativa histórica compartilhada. Esse movimento de nomeação e rememoração atribui aos fatos históricos um lugar simbólico na história, produzindo sentidos que se sedimentam no discurso e na memória.

Aqui é importante fazer um parêntese para posicionarmos esse acontecimento citado por Guimarães. Isso porque o conceito de acontecimento é importante para a análise do discurso

e também para o nosso trabalho. Quando Guimarães (2002, p. 55) fala do acontecimento ele se refere a um fato histórico. Algo que aconteceu e ficou marcado historicamente. Por outro lado, Pêcheux (2015[1988]) fala de acontecimento discursivo, que para ele é o “encontro de uma atualidade e uma memória” (p.16). De qualquer forma, ao pensarmos no *8 de janeiro*, podemos classificá-lo tanto como um acontecimento discursivo quanto um acontecimento histórico, pois ele atualiza uma memória de manifestação que desloca esse sentido enquanto acontecimento histórico. À luz do que diz Pêcheux, esse acontecimento atualiza a memória de *manifestação* a partir de um ataque criminoso aos Três Poderes em Brasília. Não se pode, a partir desse fato, pensar em *manifestação* com o mesmo sentido que se pensava em manifestações democráticas que aconteceram ao longo da história no Brasil e em outros países. Então, quando falarmos de acontecimento, estaremos nos referindo também a esse acontecimento discursivo.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a cobertura ao vivo da *CNN Brasil* dos ataques aos Três Poderes em *8 de janeiro de 2023* nomeou os sujeitos, com base nas denominações. Nosso foco é não apenas analisar as denominações, mas como elas evocam a ideologia que perpassa o discurso. Isso nos permite olhar para o processo discursivo que sustenta, desloca ou interdita sentidos e coloca em circulação memórias discursivas através do discurso jornalístico.

De forma mais detalhada, os objetivos específicos dessa pesquisa consistem em: (a) identificar as denominações usadas pela *CNN Brasil* ao longo da cobertura para denominar os sujeitos dos ataques de *8 de janeiro*; (b) analisar como as formações discursivas e as condições de produção funcionam na constituição dos sentidos, analisando os deslizamentos de sentido ao longo da cobertura; (c) compreender como as formações discursivas, a ideologia e as condições de produção funcionam para a constituição dos sentidos de um acontecimento (histórico e discursivo) e dos seus sujeitos; (d) compreender como o discurso jornalístico e seu funcionamento contribuem para a memória de um acontecimento e como esse processo, por sua vez, contribui para o próprio funcionamento do jornalismo.

Esses objetivos orientam o percurso analítico da dissertação, permitindo observar como o discurso jornalístico constrói, disputa e estabiliza sentidos sobre o 8 de janeiro de 2023.

Segundo Guimarães (2002), a designação é o processo pelo qual sentidos são inscritos em palavras, produzindo sentidos na articulação entre o significado no dicionário e a memória discursiva. Assim, não se trata apenas de nomear, mas de significar, ou seja, de colocar em funcionamento sentidos que remetem a formações discursivas e condições históricas específicas. Nesse sentido, como afirma Mariani (1998, p. 27), “significar, ou produzir sentidos, está na ordem do discurso, que é uma ordem distinta da ordem da língua, mas que a supõe como

base”. Tal perspectiva nos permite compreender que a disputa em torno das denominações<sup>2</sup> — como *manifestantes*, *invasores*, *terroristas* — no discurso jornalístico sobre o *8 de janeiro de 2023*, mobiliza diferentes memórias e posições ideológicas, sendo um ponto de ancoragem para a análise dos efeitos de sentido.

Isso quer dizer que o discurso tem seu funcionamento ligado à língua e à ideologia. Ele só existe nesse entrelugar. É na relação da língua, com o ideológico e histórico, que o discurso produz sentido. A análise do discurso não separa língua das condições históricas ou políticas.

As condições de produção dos sentidos estão vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos - reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um “futuro” dos sentidos - quanto àquilo que falha, que desloca os sentidos”. (MARIANI, 1998, p. 28).

A autora enfatiza que o funcionamento discursivo está profundamente atravessado pela historicidade. Eles são constituídos em meio a disputas, silenciamentos e deslocamentos que se inscrevem na materialidade histórica e ideológica de cada dizer. É nesse entremeio da língua, condições de produção, subjetividades que a análise do discurso atua, tecendo gestos de leitura que permitem produzir sentido a partir de um discurso. Esse entendimento leva a compreender, por exemplo, que as denominações atribuídas aos sujeitos — como os que circularam na cobertura jornalística do *8 de janeiro de 2023* — produzem sentido no discurso e são parte de um processo de filiações ideológicas e discursivas e condições de produção específicas. É importante reforçar que sujeito e sentido se constituem juntos, ou seja, ao denominar, o meio de comunicação também se significa. Ao dizer algo, diz-se também a partir da posição de quem denomina.

Nesse contexto, o processo de denominação ganha centralidade. Como explica Mariani (1998), denominar é mais do que nomear; é um processo discursivo que atua na constituição dos sentidos, ao inscrever o objeto nomeado em determinada formação discursiva.

Denominar não é apenas um aspecto do caráter da designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o

---

<sup>2</sup> Conceito de análise que abordaremos ainda neste capítulo.

histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade. (MARIANI, 1998, p. 118).

Essa concepção reforça que denominar é um gesto de significação que se dá no interior do discurso, isto é, na articulação entre a linguagem e suas condições de produção históricas e sociais. Tal formulação ecoa a perspectiva de Guimarães (2002), para quem a designação remete a um processo de filiação ideológica e de construção de referentes no interior de uma memória compartilhada. Assim, ao analisarmos as denominações como *manifestantes*, *vândalos* ou *terroristas* nos discursos jornalísticos, observamos mais do que denominações ou designações, vemos disputas por efeitos sentidos que atualizam memórias, tensionam posições e constituem sujeitos.

Os processos de designação - segundo Guimarães (2002) - e denominação - segundo Mariani (1998) - tem semelhanças e diferenças. O primeiro está ligado à ordem do simbólico e diz respeito à constituição de objetos de discurso. Ou seja, trata principalmente de como o objeto em questão é construído enquanto referência em um enunciado. Já o segundo está associado a produção de sentido a partir da filiação da denominação a uma formação discursiva. Ou seja, a mobilização de sentidos e apagamento de outros e a inscrição histórica e ideológica que determinados sentidos carregam. Ambos os conceitos nos ajudam a entender o percurso de significação em relação as palavras para o discurso, mas dentro da nossa perspectiva analítica, a denominação é a que melhor define aquilo que buscamos, ou seja, os efeitos de sentido colocados em cena, a partir do discurso jornalístico.

Nesta dissertação, investigamos os efeitos de sentido produzidos a partir das designações ou denominações, usadas pela *CNN Brasil* durante a cobertura dos ataques às sedes do Três Poderes, ocorridos em 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Escolhemos como ponto de partida, as denominações *manifestação* e *terrorismo*, que foram usadas ao longo da cobertura. Para exemplificar tudo o que acabamos de dizer, trouxemos as delimitações do dicionário sobre o que elas podem significar.

O dicionário Michaelis (2015) para o verbete *manifestação* nos oferece os seguintes sentidos:

1. Ato ou efeito de manifestar(-se); 2. Ato de expressar-se publicamente; 3. Grupo de pessoas que se reúnem em local público para defender seus direitos, opiniões etc.; 4. Ato de revelar ou transparecer um sentimento; 5. (Medicina) Surgimento de uma doença ou modo pelo qual ela se manifesta; 6 (Religião) Meio pelo qual Deus ou uma entidade espiritual se dá a conhecer

no mundo material; 7. (Religião) Incorporação de entidade espiritual no corpo do médium. (MICHAELIS, 2015).

Já o verbete *terrorismo* é definido pelo mesmo dicionário da seguinte forma:

1. Sistema governamental que se impõe por meio do terror, sem respeito aos direitos e às regalias dos cidadãos; 2. Uso sistemático da violência como meio de repressão; 3. Ato de violência contra um indivíduo ou uma comunidade, com o objetivo de provocar transformação radical da ordem estabelecida; 4. por extensão. Atitude de intolerância por parte de indivíduo ou grupo de indivíduos com aqueles que não compartilham suas convicções políticas, artísticas, religiosas etc. (MICHAELIS, 2015).

Esses sentidos trazidos pelo dicionário são delimitações: um modo de estabelecer um controle, como se sempre fosse um ou outro. O dicionário cola, a análise do discurso, a qual nos filiamos suspeita, porque quando olhamos para as definições do dicionário que apontam para lugares estáveis de significação, precisamos, também como já dissemos, observar as suas condições de produção. Olhar para o dicionário é uma forma de compreender os sentidos das palavras, mas não é este o foco desse nosso trabalho. Essas definições ilustram tentativas de estabilização de sentidos. Entretanto, como analistas do discurso, interessa-nos compreender como os sentidos se deslocam conforme o contexto e a ideologia em jogo.

Dessa forma, é possível que nos refiramos ao *8 de janeiro*, fazendo uma referência à invasão à Praça dos Três Poderes, sem que precisemos explicar, trazer as condições de produção. Caso se consolide como acontecimento histórico e discursivo (histórico sempre foi), o *8 de janeiro* será evocado automaticamente pelos discursos, por meio da memória discursiva.

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade - com a qual é preciso um dia se confrontar - de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da "linguagem", a da "significância" (Barthes), do simbólico e da simbolização... (PÊCHEUX, 1999, p. 50, aspas do autor).

Essa concepção amplia o entendimento da memória, que passa a ser vista como um processo coletivo, atravessado pela ideologia e pela história. Na perspectiva de Pêcheux (1999),

a memória discursiva não se limita à lembrança individual, mas diz respeito a uma rede de dizeres já-ditos, que orientam e limitam o que pode ser dito em determinadas condições de produção. Esses dizeres anteriores não desaparecem, permanecem como marcas que atravessam o discurso, sendo reativadas e ressignificadas a cada novo enunciado.

Orlandi (2015[1999], p. 29) diz que “o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.” Assim, a memória — esse conjunto heterogêneo de sentidos que circulam socialmente — afeta o modo como o sujeito significa em um determinado contexto discursivo.

Nomear o *8 de janeiro de 2023* é ativar diferentes memórias discursivas — como as de protestos, golpes, ou atos terroristas — e, com isso, inscrever esse acontecimento histórico em redes de sentidos que nos mostram disputas ideológicas e posições sociais. Para Orlandi, o discurso tem papel central na formação dessa memória, pois são as denominações, que produzem regiões de significância sobre os referentes históricos. Ao se referir ao *8 de janeiro*, não lidamos apenas com uma data, mas com uma construção discursiva que pode vir a se fixar como um marco na memória, na história política e na democracia no Brasil. Ainda que os ataques possam ser datados, eles se inscrevem em uma longa rede discursiva de eventos e sentidos que os antecedem (e sucedem) — e é justamente isso que a memória discursiva mostra.

Com base nessas reflexões sobre os efeitos de sentido, a produção discursiva e o papel da denominação nos processos de significação, voltamo-nos para a cobertura jornalística dos ataques de *8 de janeiro de 2023*. Nesse cenário, o jornalismo atua como espaço de disputa de sentidos, e suas escolhas denominativas se mostram decisivas para a construção de uma memória sobre o acontecimento.

O jornalismo, enquanto espaço de produção e disputa de sentidos, teve papel central na cobertura dos ataques de *8 de janeiro de 2023*. A repercussão foi imediata, tanto em canais especializados como *CNN Brasil* e *Globo News*, quanto em redes sociais. Essa visibilidade reforça o papel da mídia na construção discursiva dos acontecimentos histórico e discursivos. Para nossa análise escolhemos um dos canais especializados em notícia: a *CNN Brasil*. Em nosso capítulo com a descrição do *corpus* (p. 36) detalhamos melhor essa escolha, e posicionamos a emissora no contexto sócio-histórico, ou seja, na conjuntura social da época.

Começamos nossa análise buscando também as condições de produção desse discurso, ou seja, identificamos qual era a situação do país, os envolvidos no ataque, as tensões políticas que abarcavam tudo isso. São condições constitutivas dos efeitos de sentido do discurso.

A *CNN Brasil* ficou mais de seis horas no ar, ao vivo, cobrindo os ataques. Como não conseguimos analisar tudo o que é dito, nosso foco foi em como os jornalistas *denominaram* (sob o viés do conceito de denominação, explicada neste capítulo) os envolvidos nesses ataques.

Entender esse processo é muito importante para nosso resultado, pois as escolhas, os apagamentos promovidos por elas e o não explícito - mas ,mesmo assim, dito - são determinantes dos dizeres, portanto os efeitos de sentido do discurso. Ferrari e Medeiros (2012) nos ajudam nesse processo de entender o conceito das denominações.

A linguagem, no processo de denominação, é capaz de estabelecer uma referência, uma designação, de forma a tornar visível aquilo a que se refere, de forma a dar existência àquilo que se nomeia. Em contrapartida, sentidos se colam como se houvesse uma relação sempre já-lá estabelecida entre a palavra e a coisa. (FERRARI e MEDEIROS, 2012, p. 84).

Entendemos assim a importância da linguagem, mas mais importante ainda é a referência que se faz a partir do uso dessa linguagem. Não vamos analisar apenas quais são as *denominações* usadas para se referir aos envolvidos no ataque, mas como a *denominação* gera efeitos de sentido.

Um dos primeiros passos na nossa análise foi questionar como a denominação *manifestantes* produziu sentidos na cobertura jornalística da *CNN Brasil* no dia 8 de janeiro. O discurso da mídia mantém o mesmo sentido ao longo de toda a cobertura? Com isso em mente, buscamos responder ao nosso objetivo principal: entender quais sentidos circularam pela *CNN Brasil* durante a cobertura dos ataques ocorridos em 8 de janeiro? Além disso temos como meta específica investigar as variações nas *denominações* utilizadas para se referir aos manifestantes. Vale aqui reforçar os dizeres de Ferrari e Medeiros (2012, p. 85) sobre o denominar.

Nome é, pois, discurso. E, na ordem do discurso, as denominações fazem emergir posições-sujeito dos enunciadores, evidenciando, assim, formações discursivas às quais estão vinculadas. A linguagem e a exterioridade linguageira representam uma posição em relação ao que se denomina, estão na confluência da língua e da história e produzem sentidos. (FERRARI e MEDEIROS, 2012, p. 85).

Precisamos, neste percurso, entender o que são essas *posições sujeito* e como funcionam as *formações discursivas*, pois a partir delas os sujeitos – no caso da nossa pesquisa, o sujeito-jornalista filiado a *CNN Brasil* – produzem sentidos nas *denominações* postas em circulação na cobertura dos ataques de 8 de janeiro de 2023.

Para responder a essas (e outras), inquietações vamos nos debruçar sobre as seis horas de cobertura, fazendo recortes pontuais de momentos onde o discurso jornalístico se refere diretamente aos *manifestantes*, que em outros momentos são denominados de outra forma, como *invasores*, *vândalos*, *criminosos*, entre outros. A partir das sequências discursivas selecionadas — cuja metodologia de escolha será apresentada no capítulo 3 (p. 34) —, investigamos se, e de que forma, ocorreram deslizamentos nas denominações utilizadas, observando as posições ideológicas e as formações discursivas mobilizadas na cobertura da *CNN Brasil*. É, pois, muito importante identificar essa formação ideológica presente, pois ela é norteadora dos efeitos de sentido colocados em circulação, como nos explica Orlandi (2005 p. 44): “Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza dizer”.

É nesse movimento entre linguagem, ideologia e história que nos posicionamos, enquanto analistas do discurso, para pensar como os sentidos sobre o *8 de janeiro de 2023* são construídos, disputados e significados na mídia. Diante disso, voltamo-nos para a cobertura da *CNN Brasil* não apenas para identificar as denominações utilizadas, mas para compreender os efeitos de sentido que emergem delas — *manifestantes*, *terroristas*, *invasores* —, reforçando o funcionamento, as posições-sujeito, disputas ideológicas e movimentos de significação em torno do *8 de janeiro de 2023*.

Para orientar a leitura desta pesquisa, estruturamos a dissertação em cinco capítulos após a introdução. Na Introdução, já apresentamos o tema, o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos, contextualizando o discurso jornalístico e o acontecimento histórico e discursivo do *8 de janeiro de 2023*. O Capítulo 1 aborda o referencial teórico, com discussão dos conceitos centrais da Análise do Discurso materialista, como formação discursiva, sentido, ideologia, memória, interdiscurso e denominação. No Capítulo 2, detalhamos a metodologia, apresentando a definição e o recorte do corpus, os critérios de seleção e a análise cronológica das sequências discursivas, elemento fundamental para a compreensão dos resultados. O Capítulo 3 contextualiza o acontecimento discursivo, situando o corpus no espaço sócio-histórico e retomando os elementos anteriores que permitiram identificar formações discursivas e memórias já em circulação, conforme será apresentado no quadro de invertebradas ditas por Bolsonaro antes e após as eleições de 2022. O Capítulo 4 é dedicado à análise das sequências discursivas, organizadas, por vezes, em blocos ou individualmente, sempre de forma cronológica, evidenciando os microacontecimentos dentro do acontecimento discursivo maior. Nesse capítulo, destacam-se os deslizamentos de sentido, as interdições e a produção de sentido

no discurso jornalístico por meio das denominações presentes na cobertura do *8 de janeiro de 2023*. Por fim, o Capítulo 5 apresenta as considerações finais e conclusões, refletindo sobre o papel do discurso jornalístico, além de apontar as contribuições teóricas e históricas alcançadas com a análise do acontecimento.

## 1. PERCURSO TEÓRICO - OS EFEITOS DE SENTIDO DE *MANIFESTANTES*

Neste capítulo vamos percorrer um caminho metodológico de revisão da teoria da Análise do Discurso materialista desenvolvida por Michel Pêcheux na década de 1960 e trazida ao Brasil por Eni Orlandi na década de 1970. Assim o faremos para possibilitar a compreensão do funcionamento discursivo proposto, mobilizando os conceitos de discurso, condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, sujeito, ideologia, denominação e discurso sobre alguns dos quais já abordamos na introdução.

A Análise do Discurso materialista é uma teoria de entremeio e é apresentada assim por Pêcheux (2009, p. 22), pois busca compreender o discurso dentro de seu contexto social e histórico, enfatizando as relações de poder e as condições materiais que influenciam a produção de significado. Isso quer dizer que os discursos não são práticas meramente linguísticas, mas produtos de práticas sociais, ligadas à ideologia e à luta de classes.

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões Linguísticas, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar “as práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no “estudo da linguagem” e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um “país ocidental”, sob a dominação da ideologia burguesa. (PÊCHEUX, 2009, p. 22, aspas do autor).

Nessa perspectiva Pêcheux destaca a importância de considerar a história e as relações sociais para que seja possível analisar os sentidos de um discurso que vão além das práticas linguísticas. O autor destaca que é na perspectiva da luta de classes pelo contexto social que conseguimos identificar ideologicamente o contexto de determinada formação social. O que Pêcheux nos alerta é que as práticas sociais e as formas de interação alteram o uso da língua, por isso é importante que esse contexto seja observado. Os aparelhos ideológicos, que são o Estado, escola, igreja e os meios de comunicação, disseminam e reforçam ideologias, por isso precisam ser consideradas no contexto da produção de sentidos.

A análise do discurso, conforme reforçado por Orlandi (2015[1999]), não se limita ao estudo da linguagem apenas como um sistema fechado ou gramatical a partir da estrutura normativa, embora esses aspectos sejam importantes, haja vista que não cabe desassociar tais elementos em um procedimento analítico. O objeto da análise do discurso não está na superfície

das palavras, mas no processo de construção de sentido na e pela linguagem em funcionamento e em movimento.

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2015[1999], p. 13).

Análise do discurso é, portanto, a observação da interação humana a partir de um contexto social. Essa análise não se limita a identificar palavras isoladas, mas identifica o processo de produção de sentidos a partir do contexto. Na Análise do Discurso materialista se busca compreender a língua fazendo sentido na constituição do homem historicamente, conforme diz Orlandi.

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2015[1999], p. 14).

O discurso assim sendo, precisa ser entendido enquanto uma prática que observa o exterior. Ao observar o exterior, ou seja, seu funcionamento, olhamos para o contexto histórico e social em que as pessoas vivem. Isso reforça que a linguagem não é neutra, mas tem o sentido atribuído através da ideologia, das relações sociais e da história. Assim o analista deve ir além da linguagem em si, e ao observar as exterioridades, identificar quais são as relações de poder existentes, as formações ideológicas, os contextos sociais, pois é a partir disso que o discurso evoca sentidos.

Observar esse funcionamento consiste, segundo Pêcheux (1997) em analisar as condições de produção do discurso que o autor define como processo de produção.

Propomos designar por meio do termo *processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em "circunstâncias" dadas. (PÊCHEUX, 1997, p. 74, aspas e itálicos do autor).

Para analisar o sentido de um discurso entendemos que ele não é homogêneo, mas faz sentido a partir de um contexto determinado. O que Pêcheux explica quando diz “circunstâncias dadas” é que esse discurso tem sentido a partir do contexto social, cultural, histórico. Dito de

outra forma, o sentido do discurso está ligado diretamente ao contexto em que ele foi produzido. Para exemplificar o próprio autor cita condições de produção de um discurso.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política. (PÉCHEUX, 1997, p. 77, aspas do autor).

Assim, ao tratar das condições de produção — isto é, *quem fala, de onde fala e em que conjuntura* —, o analista do discurso mostra que o sentido se constitui na rede de relações sociais que atravessa o dizer. A análise do discurso, como lembra Mariani (1998, p. 23), “encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos do seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito”. O objeto da análise do discurso, portanto, não é a palavra isolada, mas o processo histórico-social que a faz significar. Nessa perspectiva, a linguagem funciona como material de sustentação: necessária para que o discurso exista, mas insuficiente para explicar seus efeitos. O ponto principal da análise está ancorado nas condições de produção, pois é nelas que os discursos se instauram, mobilizam memórias, disputam posições e produzem os efeitos de sentido que vão além da mera prática de transmissão de informação.

As condições de produção dos sentidos estão vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos - reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um “futuro” dos sentidos - quanto àquilo que falha, que desloca os sentidos”. (MARIANI, 1998, p. 28).

Ao decidir analisar as diferentes denominações atribuídas a um mesmo grupo de participantes – e, sobretudo, os contextos em que essas denominações emergem e são atualizadas/alteradas – tomamos como foco o movimento histórico de deslocamento de sentidos. Cada alteração de denominação (*manifestantes, invasores, terroristas*, por exemplo) não é um simples detalhe ou mero efeito de sinônimo; ela carrega disputas de memórias, reposiciona sujeitos e reconfigura o acontecimento no campo social. Assim, o objeto desta

pesquisa consiste em descrever e analisar como tais deslocamentos se produzem, quais formações discursivas são mobilizadas em determinados momentos da cobertura jornalística e que efeitos de sentido emergem quando uma denominação é usada ao invés da outra.

Nos procedimentos analíticos, mobilizamos os fundamentos da Análise do Discurso materialista, para a qual – como explica Pêcheux (2009 [1988]) – “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”. Desse princípio decorre que toda denominação é, simultaneamente, um gesto de inscrição ideológica e de constituição de posições-sujeito: quem enuncia fala a partir de lugares socialmente demarcados, carregando memórias discursivas que delimitam o campo do dizível e do indizível.

O sentido está ancorado nas relações de força que estruturam o social em um dado momento histórico; por isso é sempre ideologicamente marcado. Dessa maneira, ao acompanhar os percursos dessas denominações na cobertura da *CNN Brasil* sobre 8 de janeiro, buscamos **analisar: as formações discursivas** que emergem do discurso e se há disputa pela dominância de uma em relação a outra. Se há uma formação discursiva que legitima os ataques denominando-os enquanto *protestos*; outra os criminaliza, denominando *ataque*; ou ainda uma terceira (ou quarta) que evoca outras formações discursivas. Os deslocamentos de memória discursiva que acontecem no discurso quando há a substituição de uma denominação por outra – deslocamentos que atualizam velhos conflitos políticos e reescrevem o acontecimento histórico à luz de novas perspectivas. A alteração das posições-sujeito, isto é, os lugares que os sujeitos passam a ocupar (*patriota, vândalo, terrorista*) e as práticas sociais que tais lugares autorizam ou não.

Compreender esse funcionamento discursivo implica, portanto, articular língua, história, ideologia e sujeito: somente assim é possível explicar por que certas denominações se impõem, por que outras são descartadas e como, nesse processo, se reconfigura o sentido do próprio acontecimento histórico para o imaginário social.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. (ORLANDI, 2015[1999], p. 45).

Orlandi (2015[1999]) reforça a necessidade de olhar para a relação do sujeito e a língua no processo discursivo, mostrando que o sentido nunca é simplesmente um recorte fixo, mas sim o resultado de uma relação complexa e dinâmica entre o sujeito, a língua e a história. Ao

afirmar que “não há sujeito sem ideologia” e que “ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”, Orlandi aponta para impossibilidade de desassociar as formações ideológicas e o modo como o sujeito é constituído no interior do discurso. Essa perspectiva reforça que o sujeito é um efeito produzido pelas condições históricas, sociais e simbólicas em que está inserido, o que implica que toda análise de sentido carrega marcas ideológicas profundas, muitas vezes inconscientes.

Assim, analisar o discurso a partir desse viés implica ir além do simples registro da língua puramente como transmissora de uma informação, voltando-se para o movimento dos sentidos, para o percurso histórico e social que molda e condiciona o que pode ser dito, por quem e com quais efeitos. Isso fortalece a importância da Análise do Discurso materialista, fundamentada nas relações entre linguagem, sujeito, ideologia e história. O sentido é sempre atravessado por tensões ideológicas que produzem e sustentam as formas de subjetivação que fazem parte de qualquer discurso.

Na introdução desse trabalho (capítulo 1) apresentamos as definições no dicionário para mostrar o funcionamento dos sentidos nas palavras. Nossa pesquisa, porém, as utiliza apenas como ponto de partida, pois as próprias denominações deslizam os sentidos. Muito embora o dicionário nos sirva como um dispositivo para, de certa forma, regularizar os sentidos de determinadas palavras, sob a perspectiva da Análise do Discurso entendemos que não existe estabilidade de sentido. Ferrari e Medeiros afirmam:

Para o analista de discurso, o dicionário tece um intrincado jogo de delimitação dos sentidos; e, no entanto, em cada uma dessas já corriqueiras práticas, aquilo que não é formulado se inscreve, o não dito se faz presente e aponta outras pistas de leitura. Em sua materialidade linguística, podem ser lidas rotas de sentidos, com seus desvios, atalhos, buracos, tapumes. (FERRARI e MEDEIROS, 2012, p. 89).

O dicionário administra os sentidos como se eles fossem ‘colados’, como se já fossem dados e já significassem antes de estarem em circulação. Para a análise do discurso, esses sentidos não são transparentes, mas se movimentam de acordo com as condições de produção do discurso.

Todo enunciado é intrinsicamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar de interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Dentro de sua própria trajetória intelectual, Pêcheux (2009 [1975], p.147) desenvolve conceitos importantes para o entendimento de hoje de discurso. Tomaremos como ponto de partida, como arcabouço teórico, o conceito de discurso como estrutura aberta, sendo ao mesmo tempo estrutura e acontecimento. Isso porque o sentido está para fora da linguagem, nas condições de produção e na ideologia, sendo essa representada no discurso pelas formações discursivas, que Pêcheux define como: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. (2009 [1975], p. 147).

Do mesmo modo, as denominações também significam e evocam sentidos ao passo que são discursivizadas. Elas carregam sentidos que já estão funcionando nas formações discursivas. Quando Jair Bolsonaro produz um enunciado, tal qual, “liberdade de expressão” (ao se referir à ditadura militar) ele está se filiando a um discurso que evoca a memória a partir de uma posição que vê o período militar como uma revolução e não uma ditadura. Essa filiação está ligada a formação discursiva 1.

As denominações significam, e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que elas “iluminam” a natureza das relações de força existentes numa formação social, ou, em outras palavras, tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. Elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação. (MARIANI, 1998, p. 118-119, aspas da autora).

O uso das denominações é fundamental para fazer emergir os conflitos e os posicionamentos discursivos e ideológicos que permeiam o discurso, pois elas refletem como os sujeitos se situam histórica e politicamente. A dimensão da antecipação manifesta-se quando os discursos não apenas evocam o passado ou o presente, mas também projetam futuros possíveis, apontando posições discursivas e mobilizações políticas. Por isso, as denominações funcionam como regiões de sentidos, como já dissemos acima, ou seja, tornam possíveis as

análises das relações de poder e das tensões ideológicas que estruturam os processos discursivos.

Nessas condições de produção – marcadas pelo mandato de Jair Bolsonaro como presidente (2019-2022) – identificamos uma formação discursiva, que chamaremos de formação discursiva 1, ao longo da nossa pesquisa, vamos mostrar elementos que posicionam e ajudam a entender esse funcionamento. Ela se sustenta pelo controle político, que é regido pela ordem, costumes conservadores e que evoca uma memória da ditadura, mesmo que não dita, mas que é constantemente lembrada pelo/no discurso. No chamado *cercadinho*<sup>3</sup> do Palácio da Alvorada, o então presidente falava a partir de um lugar de poder que reposicionava os jornalistas como meros ouvintes, ou mesmo adversários que precisavam ser deslegitimados. O gesto de falar apenas protegido por um cercadinho – mesmo que não dito – criava uma distância, onde Bolsonaro não podia ser alcançado, enquanto colocava os jornalistas e adversários políticos sob insultos ou ameaças nem sempre veladas. Isso produz um efeito de hierarquia – tal qual existe na hierarquia militar - que naturaliza a superioridade a partir do lugar (patente) que os sujeitos ocupam. O Presidente-porta-voz da “verdade” *versus* a imprensa “inimiga do povo”.

Esses sentidos produzem no discurso um efeito de antecipação ao *8 de janeiro de 2023*: ao longo do mandato, o então presidente Bolsonaro desloca continuamente o sentido de democracia, transformando-a em um problema, como veremos no capítulo 4 dessa pesquisa. Simultaneamente, reposiciona a ditadura como referência de ordem e liberdade. Assim, o atentado às sedes dos Três Poderes emerge como continuação dessa FD: um ato que, para seus apoiadores, tenta corrigir o erro institucional de 2022, ou seja, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, eleito por direito e democraticamente. Quando Bolsonaro enunciava tais dizeres, havia um jogo de projeção de efeitos de sentido. Apesar de não ser um controle dos dizeres, Bolsonaro mobilizou a imagem de seus apoiadores a partir dos discursos contra a democracia.

Tudo isso faz parte da rede de sentidos, que nesse caso é atravessada pelas formações imaginárias que são resultado de processos discursivos anteriores e que posteriormente são mobilizados por meio da antecipação.

---

<sup>3</sup> O “cercadinho de Bolsonaro” era o nome informal dado ao espaço reservado em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, onde o então presidente Jair Bolsonaro se encontrava quase diariamente com apoiadores e jornalistas, durante o seu mandato (2019–2022).

a) hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelece as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (grifos e itálicos do autor). (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83).

Isso quer dizer que o lugar a partir do qual o sujeito enuncia é constitutivo do que é dito, uma vez que as posições que ocupam, através das formações imaginárias, determinam as relações de força que atravessam o discurso. Do mesmo modo, as relações de sentido evidenciam que nenhum discurso existe de maneira isolada, pois todo dizer se constrói na relação com outros dizeres, já-ditos ou possíveis de emergir em determinado discurso. Nesse movimento, instauram-se jogos de imagens entre os sujeitos e entre os lugares simbólicos que ocupam, articulando o que foi dito ao que pode vir a ser dito. As formações imaginárias, assim, não se referem aos sujeitos empíricos, mas às imagens que se produzem a partir das projeções das posições-sujeito, nas quais se inscrevem as formações ideológicas e discursivas dentro das condições de produção.

É nesse ponto que podemos aproximar o pensamento de Orlandi (2015 [1999]), que desenvolve o conceito de **antecipação** como mecanismo que atualiza, no ato da enunciação, o funcionamento das formações imaginárias propostas por Pêcheux. Se em Pêcheux compreendemos a constituição das imagens que estruturam o dizer, em Orlandi vemos o movimento pelo qual o sujeito, ao enunciar, mobiliza essas imagens e projeta sentidos possíveis, considerando o lugar que imagina ocupar e o lugar que atribui ao outro, mesmo que não se possa controlar os efeitos que ocupar essas posições trazem ao processo discursivo.

Pelo mecanismo da antecipação, também temos, por exemplo: a imagem que o dirigente sindical tem da imagem que os funcionários têm daquilo que ele vai dizer. E isto faz com que ele ajuste seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de jogadas, ou seja, quem mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos (no caso, eleitores). (ORLANDI, 2015[1999], p. 39).

A citação de Orlandi nos ajuda a compreender como o dizer sempre é carregado de sentido. Ele é atravessado por mecanismos, como o de antecipação que mobilizam

representações — tanto do sujeito que fala quanto o sujeito a quem o discurso é direcionado. No campo político, especialmente, esse jogo de imagens é central para a constituição dos sentidos e dos sujeitos: o sujeito não fala apenas a partir de si, mas a partir de uma posição discursiva. É importante dizer que apesar disso, os sujeitos se filiam à ideologia e às formações discursivas de forma inconsciente. Não há na antecipação um controle dos efeitos de sentido.

Para explicar o movimento de deslizamento de sentidos, mobilizamos a noção de memória discursiva. Indursky (2011, p. 72) nos lembra que a memória, enquanto construção social, atua simultaneamente em duas direções: por um lado, ela estabiliza e regulariza sentidos; por outro, permite que eles deslizem, se atualizem e se modifiquem, de acordo com as formações discursivas em jogo. Nesse funcionamento, os sentidos não são fixos, mas atravessados por disputas, silenciamentos e retomadas históricas que se posicionam na relação entre o dito e o não dito.

A memória discursiva se diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, isto significa que ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FD, no interior das quais ele recebe seu sentido. [...] a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados. Ou seja: ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. (INDURSKY, 2011, p. 72-73).

Esse funcionamento pode ser observado nas recorrentes referências à ditadura militar presentes nos discursos de Jair Bolsonaro, tanto durante seu mandato presidencial (2019–2022) quanto ao longo de sua trajetória parlamentar (conforme consta na tabela do capítulo 4). Em suas formulações, há uma constante valorização do golpe de 1964, representado não como ruptura autoritária, mas como ação legítima e benéfica ao país. Trata-se de uma posição discursiva marcada por uma filiação ideológica que ressignifica o regime militar de forma positiva, produzindo efeitos de sentido que tensionam a memória coletiva sobre aquele período.

Esse gesto de valorização da ditadura ecoa em outros sujeitos alinhados à mesma formação discursiva, como no caso do deputado federal General Girão (PL-RN), cuja citação reforça o enquadramento do golpe como um evento necessário. O discurso, nesse caso, se constitui como lugar de inscrição de uma memória que disputa com outras versões da história, reatualizando sentidos em uma formação discursiva que busca legitimar o autoritarismo.

Nas Forças Armadas, **a gente lamenta muito que quem na época tentou implantar o comunismo no Brasil voltou, assumiu o poder e insiste em contar uma história diferente**. Dizem que as Forças Armadas implantaram um regime ditatorial. Todos os presidentes militares foram eleitos em sessão do Congresso Nacional. (GIRÃO, 2024. Disponível em: <https://acesse.dev/d3ajd>. Acesso em: 27/10/2024. Negritos nossos).

A declaração do deputado federal mostra um posicionamento favorável à ditadura militar, não a colocando em uma posição de golpe, nem a considerando um regime autoritário, a partir da formação discursiva 1. Quando o deputado diz que quem está no poder insiste em dizer que foi um regime ditatorial, ele não se filia a mesma formação discursiva, mas a uma outra que materializa sentidos sobre um governo militar eleito pelo Congresso Nacional, como cita em seguida, como parte de um Governo necessário para frear o comunismo.

O enunciado “a gente lamenta muito que quem na época tentou implantar o comunismo no Brasil voltou, assumiu o poder e insiste em contar uma história diferente”, se inscreve na formação discursiva 1, que é ancorada em uma discussão anticomunista, por vezes associada ao antipetismo no Brasil. Tal discurso evoca uma memória da Guerra Fria que foi um discurso usado para a implementação do golpe militar de 1964 no Brasil.

Ao dizer “quem tentou implantar o comunismo no Brasil”, o sujeito General Girão, atualiza o efeito de que o comunismo é uma ameaça à ordem, à moral, à pátria e aos bons costumes. Tal denominação remete ao posicionamento de um **inimigo nacional**, que na ditadura, precisava ser combatido a todo custo – mesmo que com perseguição, violência e morte – para poder manter o Estado ordeiro.

A lamentação pela “volta” desse sujeito ao poder “voltou, assumiu o poder” mostra uma negação da legitimidade democrática. Como tal discurso foi após a eleição de 2022, ele se refere ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Há, desse modo, um apagamento da escolha popular nas urnas, em um discurso que sugere a não aceitação do resultado das eleições democráticas.

A última parte destacada “insiste em contar uma história diferente” mostra a disputa de sentidos e memória sobre o passado. O que está em disputa é a dominância da formação discursiva. O sujeito desqualifica quaisquer outros sentidos de sua formação discursiva sobre o período do golpe militar (que silenciava e matava quem se opunha ao regime). “História diferente”, é aqui uma memória ilegítima, portanto, não deve ser considerado, sob a ótica do sujeito do discurso.

Trata-se de um gesto de apagamento de uma formação discursiva (a que não aceitava e não aceita a ditadura militar) que reatualiza a ideologia autoritária e violenta como forma de

dominação política. Ela não apenas nega os crimes da ditadura como também coloca em dúvida o sistema eleitoral e criminaliza o atual cenário da democracia brasileira. Nesse enunciado, memória e ideologia se articulam de forma clara, expondo o funcionamento da **interdição, da antecipação** dentro da luta pelos sentidos da história recente do Brasil.

Essa **interdição** funciona no discurso como um mecanismo de controle sobre o que pode ou não ser dito a partir de uma posição-sujeito em uma formação discursiva dada. Michel Foucault (2014 [1971], p. 9), na aula inaugural do *Collège de France*, fala sobre esse conceito.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, por fim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2014 [1971], p.9).

O que Foucault nos diz tem a ver com os limites impostos ao discurso, limites históricos e socialmente definidos pelas formações discursivas. A interdição funciona, nesse sentido, como um dispositivo de regulação do dizer: nem todos os sujeitos têm legitimidade para dizer tudo, em qualquer espaço, sobre qualquer tema. Há, portanto, uma rede de restrições que estrutura o campo do discurso e que impede certos dizeres de emergirem, seja por censura explícita, seja por exclusão simbólica, como ocorre no caso da ditadura, enquanto mecanismo de controle político em determinadas formações discursivas.

Para Pêcheux (1997), os sentidos não são livres, mas um já-la que funciona nas/pelas relações de força que determinam o que pode e deve ser dito em certas condições de produção:

As formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras. (PÊCHEUX *et al.*, 1971, s.p.).

Pêcheux nos mostra que o discurso está no campo ideológico e tem seu funcionamento a partir de possibilidades, em que certos sentidos são permitidos e outros, não. Ambos os pensamentos nos mostram que há sempre uma exterioridade ao discurso, um “fora” que age sobre ele, definindo o que pode emergir e o que deve ser silenciado.

Para exemplificar como as formações discursivas atuam nesse contexto, vemos uma

outra formação discursiva perpassando o sujeito e dando sentido ao discurso na declaração feita pela deputada federal do Psol de São Paulo, Luiza Erundina, comentando os 60 anos do Golpe de 1964 no Brasil:

A data não é para se comemorar, mas se rememorar, para evitar que o País passe por situações como aquela. [...] **Queremos justiça para aqueles que sofreram torturas e assassinatos**, para que seus familiares e companheiros possam rezar, acender uma vela, e agradecer por seu sofrimento e sacrifício. (ERUNDINA, 2024, grifos nossos. Disponível em: <https://acesse.dev/yZnjS>. Acesso em: 22 out. 2024).

Neste enunciado, a memória da ditadura é atualizada como trauma e violência, mobilizando sentidos ligados à reparação histórica e à justiça de transição. O discurso da deputada inscreve-se em uma outra formação discursiva (passaremos a chamar de formação discursiva 2), que entre os seus funcionamentos reconhece como golpe o movimento cívico-militar de 1964, um marco de ruptura democrática, pautando-se na denúncia das violações de direitos humanos e na crítica à construção de uma memória autoritária.

O enunciado destacado “queremos justiça para aqueles que sofreram torturas e assassinatos” é muito significativo e inscreve esse sentido em uma denúncia a partir da memória de quem sofreu no período. É um pedido de reparação simbólica das violências sofridas pelo regime militar. Ao dizer “queremos” o sujeito do discurso (Luiza Erundina) se coloca em uma posição sujeito de defensora de quem sofreu na ditadura. O discurso toma uma posição coletiva, evocando uma memória de grupo que está socialmente construída.

O discurso posiciona e dá voz aos sujeitos silenciados historicamente, aqueles que foram vítimas de “torturas e assassinatos”, reposicionando-os como vítimas de um Estado autoritário e não como inimigos da nação, conforme mobilizado pela formação discursiva 1. Aqui há um gesto de análise que afasta o apagamento desses sujeitos, emergindo um sentido de passado traumático, de dor colocando-o na atualidade, pedindo justiça, não apenas na esfera legal, mas também no social e político.

Esse dizer, atua diretamente na memória discursiva, atualizando sentidos antes barrados, interditados, pela formação discursiva que evoca sentido de apoio ao regime militar (formação discursiva 1). Ao denominar *torturas e assassinatos*, o enunciado desestabiliza discursos repetidos, que funcionavam de forma a negar crimes cometidos durante o regime militar, silenciando os sujeitos torturados ou assassinados. Tal movimento tentava apagar essa memória e inscrever outra, através dos deslizamentos de sentido relacionados à ditadura. Conseguimos assim, perceber o funcionamento dentro de uma ideologia política, de duas

formações discursivas diferentes. Uma delas – formação discursiva 1 – está diretamente ligada ao bolsonarismo e ao militarismo vinculado ao ex-presidente. Já a outra, (formação discursiva 2) condena o período militar, o posicionando como uma ditadura, um marco histórico negativo na política brasileira.

Nesse embate discursivo, observamos a atuação de diferentes formações discursivas, dentro da formação ideológica política. Tais formações discursivas se manifestam na forma de sentidos concorrentes. O que está em jogo é justamente o processo de produção da memória discursiva e seus efeitos políticos, em que cada nomeação — “golpe”, “movimento”, “regime”, “governo” — se inscreve em uma disputa que envolve silenciamentos, esquecimentos e atualizações. Assim, a análise do discurso permite compreender não apenas o que é dito, mas sobretudo como, por quem, e em que condições são evocados os modos de subjetivação e os efeitos de sentido produzidos nas lutas simbólicas que atravessam o espaço político e midiático.

Esse aspecto exemplifica o que Indursky (2011, p. 86) nos aponta sobre o conceito de interdiscurso, entendido como o conjunto complexo de todos os discursos já produzidos e que se relacionam dentro das formações discursivas às quais estão filiados. Em outras palavras, o interdiscurso é a rede discursiva onde se acumulam e se ancoram múltiplos sentidos e discursos, inclusive aqueles já esquecidos ou silenciados, independentemente da filiação ideológica ou da posição-sujeito que materializa o discurso atual.

No caso dos discursos sobre a ditadura militar no Brasil, por exemplo, observamos que embora os discursos do deputado General Girão e da deputada Luiza Erundina compartilhem a referência sócio-histórica ligada ao regime militar e a formação ideológica política, eles inscrevem em formações discursivas diferentes — ambas legitimadas por posições-sujeito específicas. Girão, ao negar o caráter autoritário da ditadura e evocar uma memória de “liberdade de ir e vir”, ativa uma formação discursiva que busca naturalizar e justificar o regime. Já discursos de oposição – politicamente falando – como o da deputada Luiza Erundina, inscrevem-se numa memória discursiva distinta que enfatiza as violações de direitos humanos e a necessidade de justiça, tensionando e desestabilizando a memória da extrema-direita. É nesta forma, que Indursky (2011) diferencia memória discursiva de interdiscurso que:

Significa que tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas. Ou seja: todos os sentidos já produzidos aí se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso não é dotado de lacunas. Ao contrário. Ele se apresenta totalmente saturado. Esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos produzidos por vozes

anônimas, já esquecidas. E é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva. (INDURSKY, 2011, p. 86).

O interdiscurso nessa perspectiva é visto como um espaço repleto de sentidos, onde tudo está englobado, independentemente da filiação ideológica ou discursiva do sujeito que materializa tal discurso. Já a memória traz apenas alguns sentidos, ligados diretamente à formação discursiva específica de um enunciado. Isso mostra que nenhum discurso está isolado, mas conectado a outros discursos que o antecedem e que podem ser outros em outro momento. É como se o interdiscurso fosse um guarda-chuva onde estão todas as memórias discursivas.

Essa distinção é fundamental para compreendermos a diferença entre memória discursiva e interdiscurso: a memória discursiva refere-se à rede de sentidos autorizados dentro de uma formação discursiva específica, regulados pela posição-sujeito e pelo campo ideológico em que o discurso se insere. Já o interdiscurso, conforme Indursky, é um campo muito mais amplo e heterogêneo, onde todos os sentidos já produzidos coexistem e são ativados a partir de uma formação discursiva. Assim, qualquer discurso atual é atravessado por esse complexo interdiscursivo, que carrega muitos dizeres, inclusive aqueles recusados ou interditados pelas formações discursivas dominantes.

No contexto do nosso *corpus*, essa articulação entre interdiscurso e memória discursiva é fundamental para entender os deslocamentos e tensões dos sentidos na disputa política atual, especialmente nas denominações relativas aos ataques de 8 de janeiro de 2023. Por exemplo, a denominação *manifestantes* ou *terroristas* não apenas reflete diferentes posicionamentos e filiações de sentido, mas também dialoga com uma multiplicidade de sentidos e lembranças anteriores inscritas no interdiscurso sobre protestos, violência política e legitimidade do Estado. Esses sentidos são ativados, refutados ou reafirmados conforme as formações discursivas em jogo e as posições-sujeito mobilizadas pelos sujeitos envolvidos no processo discursivo e pela memória.

Os saberes sobre Ditadura Militar podem ser diferentes, dependendo da formação discursiva sob a qual o sujeito está filiado. Existe aqui uma espécie de paradoxo. Isso porque, apesar do sujeito ter uma falsa ideia de que está no controle, à frente da produção dos sentidos do discurso, ele só pode falar a partir de um lugar já constituído, dentro de circunstâncias definidas (mesmo que ele não perceba isso). Um dos critérios para que o discurso se materialize pela língua é a interpelação pela ideologia. Assim, um sujeito é sempre já constituído. Esse critério é o que Pêcheux (2009[1975] p. 149) chama de “assujeitamento”. Antes mesmo de nascer, um indivíduo é interpelado pela ideologia, seja pelo que os pais ideologicamente lhe

impõe, ou o que ouve ainda na barriga da mãe. É como se a cada estímulo, fosse se criando uma filiação ideológica que vai definir o que pode ser dito a partir de que posição. Assim que o indivíduo é perpassado ideologicamente, ele absorve a forma sujeito.

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 150).

O sujeito do discurso é formado pelo *esquecimento* de todo o processo ideológico, social e histórico que o forma. Isso significa que ao assumir uma posição ele não percebe os fatores externos ao discurso constituintes desse sujeito. Justamente a partir disso, precisamos fazer a análise do discurso. Somente a partir daí, que é possível traçar nosso percurso de análise, como manda a teoria da Análise do Discurso materialista. Isso porque, a denominação *manifestação*, evoca diferentes efeitos de sentido durante a cobertura dos ataques aos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023.

Sendo assim, para conseguirmos chegar à constituição desses sentidos, precisamos observar as tensões que vão, de uma certa forma, estabilizar sentidos e, de outras, causar tensões, deslocando-os. Nesse percurso teórico-metodológico que sustenta esta análise, partimos da concepção materialista de discurso — onde língua, sujeito, história e ideologia caminham juntas — mostramos que nenhuma palavra “existe por si”: seu valor emerge apenas quando ela circula em formações discursivas que a autorizam, a deslocam ou a interditam. Retomamos nesse percurso teórico as contribuições de Pêcheux (condições de produção, sujeito, sentido, ideologia e formações discursivas) e de Orlandi (antecipação), articulando-as com a noção foucaltiana de interdição e com a leitura de Indursky sobre o interdiscurso e a memória.

Esse arcabouço teórico oferece, portanto, olhares necessários para compreender por que a cobertura da *CNN Brasil* sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023 não se reduz a uma simples escolha de palavras (denominações), mas funciona como entremeio de uma luta simbólica pela hegemonia dos sentidos. Cada denominação adotada, interditada ou deslocada — como o percurso que vai de *manifestantes* (03:50) a *vândalos* (1:18:40) e, por fim, a *terroristas* (2:37:26) — ativa redes interdiscursivas específicas, evoca memórias contraditórias (a do

“patriota que defende a pátria” e a do “golpista que ameaça a democracia”) e projeta futuros possíveis (a normalização de novas rupturas ou a reafirmação de princípios democráticos). Somente ao acompanhar esses deslocamentos em seu trajeto histórico-ideológico é que podemos analisar os efeitos de sentido em jogo — efeitos que, como veremos a seguir, vão além do caráter da língua enquanto sistema de significação e incidem diretamente na forma como o *8 de janeiro* é posicionado no imaginário coletivo brasileiro.

### 1.1. Sobre o discurso jornalístico

A língua, na/para a análise do discurso possui um funcionamento particular. Orlandi (2009[1999], p. 39) explica, pelo critério da *antecipação*, como o jornalista projeta a imagem que o espectador terá do seu discurso.

O jornalista ocupa uma posição-sujeito. Ou seja, essa prática discursiva funciona a ponto de institucionalizar o discurso jornalístico, assim como é no discurso jurídico, religioso, político, etc. O discurso jornalístico funciona limitando o que pode ou não ser dito a partir da posição-sujeito jornalista. Mariani (1998) posiciona o discurso jornalístico como um *discurso sobre*, ou seja, um tipo de discurso que fala sobre os acontecimentos como se estivesse fora deles.

Uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar o objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciado produz um efeito de distanciamento - o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial - e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se envolveu na questão”. (MARIANI, 1998, p. 60).

Essa aparência de distanciamento colabora para a construção de mitos do jornalismo enquanto um discurso de imparcialidade, neutralidade, verdade e objetividade. Sob as lentes da Análise do Discurso materialista, no entanto, sabemos que esses efeitos são ideológicos e não uma verdade. O discurso jornalístico, ao falar sobre o mundo o coloca como se pudesse descrevê-lo de forma objetiva, negando sua própria inserção no ideológico e nas disputas que marcam os efeitos de sentido do discurso e seu funcionamento, o que para a análise do discurso, é da ordem do impossível.

A denominação, no discurso jornalístico, produz a ilusão de que os sentidos ali constituídos são “verdadeiros”, únicos e incontestáveis, e, emanam de uma realidade evidente, palpável. No entanto, como vimos, no modo como os

sentidos são produzidos, entram em jogo relações mantidas com outros sentidos seja num dado momento histórico, seja, também, da relação com a rede de filiações evocada na sua constituição pelo interdiscurso da FD dominante. (MARIANI, 1998 p. 139).

Mariani mostra o funcionamento ideológico do discurso também no discurso jornalístico, especificamente no processo de denominação. O uso de uma, e não outra, denominação para nomear um fato ou sujeito também está ligado a ideologia. Assim, o jornalismo não apenas relata e expõe um fato, mas recorta, denomina, e evoca redes de sentido ligadas a uma formação discursiva dominante. Na visão da autora, seria, pois, mera pretensão dizer que o jornalismo é imparcial. No amplo processo de denominar, há uma filiação ideológica e discursiva, que por si só, constitui sentido.

Quando o discurso jornalístico denomina os participantes do dia *8 de janeiro* como *manifestantes*, *vândalos* ou *criminosos*, ele não está apenas descrevendo um fato, mas atuando discursivamente. Ao fazer isso sob a “máscara” da objetividade e imparcialidade, se produz um efeito de que aquela palavra está ligada “naturalmente” à coisa a que se refere, como se fosse o único modo de dizer - o que Orlandi (2015[1999]) chama de apagamento da história da linguagem.

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido - lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. (ORLANDI, 2015[1999], p. 46).

Isso quer dizer que, da mesma forma que o indivíduo passa a ser sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, os sentidos também só podem ser constituídos pela sua inscrição em determinadas formações discursivas.

Mariani, então, rechaça essa suposta transparência entre linguagem e o mundo. A autora mostra que essa tentativa de realidade imparcial que o discurso jornalístico tenta “apenas” descrever, está inscrito necessariamente em uma formação discursiva e, portanto, inscrito também na tensão de efeitos de sentido, apagamentos, relações de poder e ideologia. Por sua vez, essa ideologia não apaga as verdades. Ou seja, dizer que algo está ancorado em determinada ideologia não apaga o fato e as consequências do que é dito. Não se pode usar a ideologia como escudo para justificar o discurso. O que acontece no caso do discurso

jornalístico, é que a denominação está sempre muito bem ancorada em uma formação discursiva dominante (se espera que a partir de uma posição-sujeito jornalista, se diga exatamente aquilo) e na memória discursiva. Além disso, para Mariani, os sentidos produzidos no discurso jornalístico, também estão inscritos no interdiscurso, ou seja, partem de outros sentidos já em circulação na sociedade e que ditam o que pode ou não ser dito em determinado momento sócio-histórico.

Se o discurso jornalístico é um *discurso sobre*, ele também atua na institucionalização dos sentidos e da memória social. Ao denominar os acontecimentos do dia *8 de janeiro* de um modo, e silenciar outros possíveis, o sujeito jornalista assume também uma posição-sujeito historiador, já que ao narrar o que vê (a partir de uma perspectiva ideológica) ele vai organizar os fatos cronologicamente, fazer ligações de sentido com memórias. É nesse processo de emersão e silenciamentos de sentidos, que se materializa a ideologia ligada ao fato. Esse é um processo importante, porque ao mesmo tempo em que acontece, ele também dá sentido a história sendo escrita ou dita.

Mas o próprio jornalismo não aceita esse papel social. Ao adotar a aparência de apenas relatar os fatos como são naturalmente, a imprensa resiste em reconhecer o seu papel ideológico. Ou seja, atua ela mesmo dentro da ilusão de uma imparcialidade discursiva. De uma certa forma, isso permite que se diga o que quiser, sob o pretexto de informar. Essa resistência é, então, uma resistência da própria responsabilidade discursiva.

Trata-se neste caso, de um movimento de resistência: ao se pronunciar deste modo, a imprensa está jogando no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa [...] devemos ter claro que, ao alegar seu compromisso com a ‘verdade’, a imprensa finge não contribuir na construção de evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí seu caráter ideológico, e não um pretenso compromisso com a verdade. (MARIANI, 1998, p. 81, aspas da autora).

Esse funcionamento ideológico do discurso jornalístico, que se apresenta como portador de uma verdade neutra e desinteressada, é criticado por Mariani (1998), que diz que os efeitos de sentido produzidos, sob esse viés, funcionam a partir de uma aparência de informatividade. Isso quer dizer que, ao se posicionar como um observador e narrador dos fatos, o discurso jornalístico se exime de sua função simbólica de produzir sentidos — quando, na verdade, é ele próprio que organiza os enunciados, define as denominações que vão ser usadas e os acontecimentos para o imaginário social.

Na cobertura da *CNN Brasil* sobre os ataques aos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, esse posicionamento se torna mais evidente. As denominações como *manifestantes*, *vândalos* ou *terroristas* não são meramente descritivas: fazem parte de um gesto de interpretação que visa controlar os efeitos de sentido do acontecimento. Ao utilizar a denominação *manifestantes* em determinados momentos da cobertura, por exemplo, a *CNN* retoma sentidos ligados ao direito à livre expressão e às mobilizações democráticas — o que pode atenuar, a gravidade do dos ataques. Por outro lado, a substituição dessa denominação por *terroristas*, em contextos de maior condenação pública, funciona como reposicionamento ideológico. Em ambos os casos, a cadeia de denominações não está fora do discurso, nem da ideologia. Ela é o próprio lugar em que o discurso se materializa, constitui sentidos e disputa a memória social. Assim, aquilo que se apresenta como simples “relato dos fatos” é, na verdade, um processo de construção discursiva ideológica.

Isso também se observa no discurso jornalístico de televisão. O telejornalismo tem um poder ainda maior de circulação - se comparado ao jornalismo impresso, por exemplo - porque ele também usa a imagem como discurso. Em cada enunciado, o jornalista procura convencer seu telespectador do efeito de sentido que produz. Sendo o discurso jornalístico um *discurso sobre*, o jornalista não se envolve totalmente com o dito, sob o pretexto de discurso neutro, de relatar os fatos. A mídia então, apresenta um discurso ofuscante de que fala. A relação desse efeito é de que o telespectador produz o discurso em sincronia com o jornalista.

Porém, como vimos, a posição sujeito jornalista - perpassada pelo viés ideológico do meio de comunicação representado, e da linha editorial - determina o que será falado. É porque mesmo o jornalista, nesse funcionamento de “neutralidade” - é perpassado ideologicamente. Além da ideologia, o que determina o que se pode ou deve dizer é o próprio Discurso Jornalístico.

No caso do 8 de janeiro, a *CNN Brasil* não apenas noticiou o fato, mas também contribuiu para a construção da memória do acontecimento. Como vimos, o uso de uma e não outra denominação marca uma disputa de sentidos. É nesse processo que se realiza o que Mariani (1998, p. 119) chama de organização de regiões discursivas.

As denominações vão assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. (MARIANI, 1998, p. 119).

Cada denominação usada — mesmo que substituída minutos depois — evoca uma rede de filiações, ativa memórias e estabelece fronteiras simbólicas entre o aceitável e o inadmissível, o institucional e o bárbaro, o cidadão e o criminoso. A tentativa de explicar os acontecimentos de Brasília sob o viés da objetividade jornalística é, portanto, também uma tentativa de fixar sentidos, apagar a historicidade do dizer e sustentar a aparência de que há apenas um modo legítimo de narrar os fatos.

Como destaca Mariani (1998, p. 72), há uma ênfase reiterada, tanto nos manuais de jornalismo quanto nos discursos institucionais das empresas de comunicação, na função “informativa” do jornalismo, construída sobre o mito da transparência da linguagem e da neutralidade do sujeito. Isso forma uma ilusão de que informar ou opinar resulta da vontade e da competência técnica do jornalista. Essa crença sustenta o poder de dizer e, por consequência, o poder de denominar. No caso da *CNN Brasil*, essa ilusão de domínio do dizer se manifesta em escolhas aparentemente técnicas e objetivas — como mudança entre *atos antidemocráticos*, *deprecação* e *terrorismo* — mas que produzem sentidos a partir do simbólico.

O discurso jornalístico, portanto, longe de ser uma simples mediação entre o fato e o público, é um dispositivo ideológico que participa da produção do sentido. A alegação de compromisso com a verdade, como diz Mariani (1998, p. 81), desloca o papel ativo da imprensa na constituição dos próprios acontecimentos que pretende noticiar. Nesse gesto, a *CNN* articula sentidos a partir de formações discursivas que remetem tanto a uma memória democrática e institucional do Estado brasileiro quanto a filiações discursivas do campo político midiático liberal, que busca diferenciar-se tanto do bolsonarismo quanto da esquerda radical.

O canal jornalístico, ao enunciar sobre o *8 de janeiro*, tenta se posicionar como mediador da verdade histórica, mas, como mostra Guimarães (2002, p. 11), todo dizer é também uma inscrição no simbólico — uma forma de dar nome às coisas que produz sentidos porque está exposta à história. “Não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”.

A partir desse entendimento, é possível posicionar o discurso jornalístico do *8 de janeiro* em uma terceira filiação discursiva (formação discursiva 3), já que o sujeito-jornalista, busca uma neutralidade — que não existe. Essa é uma formação discursiva que está em uma linha muito tênue, ora se aproximando da formação discursiva 1, ora buscando sentidos próximo da formação discursiva 2. Esse movimento, também é importante e será analisado.

## 2. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* - *CNN BRASIL*

A *CNN Brasil* é um canal de televisão por assinatura no formato *all news*, ou seja, um canal focado em cobertura jornalística ininterrupta. Faz parte do conglomerado da marca *CNN*, conhecida internacionalmente, que foi inaugurada no Brasil em 2020 e estreou no dia 20 de março daquele ano.

A política editorial do canal, conforme descrita em seu site oficial, é apresentada como baseada em decisões técnicas e independentes. Segundo o texto institucional:

A CNN Brasil conta com um **Conselho Editorial autônomo** responsável por todo conteúdo da programação do veículo. O objetivo do Conselho é reafirmar o **compromisso da CNN Brasil com a sua independência editorial**, em consonância com os princípios empresariais das maiores referências em jornalismo de credibilidade no mundo.

**O Conselho Editorial é composto por oito profissionais, sendo sete jornalistas e um advogado** com especialização na área de mídia e comunicação. Os jornalistas executivos possuem reconhecida experiência no setor de comunicação, cujos currículos foram apreciados e avaliados pela CNN Internacional (CNNI).

Observando as diretrizes do contrato de licenciamento firmado com a CNN International, o Conselho Editorial tem total e irrestrita independência editorial em relação ao Conselho de Administração.

O Conselho Editorial é presidido pela CEO e se reúne semanalmente e em convocações extraordinárias. **Cabe ao Conselho responder pelo conteúdo veiculado em todas as plataformas, definir a política e os parâmetros editoriais** e zelar pelo *News Standards & Practices Policy Guide da CNN*.” (*CNN BRASIL*, 2024, negritos nossos).

Apesar do discurso de neutralidade editorial, é importante lembrar, conforme propõe a Análise do Discurso materialista, que não há discurso sem filiação ideológica. Mesmo quando se afirma que a linha editorial resulta de uma decisão meramente “técnica”, ela está atravessada por formações discursivas que funcionam no interior de condições históricas e ideológicas. Pêcheux (2009 [1975], p. 167) afirma que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Por isso, não se pode sustentar a premissa de que exista um discurso sem qualquer filiação ideológica ou subjetividade. Não há, pois, discurso separado da ideologia.

Imaginar uma *saída do sujeito para fora da ideologia* por meio de um ato (individual ou coletivo) que permita “atravessar a barreira” para “passar do outro lado”, *na ciência e no real*, isto é, para “atingir as próprias coisas” (cf. Husserl) para além da objetividade do discurso. Em suma, “transpondo as aparências”, “quebrando o espelho” da subjetividade etc., o sujeito vai “ver em outro lugar” o que é. Inútil continuar desenvolvendo: essa concepção de dessubjetivização subjetiva do sujeito correspondente – poder-se-ia mostra-lo com facilidade – a uma posição politicamente “heróica” e epistemologicamente teológica, na qual a descontinuidade ciência/ideologia funciona como uma fantasia epistemológica e política de origem platônica. (PÊCHEUX, 2009[1975], p. 167, *itálicos e aspas do autor*).

Pêcheux questiona a ideia de que é possível separar o sujeito da ideologia ou que haja uma ciência totalmente alheia a ideologia. Assim, quando um editorial cita que sua abordagem é puramente técnica, o que está se dizendo é que esse viés alcança um discurso das coisas como realmente são, sem subjetividade ou interpretações. O que, como vimos, é uma ideia inalcançável.

O próprio editorial da *CNN Brasil* apresenta-se como um importante objeto de análise, pois mostra o funcionamento discursivo que sustenta a construção da imagem de “jornalismo imparcial” e “informação com credibilidade”. Trata-se de um discurso sobre si mesmo, que visa legitimar a posição discursiva da emissora como sujeito autorizado a narrar o mundo naturalmente — ou seja, como um *discurso sobre*, como nos diz Mariani (1998). Essa forma de enunciar, constitui, por si só, um efeito de sentido: a *CNN Brasil* busca afirmar sua posição como mediadora neutra dos fatos, mesmo estando inscrita em formações discursivas que disputam sentidos.

A primeira marca é a ênfase na “independência editorial”: “O objetivo do Conselho é reafirmar o compromisso da *CNN Brasil* com a sua independência editorial”. O uso de “reafirmar” já indica que há algo em disputa — uma necessidade de sustentar, repetir e reforçar discursivamente uma posição que talvez não esteja garantida. Isso retoma o que Orlandi (2015[1999]) afirma, ao dizer que o discurso tenta apagar sua filiação ideológica e histórica ao naturalizar a ideia de que a informação ali veiculada é neutra, transparente, objetiva.

Em seguida, nota-se a insistência na autoridade técnica e institucional dos membros do Conselho: “composto por oito profissionais, sendo sete jornalistas e um advogado”, com currículos “apreciados e avalizados pela *CNN Internacional*”. Isso visa garantir a posição de enunciação da *CNN Brasil* como portadora de uma “verdade autorizada”, o que remete ao conceito de formação discursiva dominante. Essa dominação, contudo, não é isenta: é construída a partir da exclusão de outras possíveis formas de narrar os acontecimentos.

Outro ponto fundamental está na enunciação de que o Conselho tem “total e irrestrita independência editorial em relação ao Conselho de Administração”, o que sugere, discursivamente, um apagamento dos vínculos empresariais, econômicos e políticos da emissora com o campo do poder. Tal apagamento é ideológico, pois atua no mecanismo de produção de marcas que não considera as posições históricas e materiais do discurso. Como lembra Mariani (1998, p. 81), “a imprensa está jogando no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa”.

A afirmação de que o Conselho Editorial “responde por todo o conteúdo veiculado” e “define a política e os parâmetros editoriais” mostra que há um esforço de centralizar a produção de sentidos.

Ao declarar que a *CNN Brasil* zela pelo “*News Standards & Practices Policy Guide*”, a emissora se ancora em uma discursividade internacional, alinhando-se à matriz norte-americana da *CNN*. Esse gesto discursivo é importante: ao remeter a um padrão internacional, a *CNN Brasil* reafirma sua inserção em uma formação discursiva que está ligada à globalização, a um mundo conectado, que naturaliza certos modos de dizer e de mostrar o mundo. É uma outra formação discursiva, que vamos chamar a partir de agora de formação discursiva 3, aquela que está ligada ao discurso jornalístico, que tenta se posicionar como neutra, mera narradora dos fatos, mesmo que isso não seja possível. Como lembra Mariani (1998), a referência discursiva não é neutra — ela é constituída por marcas interdiscursivas que funcionam “impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos” (p. 119).

Assim, o editorial da *CNN Brasil* não apenas apresenta sua política institucional, mas revela uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva que atua na produção e no controle dos sentidos possíveis sobre os acontecimentos. Quando, mais adiante, a emissora passa a denominar os participantes da invasão de 8 de janeiro como *manifestantes*, *vândalos* ou *terroristas*, etc., essas denominações não são sinônimas: são efeitos das determinações ideológicas que atravessam o discurso e das posições que a *CNN Brasil* se vê interpelada a ocupar, a depender das condições de produção, da conjuntura política e da memória discursiva ativada.

É por isso que essa formação discursiva 3 é a mais difícil de ser identificada, e a que atua mais no limite de outras formações discursivas. A tentativa da *CNN Brasil* de se colocar em uma posição de neutralidade deve ser compreendida como um gesto ideológico que busca construir uma imagem de imparcialidade, que por si própria, tenta apagar as marcas ideológicas.

Essa imagem, por sua vez, tem efeitos de sentido que merecem ser analisados, pois articulam-se com a disputa de sentidos em um contexto político marcado pela polarização.

Quando a *CNN* estreou no Brasil, o cenário político era fortemente polarizado entre apoiadores e opositores do então presidente Jair Bolsonaro. A *Globo News* posicionava-se criticamente em relação ao governo federal, tanto nas decisões econômicas, como nas de saúde, enquanto a *Record News* recebia elogios públicos do presidente. A *Jovem Pan News*, inaugurada em 2021, assumia explicitamente um viés conservador. A *CNN*, por sua vez, buscava ocupar uma posição de suposta moderação, promovendo debates com representantes de diferentes espectros ideológicos. Contudo, a escolha dos debatedores já configura um gesto de tomada de posição, pois os sujeitos convocados trazem seus dizeres marcados por memórias discursivas específicas e filiações ideológicas. Ao dar espaço para um moderador que fala a partir de uma posição que defende inverdades, por exemplo, isso já é um gesto de posicionamento e marca discursiva.

Essa “moderação” autodeclarada foi uma das razões para a escolha da *CNN Brasil* como objeto de análise nesta pesquisa, justamente por permitir observar deslocamentos de sentido que se produzem em um discurso que tenta, mas não consegue, apagar suas filiações ideológicas.

A *Jovem Pan* derivou da emissora de rádio e já apresentava tendências conservadoras. Se viu na televisão então um alinhamento conservador, com apoio muitas vezes explícito ao Governo Bolsonaro. Em outro posicionamento estava a *Globo News*, com um posicionamento contrário às políticas sociais, de saúde e econômicas do Governo Bolsonaro, assumidamente crítica ao então presidente do Brasil. Nesse contexto, a *CNN Brasil* tenta assumir um papel mais central<sup>4</sup> nesse embate de posicionamento jornalístico. A *CNN Brasil* se utiliza disso para tentar (ainda que não consiga totalmente) se colocar como imparcial, alheia aos embates de quem é pró ou contra Bolsonaro. Repito, por mais que não tenhamos editoriais explícitos, é possível fazer essas análises a partir do posicionamento ideológico no contexto pré-eleições de 2022.

Em nossos grifos sobre o editorial da *CNN Brasil* destacamos justamente a forma como é apresentada a linha editorial, sempre fazendo questão de afirmar a tomada de decisões técnicas reforçado por este recorte: **“O Conselho Editorial é composto por oito profissionais, sendo sete jornalistas e um advogado”**. Porém como sabemos, não há imparcialidade, no jornalismo,

---

<sup>4</sup> Em coluna publicada no site UOL, o colunista Ricardo Feltrin posiciona *CNN Brasil* como neutra em um embate entre esquerdistas e conservadores. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/06/19/analise-cobertura-mostra-que-cnn-brasil-ja-esta-na-direita.htm>> Acesso em: 09/09/2024

nem na análise do discurso. Sempre se fala a partir de algum lugar historicamente, de outros dizeres anteriores.

É impossível *analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 1997, p. 79, *itálicos do autor*).

Antes de falarmos da nossa seleção de *corpus* é importante destacar essa relação do discurso com outros dizeres citado por Pêcheux e indicar que esse gesto de leitura sobre a ideologia presente na linha editorial de um veículo de comunicação é muito importante para as condições de produção do discurso. Nosso pontapé do percurso teórico-analítico, é justamente o *discurso sobre o dia 8 de janeiro de 2023* pela *CNN Brasil*. Sob essa perspectiva, se faz fundamental o que diz Mariani (1998) neste contexto de produção de sentidos na imprensa. “A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza sob um jogo de influências onde atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também são sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal” (p. 60).

Levando em consideração o pouco tempo em atividade da *CNN Brasil* até a véspera dos ataques de *8 de janeiro de 2023*, identificamos o posicionamento ideológico buscando sempre uma tentativa de neutralidade em relação ao espectro político-ideológico. Diferente de outras emissoras já citadas. Essa suposta centralidade foi um dos motivos determinantes da cobertura jornalística da emissora como nossa escolha para o *corpus* de análise desta pesquisa.

## 2.1 Sobre a cobertura jornalística do 8 de janeiro de 2023

A cobertura do dia *8 de janeiro de 2023* pela *CNN Brasil* foi dentro de um programa chamado *Breaking News*. O *Breaking News* é uma espécie de plantão jornalístico e antes de ser colocado no ar, com notícia urgente, estava sendo apresentado um programa dominical chamado *CNN Soft*. A apresentação do plantão de notícia começa às 14h53 da tarde de domingo, pouco antes da invasão da Esplanada dos Ministérios. Logo depois da apresentadora Muriel Porfiro aparecer sozinha no estúdio, a transmissão corta para uma imagem ao vivo onde aparecem policiais em uma espécie de barreira com escudos e uma marcha de várias pessoas vestidas de verde e amarelo e com bandeiras do Brasil. Essas pessoas vão em direção à Praça dos Três Poderes.

Iniciando às 14h55, o *Breaking News* fica no ar por 6 horas e 11 minutos, acompanhando ao vivo, todo o ataque que aconteceu e marcou o dia 8 de janeiro de 2023.

Para o recorte do nosso *corpus* (não seria possível analisar as mais de 6 horas de transmissão) começamos com a transcrição textual do vídeo. Essa transcrição foi feita manualmente e com ajuda de inteligência artificial, e posteriormente conferida.

Embora o vídeo contenha imagens, nosso foco está nas denominações e seus efeitos de sentido. Por isso, optamos por analisar apenas o verbal em sequências discursivas. Para a análise do discurso uma sequência discursiva é definida como:

Uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso. (PÊCHEUX, 2015b, p. 214).

A partir da transcrição da cobertura jornalística textual, foram identificadas todas as vezes em que a denominação *manifestantes* apareceu, o que totalizou mais de 200 vezes ao longo da transmissão. Em seguida, realizamos um corte nas SD's baseado nos diferentes efeitos de sentido produzidos, descartando as repetições que não acrescentavam novos elementos discursivos. As sequências discursivas (SD's) selecionadas foram numeradas conforme a ordem cronológica em que aparecem, onde também consta a hora, minuto e segundo em que foram enunciadas.

O critério de seleção considerou as alterações de denominação, priorizando aquelas que reforçam deslocamentos de sentido ao longo da cobertura. Como nosso objetivo é analisar os efeitos de sentido produzidos pelas diferentes denominações, optamos por excluir SD's muito semelhantes ou idênticas entre si, por não contribuírem com novos dados para a análise. Assim, o corpus final é composto por sequências representativas da diversidade de denominações utilizadas pelos jornalistas ao longo da transmissão, em um total de 21 SD's. Em alguns casos a denominação principal se repete, mas as denominações complementares alteram o sentido, por isso foram mantidas.

As denominações foram numeradas conforme apareceram na transcrição em ordem cronológica crescente, e para exemplificar esses deslocamentos de denominações destaco aqui algumas delas, ainda que fora da ordem estabelecida. Este movimento será feito aqui apenas para mostrar as diferentes denominações como forma de exemplificação.

SD.3 - Manifestantes favoráveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro que não aceitaram e não aceitam e não aceitaram o resultado das eleições que consagraram a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, rumam em direção ao Congresso Nacional. (Tempo na cobertura – 03:50)

Aqui, a denominação *manifestantes* é complementada por outras denominações que posicionam os sujeitos a um posicionamento político-ideológico específico. A memória discursiva ativada pela denominação principal é tensionada e se torna mais específica, alterando o sentido inicial. Disso emerge um discurso que, desde o início, posiciona tal manifestação com um ato ideológico, partidário e antidemocrático. Assim, a manifestação, já não é um ato de livre exercício da liberdade de se posicionar enquanto sujeito, mas um movimento político que se posiciona contrário ao resultado das eleições que tiveram como vitorioso, o presidente Lula.

Quase uma hora depois, um outro discurso emerge da denominação *manifestantes*, para nomear os sujeitos:

SD.12- Os manifestantes, os invasores, os depredadores, a gente pode falar, é... assim, eles acabarem invadindo as três Sedes dos Poderes do Brasil. (Tempo na cobertura – 01:03:28)

Nessa SD emerge um deslocamento entre as denominações principais, que já não provocam mais o efeito de sentido inicial. Aqui é reforçado o desconforto dos sujeitos-jornalistas, diante do efeito sentido da denominação *manifestantes*. A hesitação na fala, ou seja, a falta de certeza e clareza ao dizer “a gente pode falar, é... assim” emerge um tensionamento ao denominar manifestantes que agora, mesmo com uma complementação na denominação, não é mais suficiente para nomear os sujeitos que participam do ataque. Não há certeza ao enunciar, porque ainda não se sabe sobre o que se enuncia. É então necessário buscar outras denominações que carreguem outros sentidos. Há de imediato uma busca por uma nova denominação, não mais *manifestantes*, mas *invasores*, *depredadores*. Aqui se revela um novo posicionamento do discurso a medida em que os ataques também vão se agravando acompanhando uma escalada de sentido sob o discurso jornalístico.

O discurso jornalístico se refere aos mesmos sujeitos, mas usando diferentes denominações. Esse deslocamento provoca diferentes efeitos de sentido. É justamente a partir desse olhar, que construímos nosso percurso teórico-analítico, sem esquecer a posição-sujeito jornalista e a ideologia da linha editorial do jornal, pois elas também são parte das condições de produção desse sentido do discurso.

Esse movimento de deslocamento entre denominações é carregado de sentidos, memórias e está ligado às filiações ideológicas.

O discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro (MARIANI, 1998, p. 61).

Ao produzir efeitos de sentido, o discurso da *CNN Brasil* não apenas narra os fatos, mas também inscreve esses sujeitos em formações discursivas que constituem a memória e definem a forma como os acontecimentos serão lembrados no futuro.

A análise das denominações no discurso da *CNN Brasil* sobre o 8 de janeiro de 2023 revela o funcionamento da ideologia através do gesto de nomeação e suas inscrições na memória discursiva da sociedade brasileira.

### 3. DAQUILO QUE ANTECEDEU AO 8 DE JANEIRO: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O ataque sem precedentes na história do Brasil deixou marcas irreparáveis não só pela destruição de um patrimônio histórico de valor incalculável,<sup>5</sup> mas também pela concretização de promessas extremistas de ataques à democracia pregadas durante os quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022), que alimentaram propostas de enfrentamento à ordem democrática.

Segundo levantamento da agência de checagem jornalística *Aos Fatos*, Jair Bolsonaro fez 356 declarações falsas durante os quatro anos de mandato presidencial (2019-2022). Os principais alvos de tais falas foram a ditadura militar, o Poder Judiciário, o sistema eleitoral e, especialmente, as urnas eletrônicas — elemento central da disputa simbólica em torno da legitimidade democrática.

Ainda conforme a apuração da agência, o Supremo Tribunal Federal (STF) — instância máxima do Poder Judiciário brasileiro — foi o foco preferencial dos ataques do ex-presidente. Em seguida, o sistema eleitoral apareceu como outro grande alvo, com 101 declarações que questionavam sua integridade. Dessas, 43 falas públicas miravam diretamente a confiabilidade das urnas eletrônicas (ver quadro abaixo).

Algumas dessas declarações tiveram maior repercussão midiática; outras, menor. Mas, em conjunto, formaram uma rede discursiva voltada para a deslegitimação das instituições democráticas — especialmente os Três Poderes — e a construção de um cenário de suspeição e ruptura, caso Bolsonaro fosse derrotado nas urnas, como de fato ocorreu no segundo turno das eleições de 2022.

Algumas das falas de Bolsonaro, separadas cronologicamente, estão no quadro abaixo e apontam parte dos ataques à democracia.

---

<sup>5</sup> Valor monetário ultrapassou os R\$ 8 milhões. Mas há ainda prejuízos culturais, segundo reportagem do g1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/veja-lista-de-objetos-depredados-nas-tres-sedes-do-poder-em-brasil.ghml>>. Acesso em: 29/04/2024.

| Data da declaração | O que Bolsonaro disse                                                                                                                                                                                                                                                 | Fonte                                                                                                                        |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 07/03/2019         | “Democracia e liberdade só existem quando as Forças Armadas querem”                                                                                                                                                                                                   | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://acesse.one/XhGBd">https://acesse.one/XhGBd</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u> |
| 09/11/2019         | "Denúncias de fraudes nas eleições culminaram na renúncia do Presidente Evo Morales. A lição que fica para nós é a necessidade, em nome da democracia e transparência, contagem de votos que possam ser auditados. O VOTO IMPRESSO é sinal de clareza para o Brasil!" | <u>Diponível em:</u><br>< <a href="https://11nq.com/2j8WP">https://11nq.com/2j8WP</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>      |
| 14/11/2019         | “Nunca teve ditadura no Brasil” e que, durante aquele período, havia “direito de ir e vir e liberdade de expressão”                                                                                                                                                   | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://11nq.com/VUmKm">https://11nq.com/VUmKm</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>     |
| 01/12/2019         | “Eu entendo isso [falas de Eduardo e Guedes citando o AI-5] como liberdade de expressão, nada mais além disso. O fato de citar o AI-5, coisa que existia na Constituição passada, eu não vejo nada de mais”.                                                          | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://11nq.com/d6L5y">https://11nq.com/d6L5y</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>     |
| 31/03/2020         | "A verdade: o Marechal foi eleito de acordo com a Constituição e não houve golpe em 31 de março”. (Sobre o Golpe Militar em 1964).                                                                                                                                    | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://acesse.one/cRUJc">https://acesse.one/cRUJc</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u> |
| 19/11/2020         | “Alguns falam que eu fui eleito nesse sistema. Fui eleito porque tive muito voto. Fui roubado demais, quem reclamou que foi votar no 13, tinha problema. Mas reclamou muita gente que foi votar no 17”.                                                               | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://acesse.one/RVMZT">https://acesse.one/RVMZT</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u> |
| 29/11/2020         | "O que aconteceu em muitas sessões: Vão querer que eu prove. É sempre assim. O cara botava um pingão de cola na tecla 7 e aí você não votava no 17”.                                                                                                                  | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://encr.pw/qfdVs">https://encr.pw/qfdVs</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>       |
| 29/11/2020         | "Eu, como presidente da República, quero voto impresso já. Eu quero transparência e olha que eu tenho poder na mão, jamais usarei essa máquina em proveito eleitoral de quem quer que seja”.                                                                          | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://encr.pw/qfdVs">https://encr.pw/qfdVs</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>       |
| 09/03/2021         | "Pelas provas que tenho em minhas mãos, que vou mostrar brevemente, eu fui eleito no primeiro turno mas, no meu entender, teve fraude”. (Ele nunca apresentou provas).                                                                                                | <u>Disponível em:</u><br>< <a href="https://11nk.dev/2sIFo">https://11nk.dev/2sIFo</a> ><br><u>Acesso em: 01/09/2024</u>     |

|            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 06/05/2021 | "Porque se não tiver voto impresso é sinal de que não vai ter eleição. Acho que o recado está dado".                                                                                                                                                                                                                           | Disponível em:<br>< <a href="https://11nk.dev/6XoxY">https://11nk.dev/6XoxY</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024     |
| 06/05/2021 | "Devemos aprender a respeitar. Por mais que eu não goste de algum dispositivo da Constituição, eu tenho que aceitar como um todo" (Bolsonaro sobre o artigo 5º da Constituição - que fala que todos são iguais perante a Lei).                                                                                                 | Disponível em:<br>< <a href="https://11nk.dev/6XoxY">https://11nk.dev/6XoxY</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024     |
| 06/05/2021 | "ou acredita em Papai Noel ou está do lado do Barroso ou ainda porque sabe que vai ter fraude e seu partido vai se beneficiar" (Bolsonaro sobre Barroso, presidente do TSE).                                                                                                                                                   | Disponível em:<br>< <a href="https://11nk.dev/6XoxY">https://11nk.dev/6XoxY</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024     |
| 09/06/2021 | "Eu fui eleito no primeiro turno. Eu tenho provas materiais disso. Mas a fraude, que existiu, sim, me jogou para o segundo turno. Outras coisas aconteceram e só acabei ganhando porque tive muito voto, e algumas poucas pessoas que entendiam de como evitar ou inibir que houvesse a fraude naquele momento, nos elegemos". | Disponível em:<br>< <a href="https://acesse.dev/ExD8f">https://acesse.dev/ExD8f</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024 |
| 29/07/2021 | "Então o STF, na verdade, cometeu crime ao dizer que prefeitos e governadores, de forma indiscriminada, poderiam suprimir todo e qualquer direito previsto no inciso 5º da Constituição, inclusive o ir e vir".                                                                                                                | Disponível em:<br>< <a href="https://acesse.dev/q0Rnv">https://acesse.dev/q0Rnv</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024 |
| 02/08/2021 | "Não pode meia dúzia de servidores, juntamente com o presidente do TSE, o ministro Barroso, contar os votos numa sala secreta. Ele anuncia o resultado que achar que é o verdadeiro, porque as urnas não são auditáveis, e fica por isso mesmo".                                                                               | Disponível em:<br>< <a href="https://11nq.com/yI0WJ">https://11nq.com/yI0WJ</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024     |
| 06/08/2021 | "Não ofendi nenhum ministro do Supremo, apenas falei da ficha do senhor Barroso. Defensor do terrorista Battisti, favorável ao aborto, à liberação das drogas, a redução da idade do estupro de vulnerável".                                                                                                                   | Disponível em:<br>< <a href="https://11nk.dev/i60By">https://11nk.dev/i60By</a> ><br>Acesso em: 03/09/2024     |
| 19/04/2022 | "O Alexandre de Moraes falou que quem desconfiar do processo eleitoral vai ser cassado e preso. Ô Alexandre, eu tô desconfiado. Vai me prender? Vai cassar meu registro?".                                                                                                                                                     | Disponível em:<br>< <a href="https://11nq.com/qBgCS">https://11nq.com/qBgCS</a> ><br>Acesso em: 04/09/2024     |

|            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                       |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 11/07/2022 | “Ontem, o Fachin falou que não tem mais conversa com as Forças Armadas. Eu acho que ele já se intitulou o ditador do Brasil. quem age dessa maneira não tem qualquer compromisso com a democracia. Deixo bem claro: Fachin foi quem tirou o Lula da cadeia. Fachin sempre foi o advogado do MST. Nós sabemos o que está na cabeça dele”.           | Disponível em:<br>< <a href="https://11nq.com/Pn475">https://11nq.com/Pn475</a> ><br><u>Acesso em: 04/09/2024</u>     |
| 21/07/2022 | “Como é a apuração hoje em dia eleitoral no Brasil, onde é feita a totalização? Não é no TSE. É numa sala secreta, num supercomputador terceirizado.                                                                                                                                                                                               | Disponível em:<br>< <a href="https://acesse.dev/LXHzY">https://acesse.dev/LXHzY</a> ><br><u>Acesso em: 04/09/2024</u> |
|            | PERÍODO ELEITORAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                       |
| 07/10/2022 | "Pela segunda vez consecutiva, o Ministério da Saúde quer fazer uma campanha para estimular a vacinação contra a poliomielite. E, pela segunda vez, o ministro Alexandre de Moraes, do TSE, nega essa campanha de vacinação.                                                                                                                       | Disponível em:<br>< <a href="https://11nk.dev/sqVve">https://11nk.dev/sqVve</a> ><br><u>Acesso em: 04/09/2024</u>     |
| 16/10/2022 | “Faltou só, senhor Lula, dizer que o senhor só é candidato a presidente da República por causa de um ministro que foi cabo eleitoral de Dilma Rousseff e depois por ela foi indicado para o Supremo Tribunal Federal, o senhor [Edson] Fachin. Então, o senhor só está disputando a eleição aqui por obra e graça de um amigo indicado pelo PT”... | Disponível em:<br>< <a href="https://encr.pw/LL9Z2">https://encr.pw/LL9Z2</a> ><br><u>Acesso em: 04/09/2024</u>       |

Quadro 1 – Levantamento pessoal, com base na agência de checagem de notícias “AOS FATOS”.

Observando as declarações (discursos) listadas no quadro acima, podemos perceber uma regularidade na construção discursiva adotada por Jair Bolsonaro durante seu mandato. As falas mostram uma ideologia que aponta para uma deslegitimação das instituições democráticas, especialmente o Supremo Tribunal Federal e o sistema eleitoral, por meio da repetição sistemática de acusações de fraude e ataques ao Judiciário. Essa filiação discursiva não apenas fragilizou a confiança popular nessas instituições, mas também pavimentou o caminho para a mobilização que culminou nos ataques do dia 8 de janeiro de 2023.

Nessa formação discursiva evocada por Bolsonaro (formação discursiva 1), alguns sentidos se repetem: a negação da Ditadura Militar quando Bolsonaro afirma que

“nunca houve ditadura no Brasil” e que naquele período existia “pleno direito de ir e vir”. Nesse caso, ele ressignifica o passado violento como algo positivo, ativando uma memória que atenua o sentido da violência estatal e desloca a denominação *ditadura* para os adversários políticos atuais (principalmente ligados ao PT ou a partidos que não apoiem o bolsonarismo), na visão de Bolsonaro, (*ditadura do STF, ditadura da mídia*). Esse não-dito, ou seja, a violência do regime militar, retorna como silenciamento e legitima a saudade de 1964 entre seus apoiadores.

Há também a desconfiança das instituições democráticas, ataques sistemáticos ao STF, à urna eletrônica e à imprensa, que constroem um cenário de democracia ameaçada. Ao insistir que “só Deus” o tira da cadeira de presidente, o discurso evoca a dúvida sobre qualquer resultado eleitoral desfavorável a Bolsonaro e normaliza a ideia de solução extrainstitucional a todo custo, afinal, não se pode confiar nessas instituições (Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal Eleitoral), segundo ele.

Grande parte dos enunciados rompe com o discurso institucional de um governo democrático. As falas recorrentes sobre fraude eleitoral, ilegitimidade das urnas e críticas às ações e decisões dos ministros do STF configuram uma formação discursiva que tensiona todas as instituições democráticas. Esse discurso funciona como um prenúncio de golpe de Estado, ainda que revestido por uma materialização discursiva liberal e de pela ideia de “liberdade de expressão”. O sujeito do discurso se inscreve na formação discursiva 1, aqui marcada pela dúvida em relação a um resultado eleitoral que não lhe é favorável (Bolsonaro), posicionando-se como o único legítimo eleito — e, caso contrário, denunciando um golpe — além de se apresentar como um possível injustiçado, como demonstram as falas de 06/05/2021 (“não vai ter eleição”) e 09/06/2021 (“fui eleito no primeiro turno”).

Muitas falas de Bolsonaro evocam uma memória discursiva do regime militar como algo positivo e legítimo. Em 14/11/2019 e 31/03/2020, Bolsonaro afirma que “nunca houve ditadura” e que o ato de 1964 foi constitucional, portanto uma revolução e não uma ditadura. Tal discurso produz um efeito de sentido de naturalização regime militar como algo bom para o povo, que reposiciona e reafirma uma filiação discursiva que valoriza o regime militar e deslegitima o campo democrático, deslocando sentidos há muito tempo estabilizados. Assim, se o resultado das urnas não for o esperado por ele e pelos apoiadores de Bolsonaro, um golpe de Estado está autorizado para que se consiga o resultado esperado — manter-se no poder — já que as urnas não refletem a

vontade do povo (caso ele não seja eleito), no discurso de Jair Bolsonaro, ligado à formação discursiva 1.

Vale reforçar que todas essas declarações são discursos e foram feitos em um contexto político de crescente tensionamento às instituições democráticas. Todos os enunciados, seja da formação discursiva 1, 2, ou 3, estão inscritos sob uma filiação ideológica política. Sempre são mobilizadas tais formações discursivas, sob essa perspectiva do discurso político. O que analisamos a partir do quadro com os enunciados de Bolsonaro, é que a formação discursiva 1 foi pouco a pouco autorizando tais discursos de deslegitimação das instituições democráticas, com discursos enaltecendo o regime militar. As condições de produção envolvem uma radicalização do bolsonarismo, uso das redes sociais para propagação de inverdades (falaremos mais sobre isso na sequência, ainda nesse capítulo) e a desmoralização da autoridade simbólica e real dos poderes estabelecidos pela democracia. Todos esses discursos vão mobilizando e marcando essa formação discursiva 1 que constrói um imaginário de dúvida em relação ao STF, TSE e seus ministros, e os coloca como inimigos internos da nação. Tal filiação discursiva, posiciona esses sujeitos como corruptos e combatíveis.

Antes de avançarmos para uma análise das mobilizações dos discursos de Bolsonaro, com base no quadro acima, precisamos destacar um ponto central nas declarações. Aqui, vamos chamá-las não de mentiras, mas de inverdades, enquanto dispositivo de constituição de sentidos para a análise do discurso. Isso porque, a inverdade funciona na lógica de disputa ideológica no campo político.

Nesse contexto, a inverdade não se reduz a uma mera mentira, erro ou deslize. Ao contrário, ela produz sentidos que não estavam anteriormente estabilizados ou reconhecíveis na memória discursiva vigente. Essas inverdades, portanto, desestabilizam sentidos já estabilizados, provocam ambiguidades que levam dúvida aos sujeitos perpassados pelo discurso e, principalmente, deslegitimam instituições e sujeitos que são fundamentais para a democracia, funcionando como um mecanismo simbólico que produz efeitos de sentido que extrapolam os deslizamentos entre uma ou outras formações discursivas. As inverdades criam um próprio interdiscurso que não permite a filiação aos sentidos já existentes.

No caso do discurso do ex-presidente, particularmente no contexto das eleições presidenciais de 2022, a recorrente evocação de sentidos sobre “fraudes eleitorais” e a construção discursiva da “fragilidade das urnas eletrônicas” — mesmo diante da ausência de provas e da negação sistemática por parte das instituições competentes —

devem ser compreendidas não como simples mentiras, mas como inverdades com um posicionamento político. A repetição insistente desses enunciados coloca em circulação uma outra memória discursiva que desloca os sentidos de democracia, construindo um regime paralelo de verdade que tensiona sentidos historicamente estabilizados sobre o sistema eleitoral brasileiro. Nesse processo, a inverdade ganha força ao se inscrever em uma formação discursiva que questiona as instituições, mina a confiança pública e fomenta práticas discursivas de exclusão e polarização.

Diferentemente de “simplesmente” mentir — o que pressupõe uma relação direta com a falsidade —, o discurso da inverdade constrói uma lógica alternativa de fato, em que os discursos passam a evocar sentidos sob outras condições de produção, criando efeitos de verdade mesmo quando desconectados da realidade. É por esse viés que se pode compreender a eficácia discursiva das inverdades políticas: elas deslocam o debate público, reorganizam os campos de relação subjetiva e sustentam ações concretas no plano social e institucional.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a inverdade deve ser analisada não apenas em sua materialidade, mas principalmente em sua mobilização nas relações de sentido e nas condições de produção que a tornam possível e eficaz. Como parte do interdiscurso, ela se ancora em dizeres anteriores, ressignificando-os, apagando-os, confrontando-os e confundindo-os. Seu funcionamento depende de uma memória discursiva e de uma relação com o já-dito, com o silenciado e com o interditado. Dessa forma, a análise da circulação das inverdades e dos efeitos de sentido que delas emergem é condição fundamental para compreender os sentidos que antecederam e sustentaram as mobilizações que resultaram nos ataques de *8 de janeiro de 2023*.

A mentira configura-se como um ato discursivo no qual um sujeito enuncia algo que sabe não ser da ordem da verdade, é da ordem do enganar. Ainda que possa produzir efeitos ideológicos relevantes, a mentira é mais facilmente identificável e, uma vez confrontada, tem seu impacto simbólico reduzido — correndo o risco de deslegitimar o sujeito que a profere.

A inverdade, por outro lado, possui uma densidade discursiva mais complexa e, por isso, mais perigosa. Ela não depende necessariamente do sujeito, podendo ser enunciada como verdade dentro de uma formação discursiva que a legitima. A inverdade não se limita a uma declaração falsa puramente como tal: ela envolve omissões, distorções, deslocamentos de sentido e rearticulações do já-dito, produzindo efeitos de verdade sustentados ideologicamente. Como tal, ela trabalha por naturalização e

repetição, sendo menos perceptível ao ponto em que é repetida e, por isso, mais eficaz no plano simbólico do discurso.

A inverdade não apenas se coloca acima de uma verdade, mas a (re)constrói a partir de uma rede de sentidos que a legitima. Nesse processo, contribui para a formação de identidades políticas, a desqualificação de oposições discursivas e a naturalização de práticas autoritárias. Do ponto de vista da análise do discurso, é a inverdade — e não a mentira — o fenômeno discursivo mais complexo, pois ela é capaz de instalar uma nova lógica de sentidos, deslocando suas referências e transformando o próprio campo do que pode ser dito e mobilizado. Seu funcionamento está intimamente ligado às condições de produção que a sustentam, às formações ideológicas e discursivas que a enunciam e às memórias discursivas que a tornam aceitável.

Podemos exemplificar isso mostrando o funcionamento da inverdade a partir de uma formação discursiva e de outra e isso também exemplifica o funcionamento da própria formação discursiva na Análise do Discurso. Pensemos em um enunciado: “Ele anuncia o resultado que achar que é o verdadeiro, porque as urnas não são auditáveis, e fica por isso mesmo”. A partir da formação discursiva 1, o efeito de sentido que emerge é de total desconfiança do sistema eleitoral. Que o TSE pode manipular o resultado das eleições e que um “computador” não é totalmente confiável. A partir da formação discursiva 2, o discurso não tem o mesmo efeito de sentido, sendo evocada uma memória de inverdade, com base na confiança do processo eleitoral e das instituições democráticas.

Em diversas dessas declarações apresentadas na tabela, há também um processo de denominação dos sujeitos que desqualifica as autoridades democráticas. Quando Bolsonaro denomina Barroso como *defensor de terroristas*, Fachin como *advogado do MST* ou *advogado de Lula*, e ainda, Alexandre de Moraes, é denominado como alguém que persegue e censura, Bolsonaro está posicionando tais sujeitos como inimigos de quem se alinha discursivamente à ele (Moraes). Esse funcionamento discursivo cria uma polarização que podemos comparar a uma guerra. De um lado estão os fracos, oprimidos que lutam pelo direito de se manifestar e se expressar, e do outro estão os inimigos da nação, que querem calar e controlar.

O próprio Bolsonaro, enquanto sujeito do discurso, se posiciona como alguém que luta pela verdade, pelo povo, contra um sistema fraudulento. Ao se posicionar assim, ele se coloca ao mesmo tempo como vítima e herói da nação. Nos enunciados “tenho poder, mas jamais o usaria eleitoralmente” (29/11/2020) e “vai me prender?”

(19/04/2022), Bolsonaro retoma a memória de heróis nacionais que se sacrificaram pela liberdade do povo ou perseguidos políticos.

Por fim, há também muita repetição de discursos como “voto impresso”, “fraude”, “sala secreta” e “STF corrupto”. Nesses sentidos, Bolsonaro desestabiliza os poderes democráticos e faz emergir a possibilidade de uma nova ordem discursiva, ideológica e política, onde ele mesmo é o centro.

O quadro com as inverdades ditas por Bolsonaro faz emergir um discurso que não é fragmentado, mas se completa e mostra uma filiação discursiva de sentidos das práticas do militarismo, nas quais o superior fala e o que ele diz não deve nem pode ser questionado. Tais discursos se ancoram em memórias da ditadura, em denúncias nunca comprovadas de fraudes e na tentativa de construção de inimigos internos na visão de Bolsonaro (STF, TSE, imprensa). Essa filiação discursiva cria inúmeros tensionamentos e disputas ideológicas que preparam o terreno para o ataque do dia *8 de janeiro de 2023*, legitimando, mesmo que antecipadamente, a violência política.

Essa filiação discursiva (formação discursiva 1) é evocada repetidamente por Bolsonaro e funciona no discurso do descrédito das instituições democráticas, das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral. As declarações de Jair Bolsonaro, conforme analisado neste capítulo, não produzem um conjunto de enunciados soltos, mas uma materialidade discursiva sustentada por posições ideológicas que organizam o dizer e regulam sentidos em circulação. Como aponta Pêcheux (2009, p. 146), o sentido das palavras e expressões não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo nas formações discursivas. Nesse caso, Bolsonaro se inscreve na formação discursiva 1 que é marcada por desconfiança em relação ao sistema democrático e por antecipação discursiva da fraude como forma de deslegitimar de antemão qualquer resultado eleitoral que não seja o de sua vitória.

Na prática, esse funcionamento discursivo é reforçado pela construção de uma lógica de polarização: de um lado, o *povo* representado por Bolsonaro — legítimo, patriota, honesto, o cidadão de bem no discurso dele — e, de outro, as instituições — retratadas como corrompidas, traidoras, ideológicas ou aparelhadas. As formações discursivas são porosas e seu funcionamento é marcado por uma linha tênue em relação aos sentidos. De qualquer forma, tal oposição – marcada pelos enunciados de Bolsonaro – vai fortalecendo, reforçando e solidificando uma memória discursiva no interior do discurso bolsonarista. Essa memória é aquilo que sustenta o dizer, pois os sentidos não nascem no momento da enunciação, mas são retomados a partir do já-dito, sempre

atravessados pelo interdiscurso. Esse funcionamento mostra o que Pêcheux (2009) aponta ao afirmar que:

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas [...] são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso. (PÊCHEUX, 2009, p. 149, aspas do autor).

Pêcheux reforça que os sentidos evocados pelos discursos não são individuais, mas emergem de uma rede de dizeres anteriores, sustentados por uma estrutura ideológica que antecede e excede o sujeito do discurso. Ao mobilizar os sentidos pré-existentes, o discurso de Bolsonaro atualiza uma memória autoritária politicamente, apresentando-a como resposta legítima e necessária a um suposto colapso democrático. O efeito é a construção de uma marca discursiva que tensiona a disputa ideológica em curso e favorece a legitimação de ações antidemocráticas.

Esse discurso também articula um funcionamento discursivo de antecipação, conforme analisado por Orlandi (2009 [1999], p. 39) que compreende que determinados discursos condicionam o dizer antes mesmo de um fato acontecer. Ao afirmar, por exemplo, “se eu perder, foi fraude”, Bolsonaro institui um regime de antecipação que desqualifica antes de acontecer qualquer resultado eleitoral desfavorável, reposicionando-o discursivamente como vítima de um sistema manipulado. Esse gesto de interpretação antecipado produz efeitos de sentido que autorizam, mesmo antes do fato, uma resposta de contestação à legitimidade democrática que existe.

Esses discursos ativam uma memória discursiva na qual o autoritarismo é ressignificado como ordem, patriotismo ou salvação nacional. A filiação a esse passado autoritário, como efeito discursivo, permite que o presente sócio-histórico também seja ressignificado, tensionando os sentidos estabilizados de democracia, liberdade e legalidade. Como explica Guimarães (2002): “Não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (p. 11). Isso quer dizer que designar as ações do passado como legítimas reorganiza os sentidos do presente. Quando um sujeito designa ou nomeia ações passadas como legítimas, como, por exemplo, dizer que “não houve

ditadura” ou que o regime militar instalado a partir de 1964 foi um ato constitucional, Bolsonaro não está apenas evocando sentido sobre o passado, mas está reescrevendo a história discursivamente, o que altera e reposiciona diretamente o sentido no presente, ou seja, a forma como tal designação é compreendida.

Essa reorganização dos sentidos do presente a partir da designação do passado — como nos discursos que legitimam o regime militar — se ancora no funcionamento do interdiscurso e na memória discursiva.

A evidência do sentido - a que faz com que uma palavra designe uma coisa - apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). (ORLANDI, 2015 [1999], p. 44).

Há então a necessidade de analisar os sentidos das palavras e compreender que aquilo que parece evidente é, na verdade, efeito de uma filiação discursiva sustentada por formações ideológicas específicas. Quando Orlandi afirma que “a evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material”, ela está mostrando que os sentidos são historicamente construídos e atravessados por disputas. O que parece ser natural no discurso, como se houvesse correspondência entre palavra e coisa, esconde um processo de produção simbólica marcado por relações de poder. Assim, a designação de certos eventos ou sujeitos — como *ditadura*, *manifestantes* ou *terroristas* — não é natural ou puramente referencial, mas depende das formações discursivas em jogo e da memória que as sustenta. O discurso autoritário, ao emergir determinados sentidos e apagar outros, tenta se desvincular do caráter ideológico dos enunciados, reforçando posições dominantes como se fossem evidentes, legítimas e únicas, que, como sabemos, não funcionam no discurso dessa maneira.

Além disso, o uso de determinadas denominações para referir-se aos ministros do STF — como *advogado do MST*, *censor*, *advogado de bandido* — também aponta um funcionamento de apagamento e reposicionamento ideológico. Como mostra Mariani (1998, p. 119) as denominações funcionam ao mesmo tempo como enunciado e como gesto de filiação: designam sujeitos ou instituições de forma a apagar outras possibilidades de sentido e reforçar uma filiação ideológica. No discurso de Bolsonaro,

tais denominações não apenas desqualificam os ministros como sujeitos, mas produzem efeitos de sentido que os reposicionam como inimigos da nação — o que, por sua vez, justifica que sejam combatidos, seja discursiva, seja simbolicamente.

O discurso jornalístico, muitas vezes reitera esses efeitos de sentido. Como destaca Mariani (1998, p. 60), o discurso jornalístico é um *discurso sobre*, ou seja, trabalha na institucionalização de sentidos ao falar sobre discursos de outros sujeitos, como se fosse mera transmissão de informação e com imparcialidade — que não existe — que pode ofuscar a filiação discursiva que sustenta esse discurso.

Nesse sentido, a repetição de certas denominações, contribui para a reprodução de efeitos de sentido que causam ruptura em relação ao sentido de democracia, especialmente quando não há tensionamento ou deslocamento dos sentidos propostos, que é um segundo movimento feito pelo discurso bolsonarista, sempre interditando quaisquer sentidos que não sejam os filiados discursivamente a ele.

Por fim, ao se posicionar como sujeito que “luta pelo povo”, “defende a liberdade” e “combate o sistema corrupto”, Bolsonaro produz um efeito discursivo de legitimação de si como herói nacional. Esse processo de identificação simbólica — que o inscreve simultaneamente como vítima e salvador — intensifica a mobilização política de seus apoiadores e contribui para a construção de uma verdade a partir da formação discursiva 1, trazida à margem pela repetição constante e da circulação intensa nas redes sociais, como parte do que Orlandi (2015 [1999], p. 44) analisa como ‘efeitos de evidência’ — aquilo que parece se mostrar por si, sem ser questionado.

Portanto, a formação discursiva 1 funciona como um mecanismo discursivo que tensiona, desloca e desestabiliza os sentidos instituídos pela democracia, reconfigurando o espaço simbólico de disputa pelo poder. Essa filiação se materializa em denominações, designações, enunciados, gestos e silenciamentos, tornando possível o imaginário de que a violência política é não apenas legítima, mas necessária para a “salvação da pátria”.

Esses efeitos de sentido articulados por meio das declarações de Bolsonaro não apenas organizaram o imaginário político dos apoiadores do ex-presidente, mas também constituíram o plano simbólico que permitiu — e, em certa medida, legitimou — os ataques do dia 8 de janeiro. A seguir, observaremos como esses sentidos foram atualizados e disputados na cobertura jornalística da *CNN Brasil*.

### 3.1. Os efeitos do discurso de Bolsonaro

Como consequência do processo discursivo analisado anteriormente, os apoiadores de Jair Bolsonaro promoveram, em *8 de janeiro de 2023*, um ataque às sedes dos Três Poderes (Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto), recusando-se a aceitar o resultado legítimo das eleições presidenciais de 2022 vencidas por Luís Inácio Lula da Silva, do PT.<sup>6</sup>

O ataque no Brasil aconteceu dois dias após o aniversário de dois anos da invasão do Capitólio, sede do Legislativo dos Estados Unidos.<sup>7</sup>

Em comum entre os fatos nos dois países está um cenário incentivado, pouco a pouco, pelos candidatos derrotados nas eleições. Ambos acusaram os sistemas eleitorais de fraude, mesmo sem prova alguma, inclusive sendo desmentidos pelas principais autoridades políticas nacionais. Mas essas desmentidas não aconteceram de imediato. Enquanto as mentiras eram ditas (aqui e lá) pelos então presidentes, apenas posteriormente parte da imprensa norte-americana enfrentou o então presidente Trump, e aí o confronto começou também aqui no Brasil. Bolsonaro contava sem qualquer pudor inverdades e mentiras em seus discursos (fossem oficiais ou no cercadinho) e nada era dito sobre elas. Ou pelo menos não eram confrontadas com a veemência devida.

Esses discursos de desmoralização do Poder Judiciário, do Judiciário Eleitoral e do Legislativo, também estão entre os pontos comuns entre os dos dois ex-presidentes derrotados. Não surpreendentemente, tais discursos de ódio terminaram com atos de terrorismo em ambos países.

Retomando as declarações analisadas no início do capítulo, percebemos como o ex-presidente insistiu que as urnas eletrônicas, contagem dos votos e o Sistema Eleitoral como um todo eram frágeis. Todas as declarações elencadas eram inverdades, ou continham inverdades. Foi uma *estratégia*<sup>8</sup> adotada pelo então presidente para desmoralização das eleições em caso de perda do pleito.

---

<sup>6</sup> Resultado das eleições. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml>> Acesso em: 29/04/2024

<sup>7</sup> Em 06 de janeiro de 2021 apoiadores extremistas do ex-presidente norte americano Donald Trump, invadiram violentamente a sessão que confirmava Joe Biden, adversário político de Trump, como presidente dos Estados Unidos. Na invasão, cinco pessoas morreram, incluindo um policial, e dezenas ficaram feridas. Por causa do ataque, quase mil pessoas chegaram a ser presas e centenas delas foram condenadas.

<sup>8</sup> *Estratégia* é vista aqui como uma filiação ideológica. Não podemos confundir com um movimento de controle do sentido do/no discurso.

Durante o seu mandato (2019-2022), Jair Bolsonaro também investiu firmemente contra o Supremo Tribunal Federal em específico contra três ministros do STF. Primeiro contra o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral de 25 de maio a 22 de fevereiro de 2022. Depois o alvo passou a ser Edson Fachin, presidente do TSE de 22 de fevereiro de 2022 a 16 de agosto de 2022. Fachin foi sucedido por Alexandre de Moraes sucessor dele no cargo até junho de 2024.

Os três ministros foram presidentes do TSE e precisaram lidar com críticas, ameaças e inverdades de Bolsonaro. É evidente que os ataques foram direcionados à Instituição e ao próprio sistema eleitoral, para que, pela desmoralização, os apoiadores bolsonaristas se mobilizassem pouco a pouco contra esses mecanismos.

Mas para chegar aos atos terroristas do dia *8 de janeiro*, uma mobilização foi se formando desde o fim das eleições, com o resultado de vitória de Luís Inácio Lula da Silva. Ecoando todas as falas já mencionadas nos quatro anos de governo Bolsonaro, havia uma tendência de não aceitação da derrota nas urnas. E a mobilização dos golpistas começou justamente onde o ex-presidente fazia ação de vangloriar: os quartéis do Exército Brasileiro, a mais popular das instituições das Forças Armadas do Brasil.

Antes mesmo dos ataques aos Três Poderes em *8 de janeiro*, um levantamento do g<sup>1</sup> do Distrito Federal, mostrou o passo a passo dos chamados “Acampamentos Bolsonaristas” até um primeiro ato violento em Brasília ainda em 2022, quando bolsonaristas tentaram invadir a sede da Polícia Federal na capital brasileira<sup>10</sup> e incendiaram ônibus e carros. Posteriormente no dia 24 de dezembro de 2022, um artefato explosivo foi deixado em um caminhão no Aeroporto de Brasília. Após ser chamada, a Polícia Militar fez a detonação em segurança<sup>11</sup>. Ambos os atos, segundo investigação posterior, foram apontados como relacionados aos chamados quartéis-generais (QG’s) Bolsonaristas. Esses eram os locais onde os apoiadores de Bolsonaro se concentravam e se organizavam. Esses QGs se formaram em diferentes cidades de vários estados brasileiros.

É importante falarmos sobre esses quartéis-generais. Discursivamente produzem sentidos para além de uma definição literal, colada com seu significado no dicionário. Quando falamos em QG’s, estamos refletindo noções políticas, sociais e ideológicas. É do quartel

---

<sup>9</sup> Reportagem sobre os atos após a vitória de Lula. Disponível em: <<https://11nk.dev/HtQwM>> Acesso em: 04/09/2024

<sup>10</sup> Reportagem sobre os ataques veiculada no dia 12 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://11nk.dev/tyWN2>> Acesso em: 04/09/2024

<sup>11</sup> Reportagem sobre o artefato no Aeroporto de Brasília, veiculado no dia 24 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://11nk.dev/QJgNZ>> Acesso em: 04/09/2024

general onde saem os comandos, a partir de onde as decisões são tomadas, e grupos, ou indivíduos exercem autoridade e influência. Consideramos que esses QG's eram chamados de *bolsonaristas*, portanto, uma extensão das decisões do líder, Bolsonaro.

Há também os sentidos do militarismo, retomando a ideia de QG's como lugares sempre com pessoas de prontidão, em geral soldados, prontos para o ataque. É onde as lideranças de uma tropa se reúnem para tomar as decisões e planejar os próximos passos de um conflito.

Por fim, há ainda uma questão ideológica dando sentido aos QG's, locais politicamente onde se defende uma ideia específica, uma luta ideológica, de convencimento, onde as estratégias para ganhar mais adeptos são idealizadas. Discursivamente, os quartéis gerais são espaços de poder, simbólicos e ideológicos. Neles há pouco espaço para decisões democráticas ou debates. Quem hierarquicamente tem mais poder, manda nos QG's e toma as decisões. Quem está abaixo, as acata. Esse é um efeito de sentido marcante nesses espaços e, não ao acaso, os acampamentos bolsonaristas foram chamados de QG's bolsonaristas.

Assim, os efeitos da filiação discursiva não se limitam ao campo do simbólico. Eles se materializam em ações concretas, como os acampamentos bolsonaristas e os ataques às instituições democráticas. Essa articulação entre discurso, memória, ideologia e prática, demonstra como o discurso funciona como instância produtora de realidade, legitimando não apenas posicionamentos políticos, mas ações violentas que ameaçam a democracia.

### **3.2. Das mobilizações nos quartéis-generais**

A mobilização em frente aos quartéis do Exército em todo o país, principalmente em Brasília, começou no dia 30 de outubro de 2022, ao ser divulgado o resultado das eleições com a vitória de Lula confirmada. De acordo com o TSE, Lula recebeu mais de 60 milhões de votos (50,9% dos válidos), enquanto Bolsonaro teve 58 milhões de votos (49,1% dos válidos). Insatisfeitos com o resultado, bolsonaristas começaram a se concentrar em frente aos quartéis com reivindicações golpistas pedindo intervenção federal e tomada do poder. Os QG's permaneceram mobilizados por mais de dois meses. Havia expectativa para Bolsonaro dar ordem de desmobilização, mas isso não aconteceu.

O primeiro ato violento, como já foi citado acima, aconteceu no dia 12 de dezembro em Brasília. À época ninguém foi preso, mas houve carros incendiados, tentativa de invasão a uma delegacia e à sede da Polícia Federal.

Já no dia 24 de dezembro, aconteceu o ato do aeroporto de Brasília onde uma bomba foi encontrada em um caminhão. Em investigação posterior um suspeito foi preso e afirmou que a bomba tinha objetivo de “dar início ao caos” para que houvesse a declaração de estado de sítio no país - quando há restrição de direitos e da atuação do Legislativo e Judiciário.

Em depoimento aos policiais, o homem disse que o ato foi planejado por integrantes de atos em favor do presidente Jair Bolsonaro (PL), que ocorrem no quartel-general do Exército, em Brasília. Afirmou ainda que a instalação da bomba tinha o objetivo de **dar início ao caos** e que pretendia alcançar a decretação de estado de sítio no país – quando há restrição de direitos e à atuação de Legislativo e Judiciário. (FALCÃO E NETO, 2022, grifos nossos).

O “dar início ao caos”, aqui se refere a começar uma bagunça, uma desordem que pudesse colocar em xeque a democracia do Brasil, a ponto de Lula não assumir o mandato. Caos tem efeito de sentido de algo que não pode, ou dificilmente é controlado. Evoca sentido de violência. Podemos fazer referência a o que aconteceu no *8 de janeiro*.

No dia 29 de dezembro a Polícia Federal e Civil fizeram uma operação onde identificaram 40 pessoas e prenderam 4 suspeitos dos atos de terrorismo em Brasília no fim de 2022. Todos eram frequentadores dos QGs bolsonaristas.

Tudo isso mostra que o *8 de janeiro* não foi um ato isolado, mas foi evoluindo, tomou corpo até chegar a um dos maiores ataques contemporâneos à democracia do Brasil. Coube também ao jornalismo retratar esse acontecimento histórico em seu desenrolar. Todos os grandes canais de televisão, principalmente os focados em notícias, cobriram os ataques. Em nossa análise, selecionamos o canal *CNN Brasil*<sup>12</sup>. Um canal comercial de notícias derivado do *CNN* dos Estados Unidos. Em inglês a sigla significa “*Cable News Network*” ou em português: Rede de Notícias a Cabo.

Durante toda a cobertura jornalística foi possível observar: os ataques foram crescendo e se intensificando aos poucos. Primeiro com a invasão da Praça dos Três Poderes. Essa praça é um símbolo nacional e é onde estão os três principais órgãos do Estado brasileiro: o Executivo (Palácio do Planalto), Legislativo (Congresso Nacional) e o Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

Discursivamente, a Praça dos Três Poderes simboliza a própria democracia brasileira, pois é o local (físico) e espaço (ideológico) garantidor dos direitos dos cidadãos, com a criação de leis, execução dos serviços públicos e a garantia legal do funcionamento do Estado.

---

<sup>12</sup> Canal de notícias de onde recortamos o *corpus* de pesquisa. Detalhes sobre o canal e o *corpus* serão apresentados no capítulo seguinte (p. 27).

Separadamente, cada um desses três poderes também tem importância legal. O Palácio do Planalto, sede do Executivo, é de onde partem as decisões do presidente da República. É onde acontecem decisões políticas, onde questões são debatidas e diálogos definem os rumos do Brasil. É o espaço onde as tensões são colocadas em discussão, pois o Presidente governa para todos e isso significa que é ali onde os conflitos precisam terminar, com a melhor decisão democraticamente. Outro ponto importante em torno do Palácio do Planalto é o fato de ele não pertencer a ninguém, mas a todos os brasileiros, que através do voto decidem a cada quatro anos, o líder a comandar esse espaço.

Quando olhamos para o Congresso Nacional, vemos um espaço de diversidade. Se o Palácio do Planalto é a casa do Executivo, escolhido democraticamente, portanto de onde partem decisões de um líder, o Congresso abriga representantes diversos, tanto em grupos quanto em ideologias. É onde os deputados e os senadores debatem sobre as leis, articulam projetos e discutem a vida do povo. É um espaço amplo e plural, justamente porque reúne representantes de diferentes regiões, de espaços totalmente distintos, e apesar de cada um ser o representante de um campo específico, essa reunião produz um efeito de pluralidade. É o espaço onde a voz do povo pode prevalecer sob decisões do Executivo. É de onde parte a votação de um impeachment, por exemplo. É onde foi criada e votada a Constituição e assim carrega esse sentido do lugar da criação do manual da democracia brasileira.

Houve também a invasão do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo da estrutura judiciária do Brasil. Quando analisamos o STF sob a perspectiva do discurso, entendemos que a Suprema Corte, como também é conhecida, vai além de uma instituição judicial; é um espaço de construção de sentido, reflete a realidade política e social do Brasil. Politicamente, o STF tem ministros indicados por presidentes, por isso, há uma tensão em torno de decisões de caráter interpretativo pois diferentes grupos políticos, tendem a dizer que decisões que não agradam um ou outro lado, são com base em ideologias político-partidárias. Esse tipo de discurso cria tensões também para o Supremo, como vemos em falas do ex-presidente Bolsonaro no Quadro 1 (Capítulo 3). Esse tipo de fala coloca em xeque a isonomia do Poder Judiciário, foi também combustível para as invasões e ataques no dia *8 de janeiro*.

Quando pensamos a Praça dos Três poderes para o discurso, a entendemos como um espaço onde estão as sedes dos Poderes Federais, mas também carrega sentidos de democracia, já que as instituições são as responsáveis por manter o funcionamento da democracia no país. A Praça carrega efeitos de sentido da luta por direitos, da identidade nacional e das relações de poder e de debate político. Sua importância vai muito além de sua função física e urbanística, a praça é um ponto de referência para o debate na construção da cidadania. Para tanto, quando

analisamos as invasões e os ataques do dia *8 de janeiro*, observamos que não foram um ataque aos espaços físicos, mas principalmente um ataque à democracia do Brasil.

Todas as sedes desses Poderes foram invadidas e atacadas no dia *8 de janeiro* e durante a cobertura jornalística desses fatos, foram colocados em circulação efeitos de sentido sobre os *manifestantes*, sobre os *atos*, *ataques*, *invasões*. Sentidos foram circulando ao longo da cobertura. A situação foi se agravando e as invasões ficaram mais intensas e violentas, os modos de noticiar também mudaram, principalmente pela forma como os jornalistas denominavam os manifestantes.

Conseguimos perceber isso quando observamos os recortes chamados de sequências discursivas. Elas foram selecionadas a partir do modo como o discurso jornalístico se referiu (denominou) os manifestantes. As *denominações* não são apenas descritivas, mas carregam sentidos. Mariani (1998) explica que denominar não está na ordem da língua, ou seja, não é uma mera referenciação de algo que torna um sentido estático. Uma *denominação* pode produzir efeitos de sentido diferentes em diferentes contextos sócio-históricos, e dependem das condições de produção. Sendo assim, denominar é significar no processo discursivo.

As denominações funcionam designando, descrevendo e/ou qualificando. As denominações significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz [...] bem como pelo que se depreende das relações que elas mantêm entre si. As denominações vão assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Ou seja, elas estão instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos. (MARIANI, 1998, p. 119).

A autora mostra que denominar é também um movimento histórico, pois é dinâmico e se altera ao longo do tempo. Isso reforça que o sentido não é estático, mas pode se alterar junto com a história. Sendo assim, ao denominar de uma forma e não de outra, estamos nos filiando a sentidos diferentes, por isso também precisamos analisar as condições de produção dessa denominação, que é fundamental para a produção de sentidos. A memória discursiva nos mostra que as denominações são discursos e estão sempre ancoradas em um contexto amplo e anterior, sempre concorrendo com outros discursos. Isso cria algumas tensões, oculta outras e mostra os conflitos sociais.

Conforme Orlandi (1997, p. 70): “Toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis”. Ao denominar qualquer coisa, há um movimento de posicionamento discursivo, uma relação de produção de efeito de sentido. Nesse caso, há a inscrição em uma

ou outra formação discursiva. Ao mesmo tempo em que se evoca um sentido, se apaga(m) outro(s). Dito com outras palavras, ao denominar com A, deixa-se de denominar com B, C, ou D... Aí, há um processo de significação. A autora nos explica que uma denominação não apenas aponta para um efeito de sentido, mas também limita esses efeitos ao desconsiderar outras possibilidades de significação. Ao denominar um grupo como: *manifestantes*, podemos considerar efeitos de sentido próximos de ativistas, militantes, mas ao denominar o mesmo grupo *terroristas*, aproximamos o sentido de criminosos, delinquentes. Isso tudo está na ordem dos sentidos, mas começa a partir do processo de denominação e é o ponto focal da nossa pesquisa.

Há na análise das denominações a importância de reconhecer toda escolha como apagando outros sentidos possíveis e isso nos leva a pensar sobre a própria relações de poder no discurso. Quando falamos sobre uma cobertura histórica do dia 8 de janeiro, entendemos os efeitos de sentido produzidos como marcantes e constituintes da memória discursiva.

Guimarães (2012) também nos ajuda a entender esse processo — aqui chamado de designação — de referenciação. Para ele designar algo é significar. A língua (real) funciona como um suporte para o simbólico. Isso porque, apesar de referenciar algo ou alguém não se pode esquecer da história como constitutiva do sentido. O autor diz:

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real., exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Guimarães aponta que a designação não tem sua natureza apenas como um ato de dar nome a algo, mas é também um processo de significação diretamente e profundamente ligado às relações da linguagem com o contexto histórico. A designação para o autor carrega uma relação simbólica, ultrapassando a margem do nome. Esse processo carrega efeitos de sentido perpassando as interações sociais materializadas pela linguagem no discurso. A designação está sempre intimamente ligada ao real, ou seja, à realidade histórica e social, e quer dizer que os sentidos de um termo, estão ancorados no social, no político e no histórico. Ao dizer sobre esse efeito de sentido relacionado com a história, Guimarães nos aponta que as designações mudam conforme a sociedade e, com isso, uma mesma designação pode sofrer mudança de sentido, conforme novos sentidos emergem.

Apesar de serem teorias diferentes, os dois autores se aproximam em alguns pontos, principalmente ao tratar da designação ou denominação, afirmando não serem fruto do mero

acaso e os dois processos carregam sentidos anteriores ao próprio ato de nomear (ou designar). Enquanto a *designação* foca na relação da linguagem com a realidade através da história, ou seja, considera o significado de um nome ou termo podendo mudar ao longo do tempo, e depende das práticas sociais, no processo de denominar, estão no interdiscurso e tem relação com outros sentidos e discursos. Dito de outro modo, o denominar está ligado com o ideológico, pois as escolhas e apagamentos constituem os efeitos de sentido do discurso.

Tomando essas duas teorias como base, olhamos para nosso *corpus* e percebemos que todas as escolhas de denominações carregam sentidos. Analisar o processo de denominação, na ordem do ideológico e história, nos faz compreender como foi o processo de dar sentido na cobertura dos ataques de *08 de janeiro*. Em nosso recorte de sequências discursivas, elas foram definidas numericamente em ordem crescente, de acordo com a cronologia dos fatos, ou seja, uma sequência discursiva que apareceu primeiro recebe o número 1 (SD1), a próxima recebe o número 2 (SD2) e assim sucessivamente.

A fim de mostrar o processo de denominação, trago a seguir algumas das sequências discursivas (SD's) selecionadas como *corpus* dessa dissertação. Para tanto, definimos um intervalo grande entre as SD's, e por isso vamos pular da SD.1 para a SD.13, neste caso apenas para mostrar a diferença entre a denominação que é distinta para os mesmos sujeitos em diferentes momentos da cobertura. Esse não é um movimento que se repetira em toda a pesquisa, mas assim o fizemos aqui, com o intuito de mostrar, como já dissemos acima, o funcionamento discursivo das denominações.

Com o recorte de *corpus* logo identificamos: ao longo da cobertura jornalística dos ataques em Brasília em *8 de janeiro*, houve diferentes denominações para referenciar quem participou dos atentados. Como mostram as seguintes sequências discursivas:

SD.1: Os manifestantes invadiram o bloqueio e agora estão à caminho do bloqueio que havia sido formado no Congresso. (Tempo na cobertura – 0:56).

SD.13: A gente vê esses criminosos manifestantes brincando no plenário do Senado plenário onde acontecem muitas votações é um local histórico. (Tempo na cobertura – 01:16:19).

As denominações mudaram ao longo da cobertura. *Manifestantes que invadiram* não é exatamente o mesmo que dizer *invasores* – há sentidos outros em cada uma dessas formas de referenciar. Ao denominar *invasores* ou dizer *manifestantes* invadiram os sentidos não são os mesmos. O mesmo vale para a SD15, em relação a *terroristas*, são as mesmas pessoas que participaram do ato, mas as condições de produção já são outras ao longo da cobertura: o que faz com que criminosos passem a ser terroristas? O processo mudou, mudaram também os

efeitos de sentidos colocados em circulação. Por isso, é central em nosso trabalho não só identificar as diferentes denominações, mas também olhar — sob a perspectiva da Análise do Discurso — para o processo de produção de sentido dessas denominações. Como vimos nas sequências discursivas SD.1 e SD.13, as denominações usadas são diferentes.

O uso de cada denominação não é algo aleatório, pois cada palavra ou termo carrega sentidos e evoca efeitos de sentidos variados. Em nossa pesquisa, sob a ótica da análise do discurso, vamos nos debruçar sobre o uso dessas *denominações* para fazer referência a quem participou dos atos do 8 de janeiro, considerando os deslocamentos de sentidos quando se fala em *manifestantes* ou em outros momentos criminosos e terroristas.

O funcionamento da denominação não é apenas uma escolha de um simples termo. É discurso, e como tal não está separado de suas condições de produção de sentidos. Assim, é fundamental analisarmos todas as condições de produção desses discursos, considerando a questão social, política e ideológica, levando em conta que os ataques não surgiram do acaso, nem de repente, mas fizeram parte de uma escalada de acontecimentos anteriores.

Não podemos esquecer ainda que nossa análise parte de um discurso jornalístico, que Mariani (1998, p. 60) classifica como um tipo de *discurso sobre*. O discurso jornalístico funciona na tentativa de controlar os sentidos do discurso quando traz o que deve se considerar uma verdade imparcial, sempre a partir de um recorte dado. É como se o jornalista estivesse fora do processo de produção de sentidos, assim como o meio que ele representa. No caso da *CNN Brasil* ela tem uma linha editorial, e isso já faz com que haja um recorte a partir do qual o jornalista pode falar. Sobre isso Mariani diz que:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre esse interlocutor qualquer que seja (MARIANI, 1998, p. 60, itálicos da autora).

O *discurso sobre* funciona para institucionalizar os sentidos do discurso. No caso do discurso jornalístico, é como se o jornalista estivesse fora do processo de produção de sentidos, se posicionando unicamente como um transmissor daquilo que aconteceu. Isso produz um imaginário de isenção, objetividade e imparcialidade. Como se o meio de comunicação estivesse fora do ideológico e observasse o mundo com um distanciamento que permitisse ao jornalista e ao meio de comunicação um lugar privilegiado.

*Discurso sobre* é um discurso que se posiciona fora do ideológico ao pressupor que não faz juízo de valor do discurso. Mas o discurso jornalístico não consegue abranger tudo,

portanto é apenas um recorte, um viés de uma posição ideológica adotada, que é a linha editorial. Como exemplo, podemos citar que o discurso jornalístico faz esse recorte inicial, fala sobre determinado tema como se isso fosse totalmente verdade, mas não é porque sabemos, não é possível falar sobre tudo, isso está fora do alcance.

Essa relação considera que o processo de produção de sentido já está em um recorte ao dizer isso e não aquilo, pois os discursos significam a partir do lugar que os sujeitos ocupam. Sobre esse processo Pêcheux (2009, p. 146) diz:

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam. (PÊCHEUX, 2009, p. 146, *itálicos e aspas do autor*).

Assim quando um jornalista da *CNN Brasil* fala sobre o dia *8 de janeiro*, ele está falando e produzindo efeitos de sentido sob a posição ideológica do meio de comunicação que representa, pois o próprio meio de comunicação, neste caso a *CNN Brasil* tem uma filiação discursiva e constitui efeitos de sentido no discurso. Podemos pensar isso refletindo se um mesmo jornalista teria o mesmo discurso trabalhando em veículos distintos, como *Globo* e *Jovem Pan*, por exemplo. A resposta é não, já que as linhas editoriais dos canais são diferentes, portanto, as filiações discursivas e ideológicas também. Precisamos, como analistas do discurso, nos atentar a esse movimento, pois só assim, teremos acesso às condições de produção, fundamentais para determinar os efeitos de sentido de um discurso.

O funcionamento discursivo depende da retomada de sentidos a partir de posições determinadas. É nessas posições que o sentido se constitui, como afirma Orlandi.

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso. Essa é a distinção entre lugar e sujeito no discurso. Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar de uma situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito) (ORLANDI, 2015[1999], p. 38).

Para a autora o sentido no processo discursivo não se determina a partir de um sujeito físico, mas a partir de posições ou projeções que variam conforme o contexto. Nessas posições

existem lugares já definidos, que determinam como um jornalista pode falar para o telespectador, sempre levando em consideração a linha editorial, por exemplo. Assim, os sujeitos (a partir de determinadas posições) ajustam seu dizer para mobilizar esse telespectador.

Pêcheux (2009, p. 146) resume esse processo dizendo que as palavras mudam de sentido a partir dessas posições, ou seja, só fazem sentido em referência à essas posições. O autor diz que as palavras, expressões:

Mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas, [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PECHÊUX, 2009, p. 146-147).

É, pois, sob essas condições de produção, que propomos nesse trabalho analisar quais foram os efeitos de sentido colocados em circulação no *discurso sobre* os ataques à democracia no dia 8 de janeiro de 2023 sob o olhar teórico da Análise do Discurso materialista, pelo canal de notícias *CNN Brasil*, ficando por mais de seis horas ao vivo na televisão a cabo e também na internet (sinal livre) produzindo discurso e efeitos de sentido sobre os atentados.

Um dos nossos primeiros gestos de interpretação nesse sentido foi nos perguntarmos: como é utilizada a denominação *manifestantes* durante a cobertura jornalística da *CNN Brasil* do/no dia 8 de janeiro? O discurso jornalístico sustenta o mesmo efeito de sentido de *manifestantes* durante todo o percurso dessa cobertura? Assim sendo, queremos a partir desse viés, responder nosso objetivo geral: quais foram os efeitos de sentido colocados em circulação pela *CNN Brasil* na cobertura do 8 de janeiro? Também temos como objetivo específico analisar as mudanças de denominação relacionadas aos *manifestantes*.

Nossa pesquisa visa analisar o processo de produção de sentido a partir de como a denominação *manifestantes* se desloca e desencadeia novos processos discursivos.

#### 4. SOBRE O 8 DE JANEIRO DE 2023 PELA CNN BRASIL - COMO DENOMINAR O QUE SE VÊ?

No dia 8 de janeiro de 2023, Brasília foi palco de um dos eventos mais significativos da história recente do Brasil. Milhares de pessoas, que não estavam satisfeitas com o resultado das eleições presidenciais de 2022 — que deram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva contra o até então presidente Jair Bolsonaro — marcharam até a Praça dos Três Poderes, na capital brasileira e invadiram cercos policiais. O que inicialmente poderia ser interpretado como uma manifestação política logo ganhou contornos mais graves, como tudo já indicava que seria. Os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto foram invadidos, depredados, vandalizados e ocupados por horas. O episódio, que repercutiu no país e no mundo, instaurou um debate imediato sobre o que motivou aquelas ações: foram manifestações legítimas de insatisfação popular, ou ações golpistas, terroristas e antidemocráticas?

Nesse cenário de forte disputa de sentidos, os meios de comunicação passaram a exercer um papel central na construção da memória do acontecimento. Aqui, destacamos, como já dito, a cobertura jornalística da *CNN Brasil* — emissora com amplo alcance nacional e, segundo seu compromisso editorial, declarada comprometida com a “imparcialidade e o jornalismo factual” — torna-se um objeto privilegiado para a Análise do Discurso. Não nos cabe aqui voltar a falar da objetividade ou imparcialidade jornalística, ponto que já abordamos e explicamos no nosso capítulo de definição do corpus de pesquisa.

Partimos, portanto, da concepção da linguagem como espaço de produção de sentidos, historicizada e atravessada pela ideologia, conforme os pressupostos da Análise do Discurso materialista. Linguagem que, para autores como Pêcheux (2009 [1988]), não é objetiva, mas subjetiva, e é onde nossa análise se posiciona e encontra na cobertura da *CNN Brasil* do dia 8 de janeiro, amplo material analítico. O discurso, enquanto materialização da língua, é constitutivo dessa realidade, trabalha no simbólico, produz efeitos de sentido a partir de condições de produção específicas que envolvem sujeitos, formações ideológicas, formações discursivas e relações de poder.

Os sentidos que emergem do discurso, como vimos, são regulados por condições históricas e ideológicas que limitam os sentidos possíveis de um enunciado. Isso significa que o sujeito está inscrito em formações discursivas que determinam o que pode ser dito, como pode ser dito e o que é silenciado. Assim, denominar os sujeitos envolvidos no 8 de janeiro de 2023

como *manifestantes*, *terroristas*, *golpistas* ou *cidadãos patriotas*, não é uma escolha, mas um efeito discursivo marcado ideologicamente, que produz sentidos distintos e funciona na constituição do próprio fato histórico como acontecimento. Afinal, não só discursivamente, mas historicamente, a maneira como o fato foi noticiado, contribui para a própria memória do acontecimento.

A análise do discurso se interessa justamente por esses deslocamentos, silenciamentos, gestos de produção de sentido. O que nos propomos aqui é analisar como os sentidos são produzidos e quais são as disputas ideológicas colocadas em cena. Os discursos estão sempre sujeitos ao equívoco, à deriva, à possibilidade de tornarem-se outros em diferentes condições de produção. Não existe uma metalinguagem que garanta o sentido exato das palavras; todo dizer está submetido à incompletude e ao trabalho ideológico que o sustenta e é nosso papel, enquanto sujeitos analistas do discurso, buscar essas condições de produção dos sentidos.

Toda descrição – quer se trata da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente do seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que se pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2015 [1988], p. 53, aspas do autor).

A linguagem, nessa perspectiva, é atravessada por múltiplos sentidos e marcas de sua historicidade. Por isso, o discurso nunca é individual, ainda que pareça ser proferido por um sujeito singular. O sujeito do discurso é atravessado por filiações ideológicas e formações discursivas que não apenas determinam o que ele diz, mas o que ele pode dizer. E mais: todo dizer está filiado em uma rede de sentidos, em um interdiscurso, uma gama de outros dizeres que o precedem, o sustentam ou o contradizem. A análise do discurso permite identificar essas filiações e rupturas, mostrando os mecanismos pelos quais os sentidos são estabilizados ou deslizam.

É nesse campo instável de produção de sentidos que inscrevemos a análise da cobertura da *CNN Brasil*. Ao longo das primeiras horas do dia 8 de janeiro, os jornalistas da emissora passaram a denominar os sujeitos envolvidos nos ataques em Brasília, oscilando entre diferentes denominações: *manifestantes*, *população*, *bolsonaristas*, *vândalos*, *invasores*,

*terroristas*. Cada uma dessas denominações carrega uma memória discursiva, mobilizada pela história e pelas formações discursivas que constituem os sujeitos que enunciam e os sujeitos sobre os quais se fala.

A memória discursiva, como aponta Indursky (2011, p. 87), nunca é plena. Ela é marcada por lacunas e por silenciamentos, e apenas certos sentidos são autorizados a circular dentro de uma determinada formação discursiva.

Uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social. Por outro lado, a memória discursiva que se depreende de uma FD não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Essa é a diferença que se estabelece entre o *memorável*, que é da ordem do “todos sabem, todos lembram”, e a memória discursiva que é de ordem ideológica. É o ideológico que responde pela natureza lacunar de uma FD e da memória discursiva por ela representada. (INDURSKY, 2011, p. 87, *itálicos e aspas do autor*).

Assim, a escolha por denominar os sujeitos como *manifestantes* nas primeiras horas da cobertura não é ocasional, mas reflete uma posição editorial que, naquele momento, ainda buscava dar sentido ao acontecimento histórico dentro dos limites da legitimidade democrática. À medida que os eventos se intensificam e as imagens de violência e depredação ganham força, os sentidos deslizam e as denominações se transformam, emergindo outras denominações e sentidos com maior grau de condenação moral e jurídica. Como vemos na primeira vez que os sujeitos são denominados, podemos observar que, desde o começo da cobertura, já há deslocamento de sentidos.

SD.1: Os manifestantes invadiram o bloqueio e agora estão a caminho do bloqueio que havia sido formado no Congresso. (Tempo na cobertura – 00:56).

Este discurso, veiculado nos primeiros minutos da cobertura jornalística *da CNN Brasil*, é muito importante para nos ajudar a compreender os efeitos de sentido que emergem, em especial no gesto de denominação dos sujeitos e na articulação de denominações complementares para conseguir alcançar o sentido das ações praticadas por esses sujeitos.

Do ponto de vista da formação discursiva, temos aqui um sujeito-jornalista atravessado por uma determinada posição ideológica, inscrita nas condições de produção do discurso midiático televisivo. Uma formação discursiva porosa e que caminha por uma linha tênue entre outras formações discursivas. É o que classificamos como formação discursiva 3, com características ainda não tão bem definidas, e que ora se aproxima mais da formação discursiva 1, ora se aproxima da filiação discursiva 2. O enunciado é materializado em uma

situação ainda inicial dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando o grau de violência e a dimensão dos ataques ainda não haviam se consolidado como tais. Isso posiciona as denominações e o modo como os participantes dos ataques são nomeados. É importante reforçar que essas formações discursivas não são puras, nem estáticas. A todo momento há movimentos de deslocamentos que aproximam sentidos de outras memórias ou ideologia.

O uso da denominação *manifestantes* emerge e ativa uma memória discursiva ligada à ideia de um protesto, de uma busca por reivindicação democrática e legítima, de uma atuação política dentro desse limite democrático. Essa memória, que ativa sentidos, resgata uma série de acontecimentos anteriores de protestos políticos, como os de junho de 2013<sup>13</sup>, o movimento Diretas Já (1983), ou mesmo manifestações que são comuns em greves com mobilizações de servidores públicos. Nesse cenário, o sujeito *manifestante* é constituído como um sujeito social que tem direito a esse tipo de mobilização política. Trata-se, portanto, de uma denominação que, neste primeiro momento, suaviza, ou mesmo ameniza o sentido dos atos.

Contudo, esse efeito de sentido é tensionado pela presença de uma denominação complementar *invadiram*. Isso mostra que a denominação *manifestantes* que carrega uma memória de protesto democrático, neste primeiro momento já não dá conta do sentido em relação ao que se via. Tendo em vista o contexto sócio-histórico que levou a tais *manifestações*. A invasão, em sua materialidade de sentido, indica uma transgressão, um ato que rompe com as normas legais ou institucionais. Assim quando analisamos a SD.1, identificamos um deslizamento discursivo: o sujeito é denominado com algo que faz emergir uma memória de legitimidade (manifestante), mas sua ação é descrita com uma segunda denominação que evoca sentido de ilegalidade (invasão). Essa complementação de denominações cria um efeito de ambiguidade que revela um deslizamento ideológico no discurso jornalístico. É como se no funcionamento da formação discursiva 3, a denominação *manifestantes* se inscrevesse na formação discursiva 1, enquanto a denominação *invadiram* estivesse filiada a formação discursiva 2. Isso faz com que o funcionamento aqui seja dessa formação discursiva 3.

Tomamos como exemplo a denominação usada para falar sobre o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil. Quando o discurso jornalístico denomina *invasão de terra* ou *ocupação de terra*, há duas formações discursivas distintas sendo evocadas. Elas mostram o funcionamento do discurso e os efeitos de sentido que o constituem. Trazendo esse exemplo para o nosso *corpus* podemos relacionar o uso de *invasão* à formação discursiva 1 e o uso de *ocupação* à formação discursiva 2.

---

<sup>13</sup> Reportagem da BBC Brasil que fala sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil dez não após. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo> Acesso em: 3 de jul de 2025.

Voltando para a SD.1, é possível analisar esse movimento de complementação, como um funcionamento de ajuste discursivo, em que o sujeito jornalista ainda não assume uma posição de condenação diante do que está enunciando, buscando manter certa prudência diante de um fato que estava acontecendo ao passo que era contado. Isso é característico do discurso midiático, que precisa produzir sentidos rapidamente, mas também lida com os limites da verificação e da narrativa factual. Como nos alerta Pêcheux (2015, p. 53), os sentidos não estão colados às palavras, e os enunciados estão sempre à deriva — o que se observa aqui na forma como o dizer se equilibra entre a descrição de um ato ilegítimo e a nomeação de sujeitos evocando sentido de legitimidade.

Na análise das 21 Sequências Discursivas (SD's) extraídas da cobertura da *CNN Brasil* analisamos esses movimentos. Em cada enunciado, buscamos identificar como se constituem os sentidos, que formações discursivas estão em jogo, quais memórias discursivas são ativadas e quais efeitos de sentido são produzidos. Interessa-nos, sobretudo, observar como o discurso jornalístico participa da construção da memória social do 8 de janeiro de 2023, não apenas relatando os fatos, mas significando-os a partir de posições ideológicas e filiações discursivas específicas.

Do ponto de vista da ideologia, podemos entender que o uso de *manifestantes* neste momento inicial cumpre uma função de contenção interpretativa: ela impede que, de imediato, os sujeitos sejam inscritos em formações discursivas mais condenatórias, como *vândalos*, *terroristas* ou *golpistas*. Essa contenção está em consonância com uma postura jornalística que, ao menos inicialmente, busca se posicionar dentro do princípio editorial da imparcialidade — ainda que, como sabemos com base em Corrêa (2003), toda informação é sempre já um recorte e uma tomada de posição. Isso porque, inicialmente, ainda não se tinha dimensão do que estava acontecendo. É importante pensar que não podemos simplesmente analisar esse funcionamento, com base no agora. Por isso é preciso identificar e posicionar as condições de produção.

É importante observar também a repetição de *bloqueio*: *invadiram o bloqueio* e *estão a caminho do bloqueio*. Tal uso intensifica o cenário de tensão, de limiaridade entre ordem e desordem, entre contenção e transgressão. Ainda assim, o sentido da ação não é suficiente para deslocar o sujeito para fora do funcionamento de *manifestante*, o que confirma a força da memória discursiva inicial que ancora essa denominação.

Ao denominar os sujeitos como *manifestantes*, mesmo diante da descrição de uma invasão, o discurso jornalístico participa da constituição do acontecimento, posicionando a maneira como ele será lembrado, interpretado e reinscrito na memória social.

Para compreender esse movimento, é necessário considerar também a relação entre o discurso e o acontecimento discursivo. O *8 de janeiro*, enquanto acontecimento histórico, reorienta o campo discursivo e reativa memórias e conflitos históricos — especialmente aqueles ligados à ditadura militar, à relação entre população e militares e à tensão entre democracia e autoritarismo. Assim, denominar o que se vê nas imagens é também uma forma de construir esse acontecimento, de inscrevê-lo na história por meio do discurso.

O discurso é o lugar onde se inscreve o conflito, a contradição, a ideologia. Como nos lembra Orlandi: (2015), "Não há discurso fora da ideologia, assim como não há língua fora da história". Denominar é posicionar-se. E é nessa disputa pela denominação — pelo que se pode ou não dizer, pelo que se pode ou não significar — que se trava a batalha discursiva sobre o que foi, afinal, o *8 de janeiro de 2023*.

No entanto, o que determinará os sentidos dos discursos na mídia, nesse caso na *CNN Brasil*, são as filiações discursivas e ideológicas do canal, ou seja, sua linha editorial. Corrêa (2003) afirma que informar é o princípio norteador dos meios de comunicação e que esse informar já é um recorte, ou seja, uma filiação discursiva.

*A informação se relaciona, em vários sentidos, com a economia. A economia de tempo, a economia na quantidade, a economia na complexidade. O trabalho de quem informa é o trabalho de quem abrevia. Nesse sentido, quem informa se coloca na posição de quem busca o puro 'em si' da coisa tratada, isto é, coloca-se na posição de quem fala com objetividade. (CÔRREA, 2003, p. 75, itálicos e aspas do autor).*

Isso reforça que o papel do jornalismo não é puramente de descrever um fato, como se assim não houvesse uma filiação ideológica e discursiva. Sabemos que isso não é possível, pois ao noticiar de um jeito e não de outro, já há um posicionamento discursivo que é fundamental na produção dos sentidos do discurso. Por isso, não podemos falar em isenção ou isonomia no jornalismo. Isso quer dizer que são os editores que definem o que importa e o que é notícia, aquilo que é relevante para ser veiculado ou não.

Para a análise do discurso não há como partir de um lugar onde a ideologia não trabalha, não produz sentidos, não perpassa os sujeitos e os sentidos. Corrêa (2003, p. 75) diz que o jornalismo é um formador de opinião e como tal:

Seu propósito é legitimar *uma* opinião sobre os fatos, aquela que, na melhor das hipóteses, coincide com sua linha editorial — pois pode coincidir com interesses mais imediatos. Ora, se isso que se chama de opinião pública pode ser forjado por diversos veículos, é de se esperar que caiba a cada um deles construir os *fatos* de uma certa forma. Obviamente, o público (e o alcance) de

cada um desses veículos é diferente e essa diferença se deve aos interesses que sustentam uns e outros. Podemos, pois, afirmar que o *fato* tal como o recebemos enquanto *notícia* é uma *construção*. (CORRÊA, 2003, p. 75-76, *itálicos do autor*).

Essa construção é feita pelos meios de comunicação e também pela televisão que não tem a função apenas de noticiar os fatos, a partir de uma construção editorial, mas também buscar informar de um jeito que seja atrativo, de fácil entendimento e ilustrativo para os telespectadores. Nesse processo também existe um recorte, uma linha editorial de como a notícia vai ser entregue. Esse movimento é carregado de sentidos, pois como sabemos, dizer de um modo e não de outro altera os efeitos de sentido do discurso.

Na sociedade do telejornalismo, os noticiários de TV cumprem uma função pública e buscam nos cidadãos que representam a cada edição, ou nas imagens que os jornalistas constroem do público, princípios legitimadores do conhecimento socialmente produzido a cada edição. (COUTINHO E MATA, 2010, p. 55).

Entendemos assim que os telejornais produzem um gesto de interpretação legitimando o conhecimento produzido nesse ato de noticiar. Esse funcionamento mostra a importância da mídia na formação da opinião pública e na construção da realidade social. Assim, o modo como o *8 de janeiro* foi noticiado faz diferença para a construção da memória discursiva, pois a linha editorial, o meio em questão, e o próprio modo de informar, são importantes para a construção dos sentidos.

O Brasil estava diante de um iminente ataque. O ex-presidente Jair Bolsonaro, abusava dos discursos de ódio e de ataque às instituições democráticas e com inverdades. Fez isso durante os quatro anos de governo (2019-2022), como vimos no Quadro 1 do capítulo 4.

Por sua vez, os sujeitos jornalistas estavam diante de um movimento de denominar o que se via diante dos olhos. E desde o começo da cobertura, já era possível analisar que o que eles viam, não era apenas uma manifestação.

SD.2: Manifestantes com a bandeira do Brasil. (Tempo na cobertura – 1’08”)

A SD.2 carrega uma complexidade discursiva significativa. Aqui, temos novamente o uso da denominação *manifestantes*, que, como já analisado anteriormente, ativa uma memória discursiva ligada à ideia de protesto democrático, legitimado pela ordem constitucional. A diferença, no entanto, está na sequência do enunciado, que discursa sobre a *bandeira do Brasil*, elemento que intensifica os efeitos de sentido produzidos pela denominação.

A bandeira, enquanto símbolo nacional, é ideológica. Ela não emerge apenas o sentido de nação, de um país, mas no contexto sócio-histórico brasileiro, está marcado por uma série de sentidos produzidos e ancorados no ideológico político. É a bandeira que foi tomada como símbolo de um grupo político, ligado ao conservadorismo de costumes e liberalismo econômico. Nesse discurso, a Bandeira do Brasil produz sentido – por parte dos bolsonaristas – de que apenas quem segue essa ideologia política é brasileiro e patriota. Como vimos durante o governo Bolsonaro e principalmente no período pós-eleições de 2022, a apropriação da bandeira brasileira por determinados grupos — sobretudo os que reivindicam o “patriotismo” em oposição ao sistema político tradicional — produziu um efeito de identificação ideológica.

Assim, ao dizer *manifestantes com a bandeira do Brasil*, o discurso jornalístico da *CNN Brasil* aciona não apenas o símbolo nacional em sua dimensão institucional, mas inscreve os sujeitos a uma formação discursiva com características que os filia e aproxima do que conhecemos politicamente como bolsonarismo (formação discursiva 1), que por sua vez, evoca uma discursividade golpista. O efeito de sentido produzido nesse processo é ideologicamente concebido.

Há dois níveis do funcionamento discursivo, quando comparamos com a denominação da SD.1: o primeiro é direto e mantém um efeito de sentido de legitimidade de um protesto (*manifestantes*); o segundo produz sentido no simbólico, pois a presença da *bandeira do Brasil* retoma a marca ideológica da manifestação e o coloca como uma manifestação partidária bolsonarista que evoca uma memória que se coloca contrária ao resultado das eleições de 2022.

Isso tudo produz efeitos na constituição de sentidos que virão nas SD's posteriores, quando o discurso jornalístico começa a denominar os mesmos sujeitos produzindo outros efeitos de sentido.

SD.3: Manifestantes favoráveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro que não aceitaram e não aceitam e não aceitaram o resultado das eleições que consagraram a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, rumam em direção ao Congresso Nacional (Tempo na cobertura – 3'50'').

Na SD.3 há dois pontos de ruptura que passam a ativar diferentes memórias e filiações discursivas. O primeiro é dizer que a manifestação é favorável ao ex-presidente Bolsonaro. O segundo é que ao dizer que *não aceitaram e não aceitam o resultado das eleições*, tal ato é posicionado como uma afronta à democracia. Há, portanto, um movimento duplo ainda com a manutenção da denominação que atenua o ataque combinada com um discurso que posiciona os sujeitos como opositores do sistema eleitoral estabelecido pelas urnas.

Esse discurso da SD.3 articula duas formações discursivas em tensão e que se chocam. Por um lado, a formação discursiva que ancora o sentido de *manifestante* em um sentido de participação política reconhecida e legitimada constitucionalmente; por outro, uma formação discursiva que posiciona esses sujeitos contra o processo eleitoral, antecipando os sentidos que mais adiante se denominarão como *golpismo* ou *terrorismo*.

O uso de *rumam em direção ao Congresso Nacional* também contribui para esse efeito discursivo: há um movimento em curso, uma ação coordenada, o que antecipa simbolicamente o ato que culminará na invasão do Congresso. *Rumar* evoca efeito de sentido de um direcionamento, para algo que é conduzido por uma motivação ideológica específica e algo que foi planejado. O ataque em si, como vimos, não começou no dia 8 de janeiro, mas houve outros ataques anteriores.

O discurso, assim, começa a deslizar a denominação *manifestantes* com efeitos de sentido de ilegitimidade. Ainda que a palavra mantenha a memória de um sujeito político legítimo, a negação do resultado das eleições e o apoio a Bolsonaro, deslocam os sentidos do discurso para um campo de ilegalidade, ataque à democracia e crime. A denominação permanece estável na forma, mas passa por um processo de deslocamento no sentido.

Isso mostra o movimento ideológico do discurso jornalístico, que se equilibra entre informar e descrever ao denominar os sujeitos envolvidos. Podemos perceber aqui um ponto de virada na cobertura da *CNN Brasil*, em que a denominação começa a entrar em contradição com os próprios efeitos de sentido que o discurso constrói. E como essa denominação já começa a não ser suficiente para alcançar os sentidos necessários para denominar o ataque, aos poucos ela mesma se altera para garantir que isso aconteça. É o que nos mostra a próxima SD.

SD.4: A chegada desses **manifestantes**, desses protestantes, das pessoas que estão **protestando** contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, contra o resultado legítimo das eleições, indo em direção ao Congresso Nacional. (Tempo na cobertura 4'21", negritos nossos.)

Nessa sequência discursiva, observamos um momento importante de instabilidade na nomeação dos sujeitos envolvidos nos ataques do dia 8 de janeiro de 2023. O sujeito-jornalista faz um esforço para alcançar essa denominação, hesitando entre “manifestantes”, “protestantes” e até mesmo “pessoas que estão protestando”. Esse gesto deixa explícita a dificuldade de estabilizar um sentido para o que está acontecendo diante da complexidade do que se via. Como já havia sido indicado nas SD's anteriores, a denominação “manifestantes” já não suficiente para dar sentido aos responsáveis pelos ataques. Como explica Mariani:

As denominações vão assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. (MARIANI, 1998 p. 119).

Nesse sentido, o que percebemos é que como a denominação *manifestantes* já não carregava ideologicamente o sentido dos ataques que estavam acontecendo, o discurso jornalístico passou a procurar outra, que pudesse então emergir esse sentido. Esse é um processo que acontece ideologicamente.

Já o discurso *contra o resultado legítimo das eleições* desloca ainda mais o campo de legitimidade dos ataques no enunciado. Ao afirmar que esses sujeitos protestam contra algo já consagrado como legítimo, o discurso desestabiliza a própria base democrática do ato de protestar, produzindo um efeito de sentido que inscreve os sujeitos num campo de negação da própria democracia.

Como nos lembra Guimarães (2002, p. 9) esse processo de dar nome a algo está diretamente ligado ao campo ideológico, inscrito no simbólico. A denominação *manifestante*, como também visto na SD1, carrega uma memória de legitimidade, de participação política, de direito democrático. No entanto, quando essa denominação é filiada a ataques contra um resultado eleitoral legítimo, ela começa a deslocar-se para fora de sua memória discursiva tradicional, abrindo espaço para novas denominações.

É nesse ponto que passamos a analisar os deslizamentos de sentido. O que antes era dito a partir de uma filiação discursiva de democracia, próxima da formação discursiva 1, começa a deslocar para regiões de significação marcados pela ilegitimidade, pelo antidemocrático, marca característica da formação discursiva 2. Esse deslizamento, entretanto, não é de uma vez só: ele se anuncia progressivamente em hesitações, reformulações, como podemos ver no uso inicial de *manifestantes*, *protestantes* e *pessoas que protestam*.

Assim, a SD.4 mostra uma formação discursiva em crise, em que os sentidos dominantes — ainda ancorados na memória do *manifestante legítimo* — já não conseguem se sustentar diante do que acontece. O sentido do discurso desliza, e o sujeito-jornalista, ainda que sem abandonar completamente a denominação *manifestantes*, começa emergir os sentidos que aos poucos vão inaugurar novas denominações mais condenatórias.

No entanto, na primeira hora de transmissão ainda é a denominação *manifestantes* que é usada para designar quem participa do ataque, ainda que essa denominação já esteja fissurada, emergindo novas memórias, filiações discursivas e sentidos. O movimento que vemos é um

tensionamento de outras denominações que qualificam a primeira, como é possível ver nas seguintes SD's.

SD.5: Esses manifestantes então, de uma manifestação antidemocrática estão agora em cima da rampa do Congresso Nacional. (Tempo na cobertura – 7:10)

SD.6: Manifestantes que carregam bandeiras do Brasil, estão com roupas verde e amarela, são manifestantes que apoiam atos antidemocráticos, porque são manifestantes que não aceitam a vitória de Lula nas eleições. (Tempo na cobertura – 27:35)

SD.7: Manifestantes fazendo vídeo, comemorando essa invasão do Congresso. (Tempo na cobertura – 43:15)

SD.8: Manifestantes que desde o fim das eleições lá em outubro, mecinho de novembro, manifestantes começaram a se reunir em diversos quartéis-generais. (Tempo na cobertura – 44:20)

Essas SD's, no seu tempo, deslocam o sentido do discurso para uma filiação discursiva que já vinha sendo anunciada. Pela mudança na agressividade dos ataques os sujeitos já começam a posicionar os atos fortemente como antidemocráticos.

A memória da denominação *manifestantes* – aquela que carrega sentido de legitimidade de protesto, que já está tensionada – é filiada a movimentos antidemocráticos, quando emergem enunciados como: *manifestação antidemocrática, atos antidemocráticos*. Temos aqui duas formações discursivas que agora disputam a dominância do sentido. Uma ainda de um protesto legítimo e outra de um protesto antidemocrático que não aceita o resultado das eleições que aproxima esse manifestante de práticas golpistas, autoritárias e criminosas.

Pêcheux (2015 [1988]) explica esse processo dizendo que isso acontece exatamente porque o sujeito está filiado ao mesmo tempo a diferentes formações discursivas que são colocadas em jogo a todo momento. No caso de um acontecimento diante dos olhos, esse tensionamento é muito mais aflorado e as filiações de sentido acontecem também em tempo real.

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, construindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...) as "coisas-a-saber" coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de "saber do que se fala", porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são produto de uma aprendizagem. (PÊCHEUX, 2015[1988], p. 54 – 55, parênteses e aspas do autor).

É por isso que para analisar o sentido do discurso na cobertura dos ataques, não basta olhar para a denominação, já que ela sozinha não vai nos indicar esse efeito de sentido. Os sujeitos jornalistas denominam a partir daquilo que veem e do que acontece. Seus discursos deslizam, se chocam, e ativam diferentes memórias, que evocam os sentidos necessários para denominar quem participa dos ataques. Percebemos que até então, não se tem clareza disso ou a clareza vai se instalando a medida em que novos movimentos vão acontecendo.

A denominação *manifestantes* já não se sustenta na mesma forma de seus sentidos anteriores — começa a se deslocar discursivamente. Sabemos que o reconhecimento imediato de uma denominação esconde as disputas ideológicas que a constituem. Aqui, vemos esse apagamento se desfazendo: a denominação *manifestante* passa a ser problematizada pelo próprio discurso que o enuncia.

Isso tudo é reforçado pelos enunciados: *bandeiras do Brasil, roupas verde e amarela*, e pelo posicionamento do tempo histórico *desde o fim das eleições... em diversos quartéis-generais*, que reposicionam os atos como parte de um processo contínuo, não espontâneo. A filiação com símbolos nacionais e com a mobilização política após o resultado das eleições posiciona o sujeito *manifestante* a um movimento que estava em alta pelo ex-presidente Jair Bolsonaro quando usava e abusava de inverdades.

Na SD.7, a informação de que os sujeitos estavam *comemorando essa invasão do Congresso* materializa ainda mais fortemente esse ponto e provoca o deslizamento de sentido que se aproxima: a ação comemorada já não é mais apenas um protesto, mas uma invasão — denominação que evoca sentido de criminalização, a partir da formação discursiva 2. Mas a comemoração reforça que todo o terreno foi montado por Bolsonaro com os discursos repetidos de ataques à democracia. Ainda que timidamente, a responsabilização à Bolsonaro começa a aparecer.

O que chama a atenção é que mesmo com tanta ruptura e deslizamento de sentido, ainda assim, o sujeito dos ataques é chamado de *manifestante*, o que mostra que o discurso jornalístico ainda tenta se situar no que ele entende por mostrar o fato. Não é apenas um *manifestante*, mas o sujeito-jornalista insiste (ainda) em assim o denominar.

Já quando analisamos discursivamente a SD.8 podemos perceber um posicionamento importante na cobertura. Nesse enunciado, o discurso causa uma ruptura na posição histórica do dia 8 de janeiro enquanto acontecimento. Por mais que a denominação *manifestantes* ainda apareça — cheia de tensões — a ruptura de sentido não é mais marcada pela ação, (*invasão, depredação, comemoração*) mas sim pelo contexto histórico que levou ao acontecimento.

Quando se diz que: *desde o fim das eleições em outubro... começaram a se reunir em diversos quartéis-generais* o movimento discursivo tem uma filiação aos atos da montagem dos quartéis-generais (QGs) que culminaram com diferentes ataques, até chegar no dia 8 de janeiro. Um ataque, portanto, anunciado, premeditado e principalmente, antidemocrático.

Temos então um discurso que filia os sujeitos dos ataques a formação discursiva 1, ligada ao bolsonarismo, que entende as urnas eletrônicas como corrompíveis, que pede voto impresso. O fato deles se reunirem em quartéis-generais mobiliza também um sentido de apelo às Forças Armadas pela tomada de poder, algo que se pedia durante os acampamentos e que é totalmente anticonstitucional e criminoso.

Do ponto de vista ideológico, a SD8 ainda não rompe totalmente com a filiação discursiva que autoriza o uso de *manifestante*, mas ela cria o terreno discursivo que justifica e prepara o deslocamento que veremos nas SD's seguintes, como a SD9 e SD10, em que há a ruptura com esse nome e a emergência de novas denominações.

SD.9: A gente já não pode mais chamá-los de manifestantes, são invasores, depredadores, pessoas que não respeitam a instituição democrática (Tempo na cobertura – 54:25)

SD.10: Ele (Flavio Dino) já chamava esses manifestantes, invasores, enfim, já os chamava de extremistas (Tempo na cobertura - 54:40)

Essas duas SD's marcam, discursivamente, o momento em que a denominação *manifestantes* é explicitamente interdita.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, por fim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2014 [1971], p.9).

A linguagem não apenas denomina, mas institui um gesto de ruptura com os sentidos anteriormente autorizados: o sujeito-jornalista diz que *já não pode mais chamá-los de manifestantes*. Aqui, o próprio discurso vai buscando dentro de suas formações discursivas, o que a memória o autoriza a dizer, a partir dos acontecimentos históricos, ou seja, as condições de produção. Se já havia um ataque, uma invasão do Congresso Nacional e se sabia que era algo planejado e um atentado à democracia, não cabia mais dizer que era uma manifestação. Ainda que tardia, a tensão criada nessa denominação, fez emergir novos sentidos e outras formas de denominar.

Pêcheux (2015 [1988]) explica esse movimento de como um novo gesto de interpretação e um posicionamento discursivo em meio ao conflito de sentidos que são:

Os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (PÊCHEUX, 2015 [1988], p. 56).

O discurso assume uma posição a partir da formação discursiva 1; desestabiliza o sentido anterior (*manifestantes* = sujeito democrático) e reposiciona esses sujeitos em uma nova formação discursiva (2) para que se possa dar sentido novo (*invasores, depredadores, extremistas*).

Além disso, vale notar que o próprio sujeito do discurso passa a refletir sobre si: em SD9, o enunciado *já não pode mais chamá-los* assume essa necessidade de análise. O sujeito-jornalista assume que a nomeação anterior e os sentidos autorizados por ela, já não são suficientes diante da escalada de violência dos ataques. Assim, vão se reorganizando os campos ideológicos de sentidos e as memórias.

O uso de denominações como *invasores* e *depredadores* desloca os sujeitos para dentro de uma rede de sentidos de criminalização dos atos. Se *manifestantes* os posicionava ainda em uma memória democrática, esses dizeres evocam uma memória punitiva, de ilegalidade. Em SD10, a denominação *extremistas* amplia esse movimento, reforçando um caráter ideológico, que remete à radicalização política, à ameaça à ordem pública e a democracia.

Percebemos, portanto, um movimento que desloca os sujeitos de uma posição de possível reconhecimento político para uma posição de criminalização. A memória discursiva acionada por *manifestantes* passa a ser desautorizada e interdita, e em seu lugar se emerge uma nova memória: a do inimigo da democracia, da ameaça, do crime político. As SD's 9 e 10 nos mostram que há um reposicionamento dos sentidos. O que muda aqui não é apenas o vocabulário, mas a formação discursiva que passa a sustentar o dizer: se antes havia hesitação, agora há condenação. O discurso deixa de tentar descrever “o que se vê” e passa a interpretar “o que aquilo significa”.

#### **4.1. A (não)resposta de Bolsonaro e o deslocamento da responsabilização**

A partir daqui, houve um questionamento, e o ex-presidente Jair Bolsonaro foi citado diretamente. Dessa forma, ele foi trazido para o discurso e colocado como um dos motivadores dos ataques, conforme vemos na SD.11:

SD.11: Até agora nós não temos nenhuma confirmação que o presidente Jair Bolsonaro, a quem esses manifestantes apoiam, tenha se manifestado. (Tempo na cobertura – 58:20)

Essa SD marca um desvio importante no processo discursivo. Ainda que a denominação *manifestantes* apareça, o enunciado introduz um novo elemento discursivo. A vinculação dos sujeitos e responsabilização dos atos diretamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Aqui, o discurso desloca o foco da ação e das consequências para a motivação ideológica e toda a cadeia de atos que antecederam os ataques, nos quais Bolsonaro estava envolvido.

A SD.11 mobiliza um gesto de antecipação. A ausência de manifestação por parte de Bolsonaro, destacado no discurso, já funciona como uma forma de julgamento implícito. O *silêncio* do ex-presidente passa a significar algo — ou seja, mesmo aquilo que não foi dito torna-se parte do discurso. Ao questionar onde está Bolsonaro, o sujeito-jornalista evoca sentido em relação a ele e mobiliza toda a memória discursiva em torno disso.

O enunciado: *a quem esses manifestantes apoiam*, reforça que não se trata mais de sujeitos isolados ou apenas inconformados com o resultado eleitoral, mas de sujeitos politicamente alinhados com um projeto e um líder específico.

A SD.11, portanto, faz uma espécie de ligação entre o discurso de hesitação e o discurso de responsabilização. Ao vincular os sujeitos a um político e apontar sua omissão, o discurso evoca uma rede de sentidos que vai além da nomeação direta. Ele ativa memórias discursivas que envolvem o bolsonarismo, discursos de ódio e a deslegitimação das instituições democráticas. Ou seja, o discurso não apenas enuncia os fatos, mas reinscreve os sujeitos em filiações discursivas, marcadas historicamente, o que transforma o sentido do que se vê.

#### **4.2. A invasão do Palácio do Planalto: ruptura com a denominação *manifestantes*: criminalização discursiva e sentido de ilegalidade**

Esse é o momento no acontecimento em que ocorre a invasão do Palácio do Planalto. Temos a partir daqui, no discurso jornalístico, uma aproximação ainda maior da formação discursiva 3 – ligada ao discurso jornalístico – da formação discursiva 2, que criminaliza os ataques. Como vemos nas próximas SD's.

SD.12: Os manifestantes, os invasores, os depredadores, a gente pode falar é assim, eles acabarem invadindo as três Sedes dos Poderes do Brasil. (Tempo na cobertura – 01:03:28)

SD.13: A gente vê esses criminosos manifestantes brincando no plenário do Senado, plenário onde acontecem muitas votações, é um local histórico. (Tempo na cobertura – 1:16:19)

SD.14: Um ajuste, né, nos conceitos; era os manifestantes agora não mais, agora são criminosos, são vândalos que estão tomando as Sedes dos Três Poderes. (Tempo na cobertura – 1:18:40)

SD.15: A gente não chama mais essas pessoas de manifestantes, nem de patriotas como elas se autodeclararam em diversas situações antes do episódio de hoje, essas imagens são de confusão travestido de manifestação. (Tempo na cobertura – 1:19:42)

A partir da primeira hora de cobertura há um momento que acontece nos ataques em Brasília que é muito simbólico discursivamente: invasão do Palácio do Planalto, que é justamente a sede do Governo Federal, ou seja, casa do presidente da República. Todas essas SD's são desse recorte temporal, pós invasão. Nelas, observamos uma mudança de sentido e no funcionamento da denominação. O discurso jornalístico passa de uma fase de oscilação (entre *manifestantes*, *invasores*, *protestantes*) para uma fase de negação da legitimidade da denominação anterior.

Inicialmente, no discurso da *CNN Brasil*, os sujeitos-jornalistas ainda articulam diferentes denominações em sequência — *manifestantes*, *invasores*, *depredadores*, *criminosos* — compondo um campo de nomeação instável e conflitivo. É como se o discurso seguisse uma transição ainda em curso, evocando restos da memória discursiva anterior com os novos sentidos que começam a ser colocados em cena.

Na SD.14, o sujeito-jornalista diz: *era os manifestantes, agora não mais*, — ou seja, interdita a denominação *manifestantes*, e reposiciona outras possíveis, ainda que sem definir quais. Isso carrega sentidos importantes, porque o próprio sujeito que acompanha os atos para narrá-los, percebe que diante da gravidade alguns sentidos precisam ser interditados. Por mais que não se diga *ditadura*, *golpe*, *terrorismo*, ele discursa sobre a impossibilidade de dar sentido ou buscar uma formação discursiva que posicione os ataques como algo dentro dos limites do livre direito a democracia e protestos políticos. Agora já não é mais.

Esse processo é reforçado na SD.15 radicaliza quando o sujeito diz: *a gente não chama mais essas pessoas de manifestantes, nem de patriotas como elas se autodeclararam*. Há aqui uma ruptura entre o discurso jornalístico e a autodenominação dos sujeitos envolvidos nos atos. O jornalismo assume que denominar é um gesto político, e que não se pode mais aceitar o que próprios sujeitos reivindicam.

O enunciado ainda afirma que tudo se trata de *confusão travestida de manifestação*, ou seja, a manifestação é deslegitimada discursivamente enquanto ação política, e a violência é

trazida ao centro do discurso como central no sentido. A denominação *travestida* é importante, pois evoca uma memória que conduz ao sentido de algo disfarçado, que não é real — aquilo que parecia manifestação é, na verdade, algo diferente e condenável.

Esse deslocamento inscreve os sujeitos dos ataques na formação discursiva 2 que evoca efeito de sentido de criminalização do acontecimento e de golpismo, rompendo com a memória que emerge sentido democrático para a manifestação. O sujeito-jornalista, nesse ponto, já atua como enunciador de um discurso de responsabilização pública, onde os envolvidos nos atos não são mais sujeitos legítimos da política, mas como criminosos que atentam contra as instituições democráticas.

As SD's 12 a 15, conforme analisamos, mostram bem o funcionamento ideológico da denominação no discurso. Por mais que a *CNN Brasil* tenha tentando manter uma posição onde se dizia imparcial, diante da violência dos ataques, essa neutralidade — que já não existia — é abandonada escancaradamente e dá lugar a um alinhamento que condena aquilo que está sendo noticiado, visto e transmitido. Assim, a memória construída sobre o 8 de janeiro também rompe com a ideia de que poderia ser um movimento democrático.

SD.16: A grande questão é o seguinte Anderson Torres quer subir o Tom tarde fora de hora e depois já ao longo de muito tempo tanto como secretário de de segurança do DF como Ministro da Justiça ter tratado com leniência quem já lhe demonstrava inclinação pro crime como é o caso dos manifestantes golpistas que tentaram ah bloquear rodovias impondo um clima de terror e risco de desabastecimento ao país. (Tempo na cobertura – 1:57:00)

SD.17: Congresso Nacional foi saqueado atenção os manifestantes golpistas os terroristas saquearam o Congresso Nacional. (Tempo na cobertura – 2:37:26)

SD.18: Quer dizer o uso das Forças Armadas é pra conter esses manifestantes que não são manifestantes, né? São vândalos são criminosos que estão depredando patrimônio público é bom que fique claro manifestação é aquilo que acontece de maneira pacífica ordeira, é? (Tempo na cobertura – 2:59:45)

Na SD.16 o enunciado: *manifestantes golpistas que tentaram bloquear rodovias, impondo um clima de terror*, faz emergir dois movimentos discursivos. Um deles é marcado pelo uso da denominação *manifestante* — que já tinha sido interdita, mas escapa. Ela é acompanhada de outras denominações como *golpistas* e *inclinação pro crime* que reposicionam o sujeito em uma memória diferente, pois o terror evoca efeito de sentido de medo.

Há ainda a ativação de uma memória que fala da tentativa de paralisação das rodovias

que aconteceram logo após o resultado das eleições ainda em 2022.<sup>14</sup> A memória reativada com isso é também a da paralisação dos caminhoneiros em todo o Brasil, em 2018, pouco antes da eleição de Bolsonaro. Na época o Brasil viveu uma crise, com falta de abastecimento de muitos produtos.

Assim, na SD.16 os usos das denominações ligam o *8 de janeiro* com vários outros eventos e posicionam os sujeitos para fora do campo do protesto. Agora, essas denominações já estão dentro de um novo sentido e formação discursiva, de ameaça à ordem e de terror político. De conseguir a todo custo aquilo que se espera.

Já a SD.17 mostra uma junção de várias denominações: *manifestantes golpistas, os terroristas saquearam o Congresso Nacional*. Nesse momento por mais que a denominação *manifestantes* esteja no discurso, ela deixa de ter sentido forte, porque as denominações que vem na sequência quase que anulam seu efeito de sentido. De qualquer forma, ela aponta para uma dificuldade do sujeito-jornalista em abrir mão dessa denominação simplesmente. Neste caso, a materialidade é retomada ao discurso, pois os sentidos passam a ser disputados abertamente, e a denominação *manifestante* é deslizada para outras que trazem novos sentidos.

Tudo isso é reforçado pela SD.18 quando o enunciado materializa o dizer: *manifestantes que não são manifestantes, né?*. Trata-se de uma negação da própria denominação anterior, ou seja, uma declaração de que a esse sentido não dá mais conta do real. O discurso-jornalístico reconhece que tal denominação perdeu sua capacidade de dar sentido aos sujeitos envolvidos nos ataques.

Essa negação cria um efeito que reposiciona alguns pontos do discurso. Agora, o que é *manifestação legítima* é também redefinido: *manifestação é aquilo que acontece de maneira pacífica, ordeira*.

O discurso dá novo sentido ao campo do político e estabelece fronteiras entre o protesto legítimo (manifestação pacífica, ordeira) e o crime político que estava acontecendo. Não se trata mais apenas de denominar os sujeitos, mas ativar memórias que evocam sentidos de determinadas ideologias. Isso é fundamental para a constituição da memória discursiva do *8 de janeiro*, pois estabelece qual será o lugar dos eventos no imaginário social: o da manifestação legítima ou o da ameaça à ordem institucional.

Com isso chegamos as últimas denominações, já no fim dos ataques quando o patrimônio cultural já havia sido destruído, e as cenas de barbárie já haviam repercutido mundo

---

<sup>14</sup> Reportagem que fala sobre a tentativa de fechamento de estradas em 22 estados em outubro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/31/manifestantes-bloqueiam-trechos-de-estradas-em-22-estados-apos-vitoria-de-lula.ghtml>> Acesso em: 6-jul-25.

afora.

SD.19: Já há muitos dias de manifestantes golpistas acampados nas portas dos QGs do Exército em diversos pontos do país sobre esse argumento é falacioso de que são manifestações pacíficas. (Tempo na cobertura – 4:12:27)

SD.20: Aqueles que muitas vezes pelo grupo político que passa pano são chamados de manifestantes. Mas que como as imagens de hoje é confirmam mais uma vez são vândalos ou terroristas criminosos, como cada um prefira chamar. (Tempo na cobertura – 4:23:28)

SD.21: Os desprezíveis ataques terroristas a democracia e as instituições republicanas serão responsabilizados assim como os financiadores instigadores anteriores e atuais agentes públicos que continuam na ilícita conduta dos atos antidemocráticos. O judiciário não faltará ao Brasil. (Citando publicação de Alexandre de Moraes). (Tempo na cobertura – 4:35:20)

Na SD.19, o discurso evoca efeito de sentido de denúncia que posiciona diretamente os *manifestantes golpistas* ao acampamento nos quartéis-generais do Exército, prática que foi muito simbólica do bolsonarismo radical após as eleições de 2022. Aqui, mais do que descrever ações que estavam acontecendo, o discurso-jornalístico provoca um sentido que desfaz qualquer memória que ainda poderia estar ligada à formação discursiva materializada que legitimasse os ataques como alguma manifestação. Ao falar de “argumento falacioso” a alegação de manifestação pacífica, o sujeito-jornalista assume que essa denominação não apenas perdeu seu caráter de verdade, como se tornou parte da filiação discursiva do grupo político que estava sendo denunciado, ligado ao bolsonarismo.

Há um confronto com o acontecimento (a violência) que faz com que não seja mais possível manter qualquer possibilidade de uma denominação que atenuie os ataques. Isso porque, se o discurso se materializa na e pela história, não é possível falar em manifestação quando o que estava acontecendo era um ataque contra a democracia. Com isso o discurso sai de apenas uma denúncia moral, para uma culpabilização e responsabilização de quem participava como de quem sempre incentivou esse tipo de ação.

Quando olhamos para a SD.20 analisamos primeiro uma acusação no discurso que fala de um *grupo político* que *passa pano*, ou seja, que insiste em denominar manifestantes enquanto eles são na verdade criminosos. O passar pano é ser conivente, autorizar um sentido, independentemente de qual seja. Quando no discurso há esse enunciado, o sujeito-jornalista sabe quem é esse *grupo político*, por mais que não esteja explícito, o que se diz é que esse grupo é o filiado ao bolsonarismo, que aceita tudo o que o ex-presidente fala, sem questionamento e com alinhamento total ao discurso dele. Esse aceitar – *passar pano* – autoriza a circulação de sentido de um discurso de ódio contra a democracia que pouco a pouco, culminou com o 8 de

*janeiro*. Ao dizer isso, o discurso ativa uma memória que está filiada a formação discursiva 2, que é crítica ao Governo Bolsonaro.

Nesse ponto há essa acusação, mas precisamos lembrar que até pouco tempo, durante a cobertura, o próprio discurso jornalístico insistia em manter a denominação *manifestantes*.

Em um segundo momento, o que se materializa são diversas outras denominações que contrapõem a primeira. *Vândalos, terroristas, criminosos*, com o enunciado *como cada um prefira chamar*, desde que o sentido do que se denomina tenha um efeito discursivo incriminatório.

Desde o início da cobertura do *8 de janeiro* até esse momento, a enunciação dessa SD, muita coisa já aconteceu no ataque aos Três Poderes. Vemos, portanto, uma espécie de virada já com a formação discursiva 2 dominante, e muito próxima do discurso jornalístico – a que classifica com ilegalidade dos atos, da violência e ameaça à democracia. O sentido de *manifestantes* é deslocado e quem insiste em evocar o efeito dessa denominação ligada a formação discursiva 1 é conivente com a situação, portanto, pertencente a esse *grupo político* específico.

A SD.21 é enunciada em um contexto diferente, é uma leitura de um pronunciamento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Discursivamente Moraes é importante no contexto dos ataques, porque ele era constantemente alvo de inverdades por parte de Bolsonaro e seus apoiadores e fez um duro enfrentamento a muitas dessas inverdades. Outro ponto é que o ministro também presidiu o Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições e era o então presidente do TSE durante o *8 de janeiro*. Na SD.21 vemos uma marca importante de materialidade linguística.

O discurso da SD.21, apesar de ter sido materializado pelo sujeito-jornalista, parte da leitura de um pronunciamento oficial do ministro Alexandre de Moraes. Ao ler o pronunciamento na íntegra, a *CNN Brasil* assume e legitima esse discurso. Nesse caso o discurso jurídico assume efeito de sentido de autoridade, de lei, daquilo que precisa ser cumprido.

A materialidade discursiva da SD.21 é muito marcante e significativa ideologicamente. Ao enunciar que são *desprezíveis ataques terroristas*, o discurso não só inscreve essas denominações em uma memória de condenação criminosa, mas também em uma memória negativa da ética e moral. Não são ataques apenas ilegais, do ponto de vista da lei, mas também moralmente inaceitáveis. Se por um lado alguns sujeitos se consideravam heróis ao invadir os Três Poderes, por outro o sentido do discurso jornalístico – a esse ponto do acontecimento - vai no caminho contrário ao dizer que eles não apenas são *criminosos*, mas

também não têm nenhuma dignidade.

A denominação *terroristas* também é carregada de sentido. Terrorismo é radicalismo, ameaça nacional. Temos inúmeros casos mundiais de terrorismo, mas em nenhum deles a memória ativada remete a algum tipo de manifestação democrática. Normalmente em episódios terroristas, ativados pela memória, o mandatário ou líder de um movimento, não está na linha de frente das ações. Mas fica escondido, usa outros sujeitos para fazer o “serviço”.

Também temos a ligação justamente com as outras denominações que fazem parte da SD21: *financiadores, instigadores, agentes públicos*: tais denominações provocam no discurso um efeito de que os responsáveis não são somente os sujeitos que estão ali no ato criminoso, mas todas as pessoas que apoiaram, doaram recursos, ou mesmo incentivaram tudo isso.

E por fim, quando se diz: *o Judiciário não faltará ao Brasil*, o efeito de sentido que se evoca é o da Lei. Da investigação e punição dos envolvidos. Como vimos, não apenas de quem estava nos ataques, mas de toda a rede que possibilitou e fomentou as mobilizações para que os ataques acontecessem. Não é apenas uma promessa: é a afirmação de que o Estado irá agir, e que os atos serão tratados não mais como uma questão de opinião, mas como caso de Justiça. Com isso, o acontecimento *8 de janeiro* é definitivamente levado também para o campo do discurso jurídico. A *CNN Brasil*, ao materializar esse discurso se posiciona favorável ao Estado de Direito, evocando o efeito de sentido dos participantes do ataque como inimigos da ordem democrática. Assim, a cobertura sustenta e reforça uma memória do acontecimento discursivo enquanto um ataque à democracia.

A SD.21 não apenas reforça o processo discursivo que posiciona *8 de janeiro* como um ataque criminoso. Ela marca a entrada de um novo posicionamento discursivo, a voz do Estado, do Judiciário, que dá legitimidade jurídica e histórica à condenação que vinha sendo construída discursivamente desde a SD.1. É aqui que vemos a formação discursiva 3 – do discurso jornalístico, que buscava ser imparcial – se alinhar à formação discursiva 2 quanto à criminalização dos sujeitos que participaram dos ataques e também de quem os fomentou. A denominação do que se vê é mais intimamente ligada ao acontecimento: um ataque terrorista contra a democracia. Aqui se confirma que o *8 de janeiro* é sim um acontecimento discursivo, uma vez que atualiza a memória de *manifestação* política no Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa nasceu de uma indagação: “os jornalistas são orientados a denominar de uma forma ou de outra?” Como sujeito-jornalista, antes mesmo de sujeito-analista do discurso, essa pergunta me fez refletir sobre minha própria conduta profissional. Afinal, muitas vezes preciso optar por uma ou outra palavra e pelo sentido que ela carrega. Como denominar “pessoa com deficiência” em vez de “deficiente”. São processos que não acontecem da noite para o dia e solicitam sentidos a partir de determinadas condições de produção.

Por isso o interesse da nossa pesquisa foi explorar a temática do discurso jornalístico, à luz da Análise do Discurso materialista, a fim de compreender como é o processo de funcionamento discursivo das denominações usadas em uma cobertura jornalística e quais sentidos são postos em circulação. O que nos motivou a investir neste estudo é a posição privilegiada da mídia ao produzir sentido e construir a memória dos acontecimentos, por isso o recorte de *8 de janeiro de 2023*, um acontecimento importante e marcante na história recente política e social brasileira.

No começo da análise, não sabíamos ao certo se o *8 de janeiro* viria a se configurar como um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2015 [1988]), mas já sabíamos que era um acontecimento (GUIMARÃES, 2002), por causa da relevância do fato para a história do Brasil. Se o acontecimento discursivo é o encontro de uma atualidade com uma memória (Pêcheux, p. 16), podemos então afirmar que o *8 de janeiro de 2023* é um acontecimento discursivo, uma vez que a partir de um ataque político, com intuitos políticos, atualizou a memória discursiva em torno do que compreendíamos como manifestação, protestos etc.. Se até então o efeito de sentido evocado pela denominação *manifestante* era de um ato pacífico, com viés democrático, o que vimos a partir dos ataques em Brasília, foi uma memória deslocada, com efeitos de sentido de um ato criminoso, contra as instituições democráticas.

É importante reforçar que ao escrevermos essas considerações, temos diversos desdobramentos em relação ao acontecimento discursivo, com a prisão e condenação de muitas pessoas que participaram dos ataques e a investigação e punição (até mesmo do ex-presidente Bolsonaro) por tentativa de golpe de estado, segundo o STF<sup>15</sup>, com a necessidade do uso de tornozeleira eletrônica. Esses desdobramentos, porém, são recortes para outra pesquisa e não cabem nessa análise. Tendo isso em mente, sabemos também que a análise feita neste momento,

---

<sup>15</sup> Reportagem do g1 sobre o uso de tornozeleira eletrônica pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/21/bolsonaro-e-reu-por-tentativa-de-golpe-e-tornozeleira-se-refere-a-tentativa-de-atrapalhar-investigacoes-entenda-a-situacao-juridica.ghtml>>. Acesso em: 23 jul 2025.

em 2025, mais de dois anos após o *8 de janeiro* nos coloca em determinada condição de produção, que também altera os efeitos de sentido do discurso, ainda que enquanto analistas.

Ao recortar o *corpus*, nos chamou atenção o uso repetido da denominação *manifestantes*, mas percebemos que ao longo da transmissão outras denominações apareciam, ocupavam os espaços, principalmente conforme a agressividade dos ataques e as invasões escalonavam níveis de violência. Tínhamos elementos para nos debruçarmos e analisarmos e assim conseguir responder a nossa pergunta de pesquisa: “como a *CNN Brasil* denominou quem participou dos ataques do *8 de janeiro de 2023*”? E para além disso, identificar se os sentidos a partir dessas denominações se mantiveram, deslizavam e qual(is) memória(s) e formações discursivas circularam no discurso-jornalístico.

Em primeiro lugar, precisamos posicionar o discurso como uma materialização da língua que se insere em um contexto sócio-histórico, ou seja, o período na história e o momento social são constitutivos dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso fazem parte das condições de produção do discurso.

E para conseguir posicionar esse discurso no espaço sócio-histórico, foi necessário também percorrer um caminho anterior ao *8 de janeiro*. Já que para identificar a ideologia e as formações discursivas, além da memória, foi fundamental entender quais discursos ecoavam para que tais ataques acontecessem. Foi o que fizemos ao identificar as inverdades de Bolsonaro e analisar discursivamente a importância da Praça dos Três Poderes.

Ao avançarmos na análise sobre a cobertura dos ataques de *8 de janeiro de 2023* pela *CNN Brasil*, reforçamos que nosso interesse era compreender como, por meio das denominações, o discurso jornalístico circula e disputa sentidos em torno de um acontecimento histórico. Percebemos que a mídia busca manter uma ideia de que atua sob uma imparcialidade, apenas transmitindo informações. O que para a lógica da análise do discurso não se sustenta, pois como diz Pêcheux: “só há prática através de e sob uma ideologia”. (2009[1988], p. 135).

No plano metodológico, selecionamos 21 Sequências Discursivas (SD's) recortadas da transmissão ao vivo da *CNN Brasil*, durante a cobertura ininterrupta, nas quais se alternam as denominações *manifestantes*, *invasores*, *vândalos*, *terroristas* e outras.

Esse *corpus* apareceu na pesquisa de forma cronológica, porque o uso de diferentes denominações com o passar do tempo na cobertura, também era importante de ser analisado, tanto em relação a repetição, como nas interdições e deslizamentos. O que percebemos é que, mesmo nesses deslizamentos, quando memórias outras eram ativadas e emergiam no e pelo discurso, a denominação *manifestantes* estava presente de alguma forma. O que mostra a dificuldade do discurso jornalístico de assumir a tomada de sentido, tentando sempre reforçar

uma ideia (falsa) de imparcialidade, mesmo que as denominações complementares, interditassem os sentidos da primeira.

Ao separarmos a análise em blocos cronológicos, percebemos que eles apontam o movimento gradual de legitimação a criminalização dos sujeitos-participantes dos ataques: do sentido inicial da denominação *manifestantes* (SD's 1–4), passando pelo tensionamento de sentidos a partir de sentidos antidemocráticos (SD's 5–8), até a interdição da denominação *manifestantes* em seu efeito de sentido principal ligado a memória social e adoção de denominações com efeitos de sentido punitivos (SD's 9–15) e, finalmente, à ancoragem em discursos jurídicos e de ameaça nacional (SD's 16–21).

Percebemos que, desde o começo da transmissão, a denominação *manifestantes* emerge já com tensionamento no sentido, pois é materializada com outras denominações que a complementam. Isso mostra que já havia uma incerteza perpassando a formação discursiva 3, que se alinhava hora à formação discursiva 1 (que evoca sentido aos ataques enquanto atos democráticos) e hora à formação discursiva 2 (que tinha uma memória que evocava sentido de ataque antidemocrático).

Nas SD's 1–4, a denominação *manifestantes* ativa uma memória discursiva de protesto legítimo, amenizando os ataques e se filiando a uma formação discursiva com características democráticas. Porém, o uso de denominações como *invadir* instaura uma tensão entre o sujeito e a ação, apontando o deslizamento dos efeitos de sentido.

O segundo bloco (SD's 5–8) estabiliza esse deslizamento: *manifestação antidemocrática, atos antidemocráticos, comemorando a invasão*. Isso mostra o funcionamento de uma formação discursiva que condena os ataques (formação discursiva 2), o que levou a *CNN* a reposicionar sua filiação discursiva. Conforme Pêcheux (2015[1988]), o jornalista, ao deslizar entre *manifestantes* e outras denominações *vândalos* ou *terroristas*, por exemplo, cada vez mais negativas, emerge efeitos de sentido contraditórios, mostrando a falência da suposta neutralidade midiática.

Nas SD's 9–15, observamos um deslizamento de sentido bem marcado: *já não podemos chamá-los de manifestantes* — frase em que o discurso, ele próprio, interdita a denominação atenuante e posiciona os sujeitos na ordem de *invasores, depredadores, vândalos, terroristas*. A partir daí, a interdição refuta o uso da denominação *manifestantes* e de *patriotas* pela própria *CNN*, o que marca o momento em que o discurso jornalístico assume seu papel de circulador de sentidos e não mero transmissor e narrador dos fatos.

O bloco final (SD's 16–21) abre espaço para o discurso jurídico, que evoca efeitos de sentido relacionados à atuação da própria segurança nacional: *manifestantes golpistas*,

*terroristas, saque ao Congresso, uso das Forças Armadas, responsabilização pelo Judiciário.* Aqui analisamos que o discurso jornalístico, até então filiado à formação discursiva 3 – de sua própria ordem –, caminha em direção à formação discursiva 2, que passa a materializar os efeitos de sentido do discurso. Esse movimento reposiciona o *8 de janeiro* não como um protesto, mas como um atentado terrorista à democracia. Na SD.21, a leitura do pronunciamento do ministro Alexandre de Moraes evoca sentido de autoridade estatal ao discurso, deslocando-o para o campo do direito punitivo e fechando o ciclo de efeito de sentido de criminalização iniciado, ainda tímido, nas primeiras SD's.

Ao longo de todo o percurso analítico, percebemos que a *CNN Brasil* mobiliza uma memória discursiva que busca brechas para emergir (Indursky, 2011). Enquanto evoca sentidos democráticos na fase inicial da cobertura jornalística (ainda perpassado pela formação discursiva 1), ao mesmo tempo, deixa brechas para outros sentidos emergirem, como de criminalização (característica da formação discursiva 3). Esse jogo de silenciamentos, deslizamentos e disputas de formações discursivas mostra que não há, no discurso-jornalístico, possibilidade de isenção e imparcialidade: o uso de uma denominação carrega sentidos e apaga outros (Orlandi, 2015), nos mostra filiações ideológicas e discursivas e funciona como marca de uma disputa simbólica de poder.

De todo modo, analisamos também que o próprio discurso é poroso e caminha em diferentes direções ainda que durante um mesmo acontecimento. O discurso jornalístico que inicialmente estava sob o funcionamento de uma formação discursiva 3, que se aproximava da formação discursiva 1, finaliza o acontecimento em uma outra terceira formação discursiva, a formação discursiva 2. Tanto a 1 como a 2 estava em funcionamento durante todo o acontecimento discursivo e eram a todo momento ativadas pela memória. No fim, devido a gravidade dos ataques criminosos, a formação discursiva 2 se estabeleceu como a dominante, diante do que se viu, a partir do discurso jornalístico. Mas é importante reforçar que partimos do princípio de que não há nenhuma formação discursiva pura. O discurso é poroso, e se aproxima hora de determinados sentidos, hora de outros. E pode fazer tudo isso, sem se desassociar da formação discursiva inicial. Esse é também um dos grandes desafios do analista do discurso. Identificar esse movimento.

O modo como essas denominações foram evocadas durante a cobertura do *8 de janeiro* contribui também para como esse acontecimento ficou e ficará marcado na memória social brasileira.

Por fim, reforçamos que a função do jornalismo, longe de transmitir um “puro em si” dos fatos (CORRÊA, 2003), consiste em produzir sentido e que a imbricação entre linguagem,

ideologia e história torna inevitável o posicionamento subjetivo e político de qualquer emissora — ainda que sob a bandeira da imparcialidade.

Este trabalho, portanto, não apenas analisa como a *CNN Brasil* denominou o *8 de janeiro*, mas ajuda a entender o funcionamento discursivo por trás dessas denominações, contribuindo para a compreensão crítica do papel da mídia na (re)construção dos acontecimentos que marcam a democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNN BRASIL, Editorial. Disponível em: <<https://conteudos.cnnbrasil.com.br/sobre-a-cnn-brasil/>> acesso em: 27/02/2024.

CORRÊA, M. L. G. **Linguagem e Comunicação Social: visões da linguística moderna**. São Paulo: Editora Parábola, 2003.

COSTA, Grciely Cristina da. **Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos**. 2011. 166 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1616877>. Acesso em: 30 ago. 2024.

COUTINHO, I., & MATA, J. (2010). **Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena**. *Revista FAMECOS*, 17(1), 65–73. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2010.1.68antec>> Acesso em: 08 de set. de 2024.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **A semântica da argumentação**. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *A linguagem, a verdade, a não-verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 73-105.

FALCÃO, Márcio; NETO, Pedro Alves. **Bolsonarista que montou explosivo em Brasília foi autuado por terrorismo; em depoimento, disse que queria 'dar início ao caos'**. g1 e TV Globo, Brasília, 25 de dez. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/25/bolsonarista-que-montou-explosivo-em-brasilia-foi-autuado-por-terrorismo-em-depoimento-disse-que-queria-dar-inicio-ao-caos.ghtml>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

FELTRIN, Ricardo. **CNN Brasil tenta se manter neutra em meio à polarização política**. UOL, s.l., s.d. Disponível em: <https://acesse.one/woCPG>. Acesso em: 9 set. 2024.

FERRARI, Alexandre; MEDEIROS, Vanise. NA HISTÓRIA DE UM GENTÍLICO, A TENSA INSCRIÇÃO DO OFÍCIO / In the history of a demonym the tension of inscribing the occupation. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 32, 2012. DOI: 10.18309/anp.v1i32.615. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/615>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos**. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Teorias lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. **Designação e espaço de enunciação: um encontro no político e no cotidiano**. Letras, [S. l.], n. 26, p. 53–62, 2003. DOI: 10.5902/2176148511880. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>. Acesso em: 30 de mai. 2024.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, Unicamp, 1998.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: [9 set. 2024].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Lexicografia Discursiva**. São Paulo: Alfa, 44: p. 97 – 114, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015, (edição original, 1999).

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015. Edição original: 1988.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. Al. Campinas. Editora da Unicamp. 2009. Edição original: 1975

\_\_\_\_\_. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F; HAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997a, p.61-162.

\_\_\_\_\_. **A análise do discurso: três épocas**. In: GADET, F; HAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997b, p.311-319.

\_\_\_\_\_. **Papel da memória**. In. ACHARD, Pierre. [et al.]; Tradução e introdução José Horta Nunes. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metáfora e Interdiscurso**. In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. **A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso**. Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem, 1971. Acessado em 2 de abril de 2017. Disponível em <<<https://tinyurl.com/y9jbvcvv>>>.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Introdução: legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil.** In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.